



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA (IEA)
CAMPUS DE SANTANA DO ARAGUAIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO

Santana do Araguaia

2019

GESTORES

Maurílio de Abreu Monteiro (Reitor)

Idelma Santiago da Silva (Vice-Reitora)

Marcele Juliane Alves Menezes (Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura)

Elias Fagury Neto (Pró-Reitor de Ensino e Graduação)

Diego de Macedo Rodrigues (Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis)

Marcel Ferreira Miranda (Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas)

Cindy Stella Fernandes (Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica)

Rogério Souza Marinho (Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Institucional)

Lucas França Rolim (Secretário de Infraestrutura)

José Júlio Gadelha (Procuradoria)

Maria Elizabete Rambo Kochhann (Diretora do Instituto de Engenharia do Araguaia)

Manolo Heredia Rodriguez (Diretor Adjunto do Instituto de Engenharia do Araguaia)

DOCENTES

(Aguardando composição)

ELABORADORES

Equipes Gestora e Técnica do Instituto de Engenharia do Araguaia

Membros da Congregação do Instituto de Engenharia do Araguaia

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Arquitetura e Urbanismo (Aguardando composição)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Unifesspa.....	11
Figura 2 – Dados de Arquitetura e Urbanismo no Pará.....	13
Figura 3 – Fachada do prédio administrativo do IEA/Unifesspa.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O Curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa.....	14
Quadro 2 – Técnicos-Administrativos do IEA/Unifesspa.....	121
Quadro 3 – Profissionais contratados do IEA/Unifesspa.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da carga horária do curso por atividades.....	28
Tabela 2 – Estrutura curricular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo....	29
Tabela 3 – Disciplinas optativas.....	32
Tabela 4 – Atividades complementares.....	95
Tabela 5 – Conceitos e notas.....	117
Tabela 6 – Vagas e temas de concurso docente para Arquitetura e Urbanismo.....	120
Tabela 7 – Móveis e equipamentos do IEA/Unifesspa.....	124

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas
AC – Atividades Complementares
ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação
AsBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura
AU – Arquitetura e Urbanismo
Avalies – Avaliação das Instituições de Educação Superior
BIM – *Building Information Modeling*
CA – Centro Acadêmico
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEP – Código de Endereçamento Postal
CES – Câmara de Educação Superior
CH – Carga Horária
CIALP – Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa
CNE – Conselho Nacional de Educação
COAAP – Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos
Consad – Conselho Superior de Administração
Consepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consun – Conselho Universitário
CP – Conselho Pleno
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CR – Crédito
CRCA – Centro de Registro e Controle Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DF – Distrito Federal
DIM – Distrito Industrial de Marabá
ECS – Estágio Curricular Supervisionado
Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Enem – Exame Nacional de Ensino Médio
FPAA – Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos
Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEA – Instituto de Engenharia do Araguaia

IES – Instituições de Ensino Superior
IFF – Instituto Federal Fluminense
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
NBR – Norma Brasileira
NDE – Núcleo Docente Estruturante
PA – Pará
Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIT – Plano Individual de Trabalho
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
Proeg – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Proex – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
Proext – Programa de Extensão Universitária
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESu – Secretaria de Educação Superior
Sigaa – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior
Sisu – Sistema de Seleção Unificada
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TR – Termo de Referência
Uerj – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFT – Universidade Federal de Tocantins
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UIA – União Internacional de Arquitetos
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....	9
	2.1 O profissional arquiteto e urbanista no contexto atual paraense.....	12
3	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO.....	14
4	DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO.....	14
	4.1 Fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos.....	15
	4.2 Objetivos.....	22
	4.3 Perfil do egresso.....	23
	4.4 Competências e habilidades.....	23
	4.5 Procedimentos metodológicos.....	25
5	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO.....	27
	5.1 Estrutura curricular do curso.....	28
	5.1.1 Disciplinas Optativas.....	31
	5.1.2 Ementário das disciplinas obrigatórias.....	33
	5.1.3 Ementário das disciplinas optativas.....	84
	5.2 Trabalho de conclusão do curso.....	90
	5.3 Estágio curricular supervisionado.....	92
	5.4 Atividades complementares.....	93
	5.5 Política de pesquisa.....	96
	5.6 Política de extensão.....	97
	5.7 Política de inclusão social.....	99
	5.8 Organização didático-pedagógica.....	102
	5.8.1 Participação discente.....	108
	5.8.2 Planejamento de atividades do curso.....	108
6	PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE.....	109
7	SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	111
	7.1 Concepção e princípios de avaliação.....	112
	7.2 Avaliação da aprendizagem.....	114
	7.3 Avaliação do ensino.....	116
	7.4 Avaliação do projeto pedagógico.....	118
8	INFRAESTRUTURA.....	119
	8.1 Docentes.....	119
	8.2 Técnicos-administrativos.....	120
	8.3 Instalações.....	121

8.4 Recursos	123
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A – MINUTA DO REGULAMENTO DA DISCIPLINA TRABALHO DE CURSO.....	129
APÊNDICE B - MINUTA DO REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	144
APÊNDICE C – MINUTA DO REGULAMENTO NDE DE ARQUITETURA E URBANISMO	149
ANEXO 1 - ATA DA CONGREGAÇÃO IEA/UNIFESSPA COM APROVAÇÃO DO PPC DE ARQUITETURA E URBANISMO	152
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR COMPETÊNCIA E HABILIDADES	155
ANEXO III - DESENHO CURRICULAR	158
ANEXO IV - CONTABILIDADE ACADÊMICA.....	161
ANEXO V - ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO.....	166
ANEXO VI – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	169
ANEXO VII – CARTA-ABERTA ÀS FACULDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL	170

1 INTRODUÇÃO

Neste Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa - *Campus* de Santana do Araguaia), encontram-se os pressupostos que sustentam a organização e o funcionamento administrativo e pedagógico do curso em implantação. Seu objetivo é orientar as ações para a formação profissional do arquiteto e urbanista.

Sua elaboração referencia-se em dispositivos legais de âmbito internacional, como a Carta para a Formação dos Arquitetos (UNESCO/UIA/2011), que tece considerações acerca do processo formativo desses profissionais; de âmbito nacional, como a Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Arquitetura e Urbanismo; e também nas políticas de ensino, pesquisa e extensão estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNIFESSPA 2014/2019), entre outros referenciais utilizados.

Como instrumento de planejamento de curso vinculado ao instrumento de planejamento macro da Unifesspa, todas as proposições com vistas a formar o profissional arquiteto e urbanista objetivam colaborar na consolidação do propósito de criação da Instituição, que tem por **missão**: “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade de vida” e também de seu anseio de futuro, conforme explicitado na **visão** de “Ser uma universidade inclusiva e de excelência na produção e difusão de conhecimentos de caráter filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico.” (PDI UNIFESSPA 2014/2019, p. 25).

Ainda, em seu PDI, nas laudas 25 e 26, a Unifesspa expressa seu compromisso com a educação pública de nível superior, por meio dos **princípios** estabelecidos, com os quais este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) também se alinha. São estes os princípios da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará:

- a) a universalização do conhecimento;
- b) o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica;
- c) o pluralismo de ideias e de pensamento;
- d) o ensino público e gratuito;
- e) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;

g) a excelência acadêmica;

h) a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Em função das circunstâncias de implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA/Unifesspa), este PPC envolveu, em sua primeira elaboração, profissionais das equipes gestora e técnica do IEA, que buscaram como referência projetos de instituições com curso de Arquitetura e Urbanismo já consolidados, além dos dispositivos legais. Esta versão elaborada foi submetida à análise da Congregação IEA/Unifesspa para aprovação e posterior encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe/Unifesspa) para homologação.

Com a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Arquitetura e Urbanismo, após posse de aprovados em concurso público em andamento, o acompanhamento do desenvolvimento das ações, a sua avaliação, assim como a proposição de complementação ou reelaboração deste PPC competem a esse Núcleo.

Em relação aos elementos estruturantes, esta elaboração de PPC seguiu o roteiro proposto pela Unifesspa, considerando em suas partes dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Desse modo, situa contextualmente o curso em implantação; expõe a sua organização didático-pedagógica; apresenta seu quadro docente e técnico-administrativo, assim como as condições necessárias de infraestrutura e de recursos para o desenvolvimento das práticas educativas.

A atualização desse instrumento de gestão das ações de ensino, pesquisa e extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo fica também condicionada aos resultados das avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA/Unifesspa), primando sempre pela formação de seus egressos como “cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.”. (PDI UNIFESSPA 2014/2019, p. 114).

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo no IEA é mais uma ação que expressa os anseios da Unifesspa em ser “universidade inclusiva e de excelência na produção e difusão de conhecimentos de caráter filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico.” (PDI/UNIFESSPA 2014/2019, p. 25).

No que concerne ao anseio da Unifesspa em ser “universidade inclusiva”, o próprio histórico de sua criação ratifica essa sua característica. Oficialmente, ela foi criada pela Lei n.º 12.824, de 5 de junho de 2013. A partir disso, há o desmembramento do *Campus* de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), ao qual esteve ligado desde 1986, conforme Resolução nº 21.355/86 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), o qual aprova o Projeto de Interiorização da UFPA.

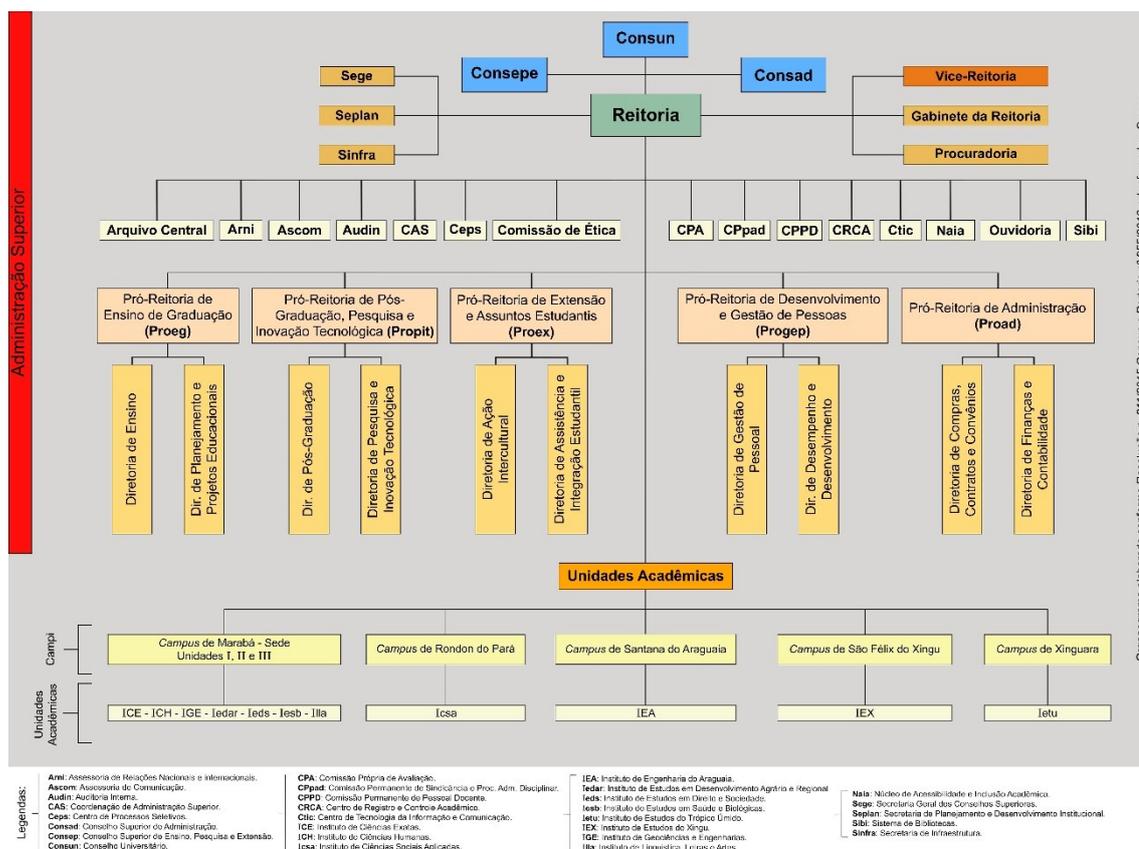
No processo de criação da Unifesspa, há fatores econômico e social que o impulsionaram. Em relação ao primeiro fator, destaca-se a explosão da produção mineral, marcada, entre outros aspectos, pela implantação das diferentes fases do DIM (Distrito Industrial de Marabá), a qual colaborou para incitar o crescimento industrial e demográfico nas regiões sul e sudeste do Pará, que tem Marabá como seu principal polo urbano.

Quanto ao segundo fator, observa-se que, devido às dificuldades de acesso e de comunicação com os grandes centros, a população local aspirava por uma universidade própria que propiciasse a formação profissional de seus estudantes, sem o imperativo do deslocamento para as metrópoles, e que contribuísse com o desenvolvimento social dos municípios localizados nessas regiões.

Assim, desde sua criação, a Unifesspa se constituiu como universidade *multicampi*, sendo formada pelo *Campus* de Marabá (sede) e os *Campi* de Rondon do Pará, Xinguara, São Félix do Xingu e de Santana do Araguaia. Entretanto, a área de abrangência da Unifesspa vai além dos municípios citados, envolvendo, ao todo, 39 municípios da mesorregião do sudeste paraense, além de potencial impacto no norte do Tocantins, sul do Maranhão e norte do Mato Grosso.

No que diz respeito ao anseio da Unifesspa por “excelência na produção e difusão de conhecimentos”, em seu organograma (Figura 1), é possível observar toda uma estrutura administrativa e pedagógica, organizada com a finalidade de possibilitar o funcionamento dos 5 *campi*, com suas respectivas unidades acadêmicas.

Figura 1 – Organograma da Unifesspa



Fonte: Portal Unifesspa (<https://unifesspa.edu.br>. Acesso em: 30 nov. 2018).

Em seu curto período de existência autônoma, a Unifesspa mantém em funcionamento 42¹ cursos de graduação, das diferentes áreas do conhecimento, distribuídos em seus 5 *campi*. Para 2019, há a projeção de implantação de 2 novos cursos: o curso de Arquitetura e Urbanismo, no *Campus* de Santana do Araguaia; e o curso de Engenharia Florestal, no *Campus* de São Félix do Xingu. Na pós-graduação, mantém em funcionamento 3 cursos *lato sensu* e 7 cursos *stricto sensu*, em nível de mestrado.

A implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo no IEA vem agregar-se a dois outros cursos na modalidade presencial já em funcionamento nesse Instituto: a Licenciatura em Matemática, desde o segundo semestre de 2014; e o curso de Engenharia Civil, desde o segundo semestre de 2018. Também funcionam no IEA outros dois cursos modulares, desde julho de 2016, que são Letras (Português) e Matemática, numa parceria entre o PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) e Secretaria Municipal de Educação de Santana do

¹ Segundo dados da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg/Unifesspa).

Araguaia.

Uma vez que já se encontra em funcionamento o curso de Engenharia Civil no IEA, para o qual já está em tramitação Termo de Referência (TR) com as listas de equipamentos e materiais a serem adquiridos para laboratórios de Mecânica dos Solos, Estruturas e Construção; Hidráulica, Hidrologia e Mecânica dos Flúidos; Segurança do Trabalho, Topografia e Geoprocessamento; Eletricidade e Instalações Elétricas; Saneamento Ambiental; Química; Informática; Física e Matemática, os acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo em implantação no IEA já encontrariam encaminhadas providências para uso compartilhado de alguns laboratórios. Isso também implicaria otimizar o uso de recursos públicos.

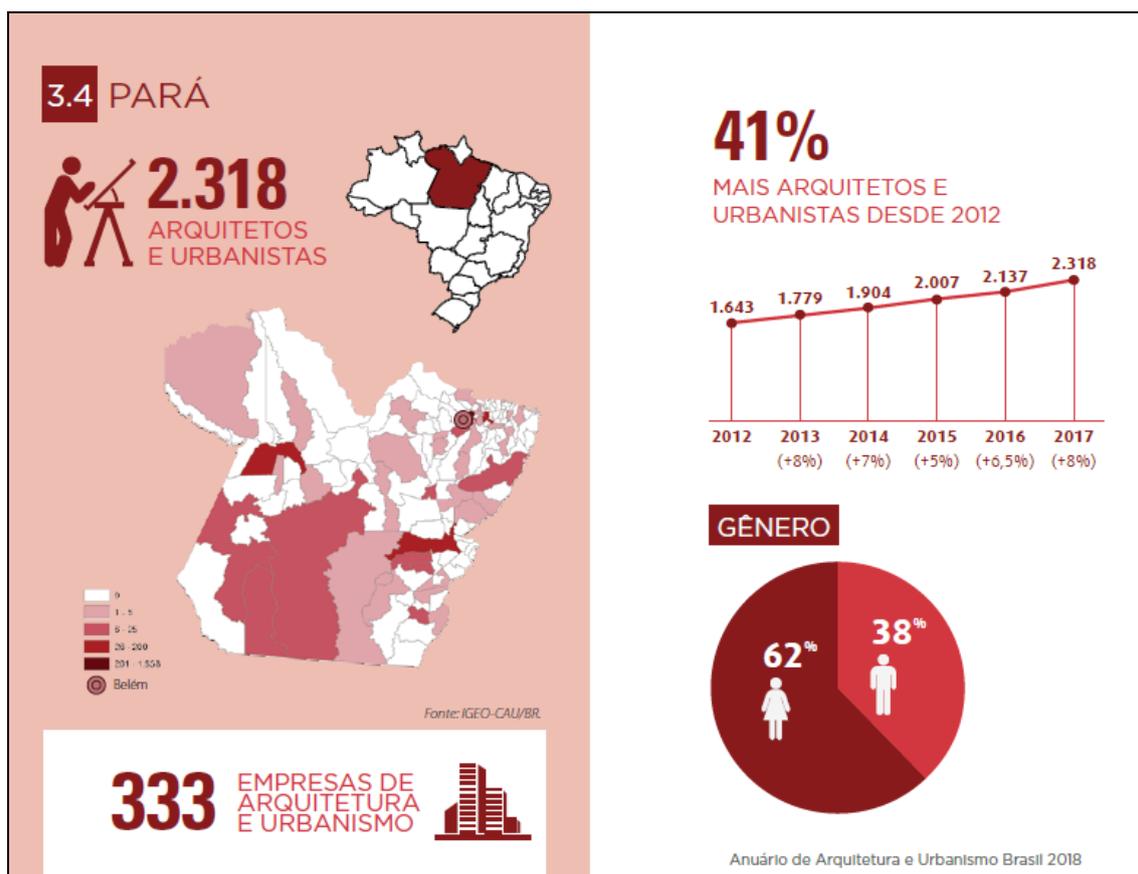
No cenário da formação inicial e continuada do território brasileiro, a Unifesspa busca firmar os anseios da **visão** institucional descrita em seu PDI. Desse modo, a implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo no IEA vem reforçar e reafirmar essa concretização.

2.1 O profissional arquiteto e urbanista no contexto atual paraense

O Anuário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (2018) aponta o crescimento de atividades da área entre os anos de 2016 e 2017. Embora a região norte tenha apresentado o maior crescimento em número de profissionais ativos, o Pará está entre os estados da região que possui menos arquitetos por habitantes proporcionalmente. Segundo o Anuário (2018, p. 14), são 3.609 habitantes para 1 arquiteto.

No Anuário, ainda são encontradas informações relativas ao quantitativo de profissionais no estado, com discriminação de crescimento ano a ano, a partir de 2012, e com apresentação de percentual de arquitetos e urbanistas por gênero. Entre outras informações específicas da profissão ao contexto paraense, está o quantitativo de empresas da área instaladas no estado, conforme se vê na figura seguinte, destacada do Anuário.

Figura 2 - Dados de Arquitetura e Urbanismo no Pará



Fonte: Anuário de Arquitetura e Urbanismo (2018, p. 40).

De acordo com o documento, todo o levantamento feito sobre a área, em sua abrangência, é indicativo de como o mercado se movimenta e de como o profissional de Arquitetura e Urbanismo pode encontrar novas oportunidades de trabalho. Por outro lado, o levantamento serve também para que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) promova políticas e ações mais eficientes, em sintonia com a realidade posta.

Outro levantamento importante feito pelo Anuário diz respeito ao aumento de atividades de Arquitetura e Urbanismo. Para a Unifesspa, esses dados do Anuário denotam a expansão da área em termos de afazeres relacionados a projeto, execução, gestão, meio ambiente, atividades especiais em Arquitetura e Urbanismo, ensino e pesquisa, engenharia e segurança do trabalho. Tudo isso requerendo a construção de um currículo amplo e flexível do curso e fundamentado em valores humanistas para a formação do acadêmico, que tem no estado e na região a possibilidade de se estabelecer profissionalmente.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Estão sintetizadas no quadro seguinte informações relativas à identificação, localização e aspectos legais e estruturais da organização do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa.

Quadro 1 - O Curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA

Nome do Curso	Arquitetura e Urbanismo
Modalidade do Curso	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
Local de oferta	Instituto de Engenharia do Araguaia, <i>Campus</i> Universitário de Santana do Araguaia – PA
Endereço	Unifesspa, IEA, Rua Geraldo Ramalho, s/n, Bairro Centro, CEP: 68560-000
Forma de ingresso	Por meio de processo seletivo aprovado e regulado pelo Consepe, observada a legislação vigente.
Vagas	30 vagas anuais
Turno de funcionamento	Integral
Modalidade de oferta	Presencial
Total de períodos	10 semestres
Tempo padrão de conclusão	5 anos
Tempo máximo de conclusão	7 anos e meio
Forma de oferta	Paralela
Carga horária total	3.810h
Título conferido	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
Período letivo	Extensivo
Regime acadêmico	Seriado
Ato de reconhecimento	
Ato de renovação de reconhecimento	
Coordenação do Curso	Prof. ^a Dr. ^a Maria Elizabete Rambo Kocchann
Membros do NDE	

Fonte: Dispositivos legais do MEC/Unifesspa (variadas datas)

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

Neste tópico, encontram-se diretrizes traçadas para o curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa. Elas remetem a postulados, a fim a ser alcançado, a perfil profissional a ser formado, a competências a serem construídas e a métodos empregados para a interação e elaboração do conhecimento da área.

4.1 Fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos

Os fundamentos nos quais se ancora o PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo estão voltados à construção do perfil do egresso, conforme instituído na Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, e também no que determina o PDI Unifesspa 2014/2019, quando expõe que esses projetos

devem ressaltar o compromisso de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo uma concepção de formação que busca a sólida formação teórica, o trabalho coletivo interdisciplinar, a unidade entre teoria/prática, o compromisso social e ético do profissional na superação das injustiças sociais, da exclusão e da discriminação social, na busca por uma sociedade mais humana e solidária. (PDI UNIFESSPA 2014/2019, p. 70)

No intuito de se alinhar ao que se encontra regulamentado nesses dois documentos, os fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos aqui delineados afinam-se a teorias críticas do processo educativo formal.

Fundamentos epistemológicos

Quando a Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, estabelece critérios para caracterizar o perfil do egresso e destaca, em primeiro lugar, que se tenha “sólida formação de profissional generalista”, demarca, com isso, que concepções que fundamentam epistemologicamente o curso precisam estar situadas num campo teórico-discursivo de compreensão multidimensional de mundo e omnilateral de ser humano. É nesse contexto que as concepções de conhecimento, currículo, educação, ensino e aprendizagem estão sendo tomadas como fundamentos epistemológicos do curso.

Para a construção de um perfil de profissional arquiteto e urbanista generalista, o conhecimento acessado e construído no meio acadêmico é concebido numa perspectiva integradora, ou seja, comprometido em diluir distinções valorativas entre as ciências da natureza e as humanidades. É também, numa perspectiva interacionista de sua elaboração, as possíveis respostas que o homem produz a cada desafio com que se defronta, modificando sua realidade e a si próprio. Desse modo, vai agregando novos conhecimentos aos já existentes.

Enquanto finalidade, a compreensão é de que o conhecimento deve contribuir para erradicar pobreza, promover harmonia com a natureza e com a sua

sustentabilidade, preservar a cultura de paz e de interação entre ciência, tecnologia e sociedade. É um entendimento que está em conformidade com as discussões da *Conferência Mundial sobre Ciência para o Século XXI – Um Novo Compromisso*, promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003).

Outro aspecto discutido nessa Conferência e que também se incorpora neste PPC refere-se à disponibilização do conhecimento científico a todos, buscando erradicar as diferenças socioeconômicas entre os países. São princípios de alcance mundial cujo sentido vai sendo apropriado e adequado, porque se equipara, ao contexto de formação profissional desta Universidade.

Essa forma de conceber o conhecimento que vem para composição curricular do curso só terá acolhimento nela se o currículo for assumido como conjunto integrado e articulado de atividades “nucleares” intencionadas e organizadas para promover a sua construção, reconstrução, socialização e difusão. O termo em destaque pelo uso das aspas é um acréscimo de Saviani (2012, p. 15) a essa difundida concepção de currículo, a fim de demarcar que o acesso ao saber formalizado do programa curricular, está na centralidade da ação pedagógica.

Esses conhecimentos de base da formação do profissional-cidadão que contribui com o desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional e global de uma sociedade democrática e solidária em construção, por sua vez, nivelam-se com uma concepção de educação que é emancipatória, porque pressupõe a conscientização e a problematização de contexto social de oportunidades desiguais e mobiliza meios de superação.

Na perspectiva de instrumentalizar o estudante em formação, a fim de que ele desenvolva “aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo” (RESOLUÇÃO N.º 2/2010/CNE/CES), o ensino é concebido como processo no qual são criadas condições de interação com o objeto de conhecimento, por meio de situações desafiadoras nas quais é possível estabelecer reciprocidade intelectual e cooperação moral e racional entre os sujeitos envolvidos. A aprendizagem seria, pois, a capacidade de o estudante exercitar operacionalmente a inteligência a fim de elaborar o conhecimento, enquanto interage com o objeto e os demais sujeitos.

Quando se considera a abrangência de atividades profissionais destacadas pelo

Anuário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (2018, p. 25-32), assim como a amplitude de atribuições do arquiteto e urbanista tal qual se apresentam dispostas na Lei n.º 12.378/2010, observa-se que as bases do saber científico da área atrelam-se a saberes de outras a fim de compor os seus referenciais.

Concernentemente aos conhecimentos próprios do campo da Arquitetura e Urbanismo, eles se constroem dentro de períodos historicamente situados, reconstroem-se por aprofundamento da compreensão do processo em momento posterior e, por vezes, simultâneo, ou ainda, transformam-se por refutação. Assim, como conjunto de princípios da ciência arquitetônica e urbanística, tais conhecimentos compõem as teorias da área. Como agregação de procedimentos, constituem o estudo de métodos característicos.

Os vínculos operativos entre conhecimentos teóricos e práticos fazem com que eles se demandem, sem que, necessariamente, um deles seja guia do outro. Nesse sentido, os fundamentos epistemológicos do curso são, ainda, os conhecimentos sistematizados do campo a serem abordados nessa perspectiva, considerando a abrangência de matizes próprios da área e os que são por ela apropriados.

A organização desses conhecimentos como conteúdos curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo respalda-se no art. 6.º da Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, no qual está disposta a distribuição desses conteúdos em dois núcleos (Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e Núcleo de Conhecimentos Profissionais) e um Trabalho de Curso.

Em relação à composição dos Núcleos, o documento regulamenta que:

§ 1.º O Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação será composto por campos de saber que forneçam o embasamento necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado e será integrado por: Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Representação e Expressão.

§ 2.º O Núcleo de Conhecimentos Profissionais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso e será constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia.

Com essa composição dos Núcleos, o docente, em sua ação pedagógica, serve-se dos conhecimentos científicos de cada segmento do saber a fim de que, em práticas

de ensino, pesquisa e extensão, recursos cognitivos do acadêmico sejam ativados em sua elaboração. Tais conhecimentos também subsidiarão o estudante na composição do Trabalho de Curso, com procedimentos de investigação técnico-científica.

São conhecimentos voltados para a formação generalista do arquiteto e urbanista e envolvem atividades profissionais de elaboração de projeto, execução de obras, gestão, meio ambiente, atividades especiais, ensino e pesquisa, engenharia de segurança do trabalho. Ao fazerem parte da formação desse profissional, abrem trilhas para o aprofundamento em determinada especialidade, por meio de formação continuada, sem perder de vista a capacidade de julgar a pertinência dos conhecimentos em relação à situação e de mobilizá-los com discernimento.

Fundamentos éticos

À competência técnica do profissional, desenvolvida pela apropriação dos conhecimentos científicos dos campos de saber, precisam agregar-se os fundamentos éticos. Para isso, o arquiteto e urbanista dispõe de Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), aprovado pela Resolução n.º 52/2013.

Nele, encontram-se regulamentadas obrigações gerais ao profissional registrado no CAU/BR e também obrigações para com o interesse público, para com o contratante, para com a profissão, para com os colegas e para com o Conselho de Arquitetura. No art. 2.º da Resolução que aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, está a recomendação para que o Conselho promova a divulgação do documento em instituições de ensino superior, entre outras instâncias citadas.

Nesse sentido, neste PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, faz-se o acolhimento das regulamentações do Código como seus fundamentos éticos. Eles se constituem conhecimentos declarativos, que fazem parte da formação e devem ser assumidos pelo acadêmico no desempenho de sua profissionalidade.

Outros conhecimentos relacionados, especialmente, a conteúdos atitudinais e que são fundamentos éticos do curso de Arquitetura e Urbanismo referem-se ao respeito à diversidade. No cotidiano acadêmico, eles devem manifestar-se por meio da valorização de conhecimentos produzidos por diferentes culturas; pelo reconhecimento

da singularidade e das diferenças entre pessoas e grupos sociais, bem como pelo seu acolhimento no ambiente acadêmico; na convivência respeitosa com diferentes opiniões sobre fatos e diferentes visões de mundo; no repúdio a qualquer tipo de discriminação e pelo respeito aos valores e crenças. Tais conhecimentos são caros à Unifesspa, cuja visão expressa o intento de “Ser uma universidade inclusiva”. Eles se oficializam e se legitimam em múltiplos dispositivos legais.

De forma objetivada, no desenvolvimento de disciplinas obrigatórias e em demais atividades curriculares desenvolvidas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo, serão abordados, de modo transversal, conhecimentos referentes à Educação Ambiental, como preconiza a Resolução n.º 2/2012/CNE/CP, e relacionados à Educação em Direitos Humanos, em conformidade com a Resolução n.º 1/2012/CNE/CP, assim como a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Fundamentos didático-pedagógicos

Quanto aos fundamentos didático-pedagógicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, novamente recorre-se à Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, a fim de destacar dela diretrizes que implicam procedimentos a serem utilizados pelo docente, os quais, por sua vez, requerem dele a compreensão de conhecimentos acerca desses modos de ensinar.

O primeiro procedimento destacado refere-se ao ensino por competências e habilidades (art. 2.º). Essas terminologias, encontradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Arquitetura e Urbanismo, ou as concepções que delas emanam aparecem já há algum tempo em referenciais oficiais da educação, tais como: *Conferência Mundial da Educação Para Todos* (1990), *Relatório da Comissão Internacional da Educação para o Século XXI* (DELORS, 1996), *Lei n.º 9.394* (1996), *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998), *Documento Básico do Enem* (1999).

De acordo com Rangel, Mocarzel e Pimenta (2016), as concepções de competências e habilidades expressas em referenciais da educação vão ao encontro das proposições de Perrenoud (1999), o qual, acerca de competência, escreve:

São múltiplos os significados da noção de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os

conhecimentos. (PERRENOUD, 1999, p. 4)

Em relação à habilidade, o autor supracitado, na página 33 da mesma obra referenciada, escreve:

Em um certo sentido, a habilidade é uma “inteligência capitalizada”, uma sequência de modos operatórios, de analogias, de intuições, de induções, de deduções, de transposições dominadas, de funcionamentos heurísticos rotinizados que se tornaram esquemas mentais de alto nível ou tramas que ganham tempo, que “inserem” a decisão.

Tendo em vista que a concepção de competência em Perrenoud (1999) supõe que ela esteja relacionada às operações cognitivas, de modo que não basta o conhecimento, mas a capacidade de saber que uso fazer desse conhecimento em situações contextualizadas, a habilidade seria complementar a ela, uma vez que, para a manifestação de determinada competência, seria necessário ativar habilidades desenvolvidas.

Rangel, Mocarzel e Pimenta (2016, p. 32) exemplificam esse processo referindo-se à competência para dirigir automóvel, a qual requereria habilidades como interpretar a sinalização de trânsito, operar o veículo, possuir noções de distância.

A compreensão de tais concepções, assim como a sua utilização como diretriz das ações pedagógicas implicam: a) a não centralidade de conteúdo conceitual nas práticas, com adoção de abordagem que também inclua aqueles conteúdos relacionados a procedimentos, valores, normas e atitudes; b) a apresentação de conteúdos com explicitação da finalidade de sua aprendizagem; c) a visão de conteúdo como meio para que o acadêmico desenvolva habilidades que lhe permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos; d) a necessidade de relacionar os conteúdos com as práticas sociais vivenciadas pelo acadêmico; e) a compreensão de que os procedimentos expressam o saber fazer, no qual estão envolvidas a tomada de decisões e a realização de uma série de ações ordenadas, a fim de se alcançar um objetivo; f) o estímulo à autonomia do acadêmico; g) a utilização das funções diagnóstica, formativa e somativa da avaliação na perspectiva de promover aprendizagens; h) a pressuposição da interação cognitiva entre conhecimentos prévios e conhecimentos a serem apropriados; i) a necessidade de minimizar a compartimentação disciplinar.

O segundo procedimento diz respeito à interdisciplinaridade (art. 3.º, inciso III) como fundamento que possibilita convergências, aproximações e complementaridade entre conhecimentos de áreas distintas. Fazenda (2002, p. 39) respalda essa ideia,

quando escreve que:

Na interdisciplinaridade, ter-se-ia uma relação de reciprocidade, de mutualidade, ou melhor dizendo, um regime de co-propriedade que iria possibilitar o diálogo entre os interessados. Neste sentido, pode-se dizer que a interdisciplinaridade depende basicamente de uma atitude. Nela a colaboração entre as diversas disciplinas conduz a uma “interação”, a uma intersubjetividade como única possibilidade de efetivação de um trabalho interdisciplinar.

A adoção desse procedimento na prática pedagógica não dilui as disciplinas. Seu objetivo é minimizar a fragmentação do conhecimento, impulsionando as trocas entre os especialistas e a interação entre disciplinas no desenvolvimento de propostas de ensino, pesquisa e extensão.

O terceiro procedimento relaciona-se à articulação entre teoria e prática (art. 3.º, inciso IV). Para o curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, a organização curricular flexível deve favorecer essa articulação, especialmente, ao propor atividades como a prototipagem, a elaboração simulada de projetos e os experimentos de canteiros. São atividades práticas para as quais os conhecimentos que fundamentam a sua realização deverão ser acionados pelo acadêmico.

Os conhecimentos aplicados irão propiciar uma formação com visão ampla do projeto arquitetônico e urbanista, no qual será possível apontar desempenho, comportamento, resistência e durabilidades de materiais; identificar diferentes tipos de solos, fundações e estruturas; além de desenvolver uma visão mais geral acerca das tecnologias disponíveis para facilitar a criação arquitetônica. É uma formação de hospedagem de projetos em ambientes virtuais, de projeções a partir de recursos tecnológicos, de traçados em pranchetas e de edificações alicerçadas em terrenos adequados e com materiais apropriados.

O quarto procedimento destacado da Resolução n.º 2/2010/CNE/CES faz referência ao incentivo à pesquisa (art. 3.º, inciso VII). É um mecanismo didático-pedagógico que possibilita a problematização e a construção investigativa do conhecimento. Nesse processo, é possível articular a teoria e a prática de forma interdisciplinar e contextualizada, além de se constituir num modo de realizar a iniciação científica do acadêmico e integrar graduação e pós-graduação.

A pesquisa como fundamento didático-pedagógico para a formação do arquiteto e urbanista envolve ações que explicitam a indissociabilidade dela com o ensino e a extensão. Além disso, propicia a interação entre docente e acadêmico, impulsionando a discussão em sala de aula e o convívio com protocolos que respaldam

a validade científica da investigação e encaminham a procedimentos pautados na ética.

Com esses fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos em atuação no desenvolvimento das práticas pedagógicas do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, espera-se realizar a formação profissional do acadêmico numa perspectiva emancipatória e transformadora e em consonância com os princípios legais da profissão, os quais estabelecem a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos e a qualidade material do ambiente construído e sua durabilidade; o uso da tecnologia em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades; o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído e; a valorização e a preservação da Arquitetura, do Urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva. (BRASIL, 2016, p. 70).

4.2 Objetivos

Na elaboração dos objetivos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa foram consideradas as concepções instituídas nas Diretrizes Curriculares do Curso, as quais devem fundamentar a organização e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para a formação do profissional arquiteto e urbanista.

Objetivo Geral

- ✓ Formar arquitetos e urbanistas generalistas e com habilitação única, com abordagem de conhecimentos fundamentados na epistemologia da área e nos preceitos éticos da profissão e do convívio social.

Objetivos específicos

- ✓ Desenvolver, em práticas de ensino, pesquisa e extensão, atividades que promovam o aprendizado acadêmico e a caracterização da identidade profissional, por meio das ciências dos campos de saber do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e do Núcleo de Conhecimentos Profissionais.
- ✓ Instrumentalizar o acadêmico com conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais para a realização de seu Trabalho de Curso.

- ✓ Difundir os princípios, as regras e as recomendações do *Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil* (2013) como fundamentos éticos a serem apropriados pelo acadêmico e assumidos pelo profissional arquiteto e urbanista.
- ✓ Promover ações de respeito à diversidade em práticas educativas e pedagógicas.
- ✓ Planejar e desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando as concepções fundantes da organização didático-pedagógica do curso (competências e habilidades, interdisciplinaridade, articulação entre teoria e prática e incentivo à pesquisa).

4.3 Perfil do egresso

Conforme prescrição do art. 4.º da Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, o curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa deve possibilitar que o egresso tenha como perfil:

- I – sólida formação profissional generalista;
- II – aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo;
- III – conservação e valorização do patrimônio construído;
- IV – proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

Nessa descrição documental de formação de perfil profissional de arquiteto e urbanista, o IEA/Unifesspa entende e assume a abrangência de competências que ela incorpora. Além da competência técnica, também as política e social, com capacidade para considerar a diversidade do contexto amazônico, em que se insere.

4.4 Competências e habilidades

De acordo com o artigo 5.º da Resolução do CNE/CES n.º 2/2010, o curso de Arquitetura e Urbanismo deve possibilitar formação profissional que contribua para o desenvolvimento de, pelo menos, estas competências e habilidades:

- I – o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;
- II – a compreensão das questões que informam as ações de

preservação da paisagem e de avaliação dos impactos do meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;

III – as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;

IV – o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;

V – os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;

VI – o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;

VII – os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;

VIII – a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;

IX – o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;

X – as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;

XI – as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;

XII – o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informação e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;

XIII – a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional. (BRASIL, 2010, p. 38).

Elas ensinam um programa de ações a serem desenvolvidas em práticas de ensino, pesquisa e extensão.

4.5 Procedimentos metodológicos

No inciso III, do art. 3.º, da Resolução do CNE/CES n.º 2/2010 encontra-se o dispositivo para que o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo exponha “formas de realização da interdisciplinaridade”. Fica assim estabelecido que tal concepção deva fazer parte das práticas procedimentais do docente do curso.

Pombo (2004) considera que a interdisciplinaridade pressupõe atitude e método. Relativamente ao método, a autora destaca a faceta cognitiva da interdisciplinaridade, que englobaria o estar sensível à complexidade, demonstrar capacidade para procurar mecanismos comuns, dar atenção a estruturas profundas que possam articular o que aparentemente não é articulável. São ações que evidenciariam procedimentos científicos para alcançar conhecimentos válidos e passíveis de verificação por meio de instrumentos confiáveis. Quanto à atitude, a referida autora enumera a curiosidade, a abertura de espírito, o gosto pela colaboração, pela cooperação, pelo trabalho em comum como atitudes necessárias à prática interdisciplinar.

Para Strickland (2002), esses pressupostos interdisciplinares seriam intrínsecos à atividade do arquiteto e urbanista, na Antiguidade. Nesse período, esse profissional projetava e executava. Eram responsabilidades que exigiam uma visão ampla sobre as diversas dimensões técnicas e artísticas envolvidas na construção.

No período Renascentista, deu-se início a fragmentação dessas atividades, separando-se o intelectual do operário (BENEVOLO, 1989; KOLAREVIC, 2003). Tal ruptura trouxe, no decorrer do tempo, transformações significativas à capacidade desse profissional enxergar o processo construtivo como um todo.

Isso também se refletiu na educação, com a proposição do currículo multidisciplinar para o curso de Arquitetura e Urbanismo, demandada pelo pensamento Positivista do século XIX (JAPIASSU, 1976). Desde a criação das primeiras universidades brasileiras, entre as décadas de 1920 e 1950, a forma de ensinar arquitetura e urbanismo desperta questionamentos importantes para o entendimento do campo disciplinar, da atuação profissional e da conceituação do projeto (SALCEDO *et al*, 2015).

Atualmente, as novas demandas tecnológicas do setor da construção civil passaram a exigir projetos cada vez mais complexos e integrados, requisitando dos

profissionais uma visão ampla sobre a construção e, conseqüentemente, requerendo uma formação em Arquitetura e Urbanismo mais abrangente e integradora de saberes (RUSCHEL *et al*, 2013). Com isso, evidencia-se a premente necessidade de práticas interdisciplinares nos cursos de formação do arquiteto e urbanista.

Na busca por concretizar e consolidar práticas interdisciplinares, Instituições de Ensino Superior (IES) têm projetado nos PPCs dos cursos, executado e divulgado algumas experiências. São proposições que partem de um tema gerador, como é o caso do que vem desenvolvendo a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo; que realiza “Maratona de projetos” em ateliês verticais, como tem feito a Unochapecó, no Rio Grande do Sul; que tem se utilizado de plataforma colaborativa *Building Information Modeling* (BIM) para desenvolver atividade interdisciplinar no curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Fluminense (IFF), no Rio de Janeiro.

São exemplos de experiências que, cujo acesso às etapas de sua elaboração, ao fluxograma de seus procedimentos metodológicos, ao conhecimento das disciplinas e dos períodos letivos que envolvem, evidencia a possibilidade da realização de práticas interdisciplinares e do quanto elas são essenciais na formação do arquiteto e urbanista. Elas também apontam “modos de integração entre teoria e prática” (ART. 3.º, INCISO IV, RESOLUÇÃO N.º 2/2010) e uso de procedimentos da pesquisa-ação e da pesquisa exploratória.

Outros aspectos procedimentais das Diretrizes Curriculares do Curso referem-se à flexibilidade curricular, à articulação teoria e prática e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A flexibilidade diz respeito à possibilidade de se construir currículo aberto às transformações por que passa a produção do conhecimento. Nos processos de ensino e aprendizagem, teoria e prática não estão em polos independentes, elas se demandam, havendo a necessidade de elaboração e desenvolvimento de atividades curriculares de ensino, pesquisa e extensão integradas ao contexto local imediato, mas sem perder de vista a formação voltada às questões globais.

Nesta etapa de elaboração do PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, estão sendo pontuados os procedimentos metodológicos presentes nas Diretrizes Curriculares do Curso. A organização das atividades curriculares, evidenciando a sua aplicação será possível com a composição do quadro docente. São os especialistas da área, fundamentais nessa estruturação.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa segue o regulamentado pela Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, em seus artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º, os quais instituem como componentes curriculares as disciplinas do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e as do Núcleo de Conhecimentos Profissionais; o Trabalho de Curso (TCC I e II); o Estágio Curricular Supervisionado (ECS I e II); as Atividades Complementares.

Também está na composição do currículo do curso o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em consonância com o instituído na Lei n.º 10.861/2004. A periodicidade máxima de aplicação do Enade aos estudantes de graduação é trienal. A última aplicação do Exame para os acadêmicos do primeiro e do último ano do curso de Arquitetura e Urbanismo aconteceu em 2017 (PORTARIA INEP N.º 469/2017). Por ser componente curricular dos cursos de graduação, o Enade está inscrito no histórico escolar do estudante.

Na estrutura curricular do curso, a distribuição da carga horária por atividades considera o disposto na Resolução n.º 2/2007/CNE/CES, identificada nos componentes curriculares por quantidades numéricas, denominadas créditos. As disciplinas serão ofertadas semestralmente, conforme demanda.

O tempo padrão para a conclusão do curso é de 5 (cinco) anos e o tempo máximo de 8 (oito). Na sequência, a tabela 1 mostra uma distribuição de carga horária das atividades curriculares, e a tabela 2 mostra uma estrutura curricular. Ambas as tabelas foram tomadas do PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR, 2017). Há três justificativas para tal apropriação. A primeira delas está relacionada à recente data de elaboração do documento. A segunda diz respeito ao quadro docente desse Curso nessa Universidade, que conta com 13 profissionais. Uma composição enxuta, se comparada ao curso de Arquitetura e Urbanismo de Instituições que estão há mais tempo atuando na formação do profissional arquiteto e urbanista, portanto, um quadro docente mais próximo da realidade do curso em implantação na Unifesspa.

A terceira e última justificativa relaciona-se à proposição das equipes gestora e técnico-pedagógica do IEA em apresentar cronograma de formação sobre o PPC aos docentes ingressantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, como sistematização a ser coletivamente discutida, para apropriação das concepções que fundamentam o Projeto,

para reelaborações necessárias e para definições e elaborações do que está apresentado nessa construção com lacunas.

O ementário das disciplinas obrigatórias também foi tomado do PPC da UFRR, e o ementário das disciplinas optativas foi elaboração do IEA, com base em PPCs de cursos de Arquitetura e Urbanismo de várias outras universidades.

Tabela 1 - Distribuição da carga horária do curso por atividades

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Disciplinas Obrigatórias	3.120h
Disciplinas Optativas	180h
1º Total Parcial	3.300h
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	120h
Estágio Curricular Supervisionado – ECS	270h
Atividades Complementares - AC	120h
2º Total Parcial	510h
Total Geral	3.810h

Fonte: PPC de Arquitetura e Urbanismo da UFRR (2017)

5.1 Estrutura curricular do curso

Na estrutura curricular que se apresenta, semestre a semestre, constam as disciplinas obrigatórias, num total de 52, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II, o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) I e II e as Atividades Complementares. Além delas, também consta na estruturação 3 disciplinas optativas a serem cursadas pelo acadêmico. Essas atividades incluídas e também as optativas terão subtópicos específicos para detalhamento de sua organização.

Na distribuição da carga horária das atividades, foi mantida a proposta da UFRR para teoria e prática. No processo de formação sobre o PPC de Arquitetura e Urbanismo do IEA, uma das tarefas do grupo será a redistribuição dessa carga horária, considerando as atividades de extensão, para as disciplinas em que houver por bem a sua realização.

Conforme anunciado na p. 19 deste PPC, de forma objetivada, no desenvolvimento de disciplinas obrigatórias, serão abordados, de modo transversal, conhecimentos referentes à Educação Ambiental, à Educação em Direitos Humanos, e Educação das Relações Étnico-Raciais.

Ademais, tomando por base a Carta-Aberta às Faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, elaborada por arquitetos e arquitetas negras durante o Seminário *Salvador e Suas Cores 2018*, o qual teve como objetivo

“promover a construção de um campo de debate, pesquisa, e ensino na esfera disciplinar da arquitetura e urbanismo sobre as questões étnico-raciais em suas relações com a Arquitetura, Cidade, e Urbanismo, notadamente, no que tange ao legado civilizatório dos Africanos no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos arquitetônicos”

propõe-se que o grupo docente do curso aborde; nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria; os conteúdos relativos à história e cultura Africana, história e cultura Afro-brasileira e Relações Étnico-Raciais. Destaca-se que, na referida Carta, anexo deste PPC, é possível obter sugestões detalhadas de conteúdo.

Tabela 2 – Estrutura curricular do curso

1.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH ²	T-P-Ext.	CR. ³
AU	Desenho Técnico e Arquitetônico	60	15-45	1-3
AU	Teoria e História da AU I – Idade Antiga	60	60-00	4-0
AU	Geometria Descritiva e Perspectivas	60	15-45	1-3
AU	Expressão Manual Artística I	60	15-45	1-3
AU	Mecânica Geral	60	60-00	4-0
AU	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	30	30-00	2-0
	Total	330h		22
2.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Desenho Universal	60	30-30	2-2
AU	Teoria e História da AU II – Idade Antiga Clássica	60	60-00	4-0
AU	Geomática e Topografia	90	60-30	4-2
AU	Expressão Manual Artística II (Maquete)	60	15-45	1-3
AU	Sistemas Estruturais	60	60-00	4-0

² CH = Carga horária

³ CR.= Crédito

AU	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico	60	45-15	3-1
Total		390h		26
3.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Informática Aplicada à AU	60	15-45	1-3
AU	Teoria e História da AU III – Idade Média	60	60-00	4-0
AU	Materiais de Construção I	60	45-15	3-1
AU	Conforto Ambiental I	60	60-00	4-0
AU	Estrutura em Concreto Armado I	60	45-15	3-1
AU	Projeto de Arquitetura I – Residencial	90	30-60	2-4
Total		390h		26
4.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Estudos Sociais e Econômicos	60	60-00	4-0
AU	Teoria e História da AU IV – Idade Moderna	60	60-00	4-0
AU	Material de Construção II	60	45-15	3-1
AU	Conforto Ambiental II	60	60-00	4-0
AU	Estruturas em Concreto Armado II	60	45-15	3-1
AU	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço	90	30-60	2-4
Total		390h		26
5.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Tecnologia das Construções I	60	45-15	3-1
AU	Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea	60	60-00	4-0
AU	Estudos Ambientais	60	60-00	4-0
AU	Conforto Ambiental III	60	60-00	4-0
AU	Estruturas em Madeira e Aço	60	45-15	3-1
AU	Projeto de Arquitetura III – Educacional	90	30-60	2-4
Total		390h		26
6.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Tecnologia das Construções II	60	45-15	3-1
AU	Arquitetura Brasileira	60	60-00	4-0
AU	Estética e História das Artes	90	90-00	6-0
AU	Instalações Hidrossanitárias	60	30-30	2-2
AU	Planejamento Urbano e Regional I	60	45-15	3-1
AU	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical	90	30-60	2-4
Total		420h		28

7.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Paisagismo I	60	45-15	3-1
AU	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro	90	60-30	4-2
AU	Projeto Urbanístico I	90	30-60	2-4
AU	Instalações Elétricas e de Comunicação	60	30-30	2-2
AU	Planejamento Urbano e Regional II	60	45-15	3-1
AU	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar	90	30-60	2-4
	Total	450h		30
8.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Paisagismo II	90	30-60	2-4
AU	Metodologia da Pesquisa	30	30-00	2-0
AU	Projeto Urbanístico II	90	30-60	2-4
AU	Arquitetura de Interiores	60	15-45	1-3
AU	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	90	30-60	2-4
	Disciplina Optativa ⁴	60		
	Total	420h		
9.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	15-45	1-3
AU	Estágio Curricular Supervisionado I	180	15-165	1-11
AU	Disciplina optativa	60		
	Total	300h		
10.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Trabalho de Conclusão do Curso II	60	15-45	1-3
AU	Estágio Curricular Supervisionado II	90	0-90	0-6
AU	Atividades Complementares	120		
AU	Disciplina optativa	60		
	Total	330h		

Fonte: PPC de Arquitetura e Urbanismo da UFRR (2017)

5.1.1 Disciplinas Optativas

Definem-se como disciplinas optativas aquelas disponibilizadas pelo curso para livre escolha do acadêmico. Elas complementam a formação profissional numa determinada área ou subárea de conhecimento e estão na matriz curricular com uma carga horária de 180h, para serem cumpridas pelo estudante nos três últimos semestres

⁴ No subtópico seguinte, serão apresentadas as disciplinas optativas. Todas elas com carga horária de 60h.

do curso.

Na tabela seguinte, encontram-se listadas as disciplinas optativas a serem disponibilizadas aos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa.

Tabela 3 - Disciplinas optativas

CÓDIGO	ATIVIDADE	CH	T-P-Ext.	CR.
	Arquitetura e Segurança do Trabalho	60	60-00	4-0
	Introdução à Libras	60	60-00	4-0
	Análise do Espaço Urbano	60	15-45	1-3
	Laboratório de Fotografia	60	15-45	1-3
	Habitação de Interesse Social	60	60-00	4-0
	Tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	60	60-00	4-0
	Legislação, Ética e Prática Profissional	60	60-00	4-0

Fonte: Equipes de elaboração do PPC

Em reunião de planejamento, o Núcleo Docente Estruturante do curso define quais disciplinas optativas poderão ser disponibilizadas no semestre, bem como a quantidade de vagas para cada uma delas. Depois disso, as disciplinas optativas são disponibilizadas às turmas. São regras de funcionamento das disciplinas optativas:

- a) Não será permitida a matrícula em mais de 1 disciplina optativa por semestre;
- b) O estudante que for reprovado por frequência ou nota em uma disciplina optativa não poderá cursá-la novamente, substituindo-a por outra para cumprimento da carga horária necessária;
- c) É permitido ao estudante cursar disciplinas optativas de outros cursos do IEA, observada a disponibilidade de vagas e horários;
- d) As disciplinas optativas cursadas pelo estudante serão computadas no histórico escolar para comprovação de cumprimento de carga horária.

Acerca das disciplinas eletivas, que são aquelas que não integram a estrutura curricular, estão na matriz de outros cursos da Instituição, mas podem ser cursadas pelo estudante, desde que haja disponibilidade e interesse, nesta versão do PPC, fica sinalizado o compromisso das equipes gestora e técnico-pedagógica do IEA, juntamente com a equipe docente do curso de definir procedimentos para essa modalidade, em conformidade com as normas já existentes na Unifesspa para essa oferta.

5.1.2 Ementário das disciplinas obrigatórias

1.º SEMESTRE

				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
DISCIPLINA:						CÓDIGO	
Desenho Técnico e Arquitetônico							
Categoria: Obrigatória						Semestre	
Modalidade: Presencial						1.º	
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO			
Teórica	Prática	Extensão	Total				
15h	45h		60h				
EMENTA							
<p>Utilização correta dos instrumentos de desenho para aplicação dos mesmos na representação do desenho técnico dentro das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Geometria e desenho geométrico. Retas, ângulos e todas as suas variações. Aplicações práticas. Convenções para desenhos arquitetônicos. Produção de desenhos necessários para a elaboração de projetos: plantas, cortes, cobertura, escadas e rampas.</p>							
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA							
<p>BÁSICA: CHING, F. D.K. <i>Representação gráfica em arquitetura</i>. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. FERREIRA, P. <i>Desenho de arquitetura</i>. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2001. MONTENEGRO, G.A. <i>Desenho Arquitetônico</i>. 4 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.</p> <p>COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>ABNT NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura</i>. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>ABNT NBR 8196: Emprego de escalas</i>. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. CHING, F. D.K. <i>Desenho para Arquitetos</i>. 2. ed. Porto Alegre. Bookman, 2012. OBERG, L. <i>Desenho Arquitetônico</i>. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1979. PRONK, Emile. <i>Dimensionamento em Arquitetura</i>. 7. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.</p>							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo I – Idade Antiga				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				1.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Introdução ao estudo da Arte, da Arquitetura e do Urbanismo e de suas concepções teóricas. Contextualização histórica e análise da produção artística, arquitetônica e urbanística da Pré-história ao Egito: a arte na Pré-história. As construções megalíticas. As construções vernaculares. Os assentamentos pré-históricos. O urbanismo e a cidade na Mesopotâmia e no Egito. Fundamentos da Arte e da arquitetura mesopotâmica e egípcia.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BENEVOLO, L. <i>História da Cidade</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005. GOITIA, F. <i>Breve história do urbanismo</i> . Lisboa: Editorial Presença, 2010. MUMFORD, L. <i>A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998.				
COMPLEMENTAR: ANDRADE, M. de. <i>A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. CHING, F. D. K.; ECKLER, J. F. <i>Introdução à arquitetura</i> . Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2014. COULANGES, F. de. <i>A cidade antiga</i> . São Paulo: Martin Claret, 2001. PEVSNER, N. <i>Panorama da arquitetura ocidental</i> . 2 ed. Tradução de José Teixeira Coelho Netto e de Silvana Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ZEVI, B. <i>Saber ver a Arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1996.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Geometria Descritiva e Perspectivas				CÓDIGO
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				1.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
15h	45h		60h	
EMENTA				
Vistas ortográficas, sistemas de projeção, o ponto, a reta e o plano, pertinência e posições relativas, métodos descritivos em geral. Geração de superfícies planas, problemas métricos, representação de poliedros e superfícies geométricas, seções e interseções em geral, aplicações práticas em arquitetura incluindo estudo de sólidos, escadas e rampas helicoidais e representação de telhados. Estudo da perspectiva, tipos de projeções posição do observador, tipos de perspectivas utilizadas, sombras.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BORGES, G.C.de M., BARRETO, D. G. O.; MARTINS, E. Z. <i>Noções de geometria descritiva: teoria e exercícios</i> . Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. MONTENEGRO, G. A. <i>A perspectiva dos profissionais: Sombras, insolação, axonometria</i> . 2ºEd, São Paulo, Blucher, 2010. MACHADO, A. <i>Geometria descritiva</i> . São Paulo: Atual Editora, 1986.				
COMPLEMENTAR: FERREIRA, E. N. <i>Geometria Descritiva: Representação Triédrica</i> . Palmas, TO: Ed. Unitins, 2001. GILL, R. W. <i>Desenho em Perspectiva</i> . Lisboa, Ed. Presença, 2008. GORDON, V.O. <i>Problemas de geometria descritiva</i> . Moscou: Editorial Mir, 1980. PRINCIPE JUNIOR, A. dos R. <i>Noções de geometria descritiva</i> . São Paulo, SP: Nobel, 1983. SILVA, A. C. R. <i>Desenho de vegetação em arquitetura e urbanismo</i> . São Paulo, Ed. Blucher, 2009.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Expressão Manual Artística I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				1.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
15h	45h		60h	
EMENTA				
<p>Desenvolver a habilidade para a produção manual de desenhos de representação, a partir da observação, a fim de garantir a capacidade de comunicação através do desenho. Procedimentos de apreensão e do processo de produção de imagens bidimensionais como repertório técnico e prático para a representação, a partir de meios de expressão visual. Sintaxe visual da produção e percepção da forma bidimensionalmente construída, a partir de exercícios práticos. Compreensão dos elementos característicos dos desenhos monocromáticos ou policromáticos, com o exercício de técnicas e materiais usualmente utilizados na produção de desenhos à mão livre. Uso da cor, no desenho manual e digital.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: DONDIS, A. <i>Sintaxe da Linguagem Visual</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1991. DOYLE, M. E. <i>Desenho a Cores: Técnicas para Arquitetos, Paisagistas e Designers de Interiores</i> . Tradução de Renate Schinke. 2. ed. Porto Alegre: Editora Edwards, 2004. HALLAWELL, P. <i>A Mão Livre: Linguagem e as Técnicas do Desenho</i> . São Paulo: Melhoramentos, 2012. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookman, 2004.				
COMPLEMENTAR: ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora</i> . São Paulo: Pioneira, 2002. CLARK, R. H.; PAUSE, M. <i>Arquitetura: temas de composición</i> . México: Gustavo Gili, 1987. EDWARDS, B. <i>Desenhando com o lado direito do cérebro</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. SNYDER, J. C.; CATANESE, A. <i>Introdução à Arquitetura</i> . Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984. WONG, W. <i>Princípios de Forma e Desenho</i> . Tradução Alvamar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 1998.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Mecânica Geral				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				1.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Noções básicas de cálculo. Forças no plano e no espaço. Noções básicas de conteúdos matemáticos. Massas e forças distribuídas. Noções básicas de Momento. Noções básicas de Tensão. Noções de Deformação. Propriedades mecânicas dos materiais. Noções de resistência dos materiais.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ANDRÉ, J. C. <i>et al.</i> <i>Lições em mecânica das estruturas</i> . São Paulo: Oficina de Textos, 2011. HIBBELER, R. C. <i>Resistência dos materiais</i> . 7. ed. São Paulo: Makro Books, 2010. MARGARIDO, A. F. <i>Fundamentos de estruturas</i> . São Paulo: Zigate Editora, 2001. MARTHA, L. F. <i>Análise de estruturas: conceitos e métodos básicos</i> . São Paulo: Elsevier, 2010. TIMOSHENKO, S. P.; YOUNG, D. H. <i>Theory of structures</i> . New York: McGraw-Hill Book, 1945.				
COMPLEMENTAR: BEER, F. P.; JOHNSTON JR, E. R. <i>Resistência dos materiais</i> . 3. ed. São Paulo: Makro Books, 1995. FEODOSIEV, V. I. <i>Resistencia de materiales</i> . Moscou: Mir, 1972. GORFIN, B.; OLIVEIRA, M. M. <i>Estruturas isostáticas: exercícios</i> . Rio de Janeiro: LTC, 1980. KRIPKA, M. <i>Análise estrutural para Engenharia Civil e Arquitetura</i> . 2. ed. São Paulo: Pini, 2011. LEET, K.; UANG, C.; GILBERT, A. M. <i>Fundamentos da análise estrutural</i> . 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. LEITHOLD, L. <i>O cálculo com geometria analítica</i> . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. v.1. SILVA JR, J. F. da. <i>Resistência e estáticas das construções</i> . Belo Horizonte: UFMG, 1959. SORIANO, H. L. <i>Estática das estruturas</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Introdução à Arquitetura e Urbanismo				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				1.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	-		30h	
EMENTA				
História da profissão do Arquiteto e Urbanista no Brasil. Atribuições e legislação específica. Ética profissional. Instituições do campo do Arquiteto e Urbanista. Associações profissionais. Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR e CAU/PA.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ARTIGAS, J. B. V. <i>Caminhos da arquitetura: 1915-1985</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2004. CULLEN, G. <i>Paisagem Urbana</i> . Edições 70, 1989. GOITIA, F. C. <i>Breve História do Urbanismo</i> . Editorial Presença. Lisboa, 2003. GREATER LONDON COUNCIL (Ed.). <i>Introdución al Diseño Urbano</i> . Madrid: Ed. Blume, 1985. KOHLSDORF, G. <i>As Dimensões Morfológicas do processo de Urbanização: Aspectos funcionais</i> . Brasília, 1993. LEMONS, C. <i>O que é Arquitetura?</i> São Paulo: Brasiliense, 1989. MASCARÓ, L. <i>A ambiência Urbana</i> . Porto Alegre. 2009. MUNARI, B. <i>Das coisas nascem as coisas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998.				
COMPLEMENTAR: HERTZBERGER, H. <i>Lições de Arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1999. KOCH, W. <i>Dicionário dos estilos arquitetônicos</i> . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2009. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookman, 2004. NEUFERT, E. <i>Arte de projetar em arquitetura</i> . Brussels: Gustavo Gili, 2009. UNION, S. <i>Exercícios de Arquitetura: aprendendo a pensar como um arquiteto</i> . Porto Alegre: Bookman, 2013.				

2.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
DISCIPLINA:				CÓDIGO
Desenho Universal				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				2.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	30h		60h	
EMENTA				
<p>Discussão acerca das estratégias para prover uso coletivo de equipamentos, mobiliários, imóveis e produtos pela maior gama de pessoas nas suas variadas situações e condições de mobilidade. Conceitos de desenho universal, antropometria e ergonomia. Os princípios de desenho universal na concepção e implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos. A normatização de projetos arquitetônicos e urbanísticos no Brasil com vistas à mobilidade e acessibilidade. Aplicações dos fundamentos conceituais e metodológicos, possibilitando a criação para desenvolvimento de trabalhos de projeto, nos seus diferentes níveis de abordagem das áreas de conhecimento.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: BOUERI, J. <i>Antropometria aplicada à Arquitetura, Urbanismo e Desenho Industrial</i>. Manual de Estudo. São Paulo: FAUUSP, 1999. v. I. MORAES, A. M. de, MONT'ALVÃO, C. <i>Ergonomia, conceitos e aplicações</i>. Rio de Janeiro: 2AB, 1998. PANERO, J. & ZELNIK, M. <i>Dimensionamento humano para espaços interiores</i>. Barcelona, Gustavo Gili, 2001.</p> <p>COMPLEMENTAR: CAMBIAGHI, S. <i>Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas</i>. SENAC editora, 2007. GOMES FILHO, J. <i>Ergonomia do objeto: sistema técnico de leitura ergonômica</i>. São Paulo: Escrituras editora, 2003. GRANDJEAN, E. <i>Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem</i>. Tradução: João Pedro Stein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. KOHLSDORF, G. <i>As Dimensões Morfológicas do processo de Urbanização: aspectos funcionais</i>. Brasília, 1993. NEUFERT, E. <i>A Arte de projetar em arquitetura</i>. São Paulo. Gustavo Gili, 1974.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
História da AU II – Idade Antiga Clássica				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				2.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Fundamentos teóricos em Arte, Arquitetura e Urbanismo. Contextualização histórica e análise da produção artística, arquitetônica e urbanística da Antiguidade Clássica à Alta Idade Média: Fundamentos da arte e da arquitetura grega. Os princípios que compõem o espaço urbano na Grécia. O planejamento urbano grego. Princípios da arte e da arquitetura romana. O pensamento urbano de Roma. A forma <i>urbis</i> romana. Características fundamentais da arte e da arquitetura paleocristã e bizantina. As cidades da Alta Idade Média.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BENEVOLO, L. <i>História da Cidade</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005. GOITIA, F. C. <i>Breve história do urbanismo</i> . Lisboa: Editorial Presença, 2010. MUMFORD, L.. <i>A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998.				
COMPLEMENTAR: CHING, F. D. K.; ECKLER, J. F. <i>Introdução à arquitetura</i> . Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2014. GIEDION, S. <i>Espacio tiempo y Arquitectura</i> . Madrid, Dossat. 1978. PEVSNER, N. <i>Panorama da arquitetura ocidental</i> . 2 ed. Tradução de José Teixeira Coelho Netto e de Silvana Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. SUMMERSON, J. <i>A linguagem clássica da arquitetura</i> . 5 ed. Tradução de Sylvia Ficher. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Coleção Mundo da Arte). ZEVI, B. <i>Saber ver a Arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1996.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Geomática e Topografia				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				2.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	30h		90h	
EMENTA				
Conceitos gerais de geomática. Conceitos básicos de Geomática. Referências geodésicas e topográficas. Direção e ângulo. Distâncias. Altimetria. Representação do relevo. Instrumentos topográficos. Sistemas de projeção. Cálculos topométricos. Apoio topográfico – poligonais. Sistema de Posicionamento Global – GNSS. Modelo numérico de terreno. Levantamento de detalhes e locação de obras. Áreas. Curvas horizontais e verticais. Cálculo de volumes.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BORGES, A. C. <i>Topografia: aplicada à engenharia civil</i> . 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. V. 1. BORGES, A. C. <i>Topografia: aplicada à engenharia civil</i> . São Paulo: Edgard Blucher, 1992. V. 2. COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. <i>Topografia: altimetria</i> . 3. ed. Viçosa: UFV, 2005. SILVA, I.; SEGANTINE, P. C. L. <i>Topografia para engenharia: teoria e prática de geomática</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. TULER, M.; SARAIVA, S. <i>Fundamentos de topografia</i> . Porto Alegre: Bookman, 2014.				
COMPLEMENTAR: CARDÃO, C. <i>Topografia</i> . Belo Horizonte: Ed. Arquitetura e Engenharia. 1970. COSTA, A. A. <i>Topografia</i> . Curitiba: Livro Técnico, 2011. ESPARTEL, L. <i>Curso de Topografia</i> . Porto Alegre: Globo, 1987. FERREIRA, F. L. <i>Programação em AutoCAD com AutoLISP e Visual LISP</i> . Lisboa: Lidel, 2011. REIS, A. G. <i>Geometrias plana e sólida: Introdução e aplicações em agrimensura</i> . Porto Alegre: Bookman, 2014.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Expressão Manual Artística II (Maquete)				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				2.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
15h	45h		60h	
EMENTA				
Metodologia de ensino de maquete e modelo reduzido. Maquete como instrumento de investigação do objeto arquitetônico. Desenvolvimento de modelo em papel. Construção de terrenos, vegetação e revestimentos em modelo reduzido. Noções de modelos estruturais em madeira. Apresentação de ferramentas digitais usadas na confecção de maquetes.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: KNOLL, W.; HECHINGER, M. <i>Maquetes Arquitetônicas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003. DOYLE, M. E. <i>Desenho a Cores: Técnicas para Arquitetos, Paisagistas e Designers de Interiores</i> . Tradução de Renate Schinke. 2. ed. Porto Alegre: Editora Edwards, 2004. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookman, 2004.				
COMPLEMENTAR: ARNHEIM, Rudolf. <i>Arte e percepção visual</i> . São Paulo: Pioneira. 2002. EDWARDS, Betty. <i>Desenhando com o lado direito do cérebro</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. GONSALEZ, L.; PORTER, T.; GREENSTREET, B. <i>Manual de Técnicas Gráficas para Arquitetos, Designadores y Artistas</i> . Editorial Gustavol Gilli, Barcelona, 1983, vol 3. HALLAWELL, P. <i>À Mão Livre: linguagem e as técnicas do desenho</i> . São Paulo: Melhoramentos, 2012. KNOLL, W.; HECHINGER, M. <i>Maquetes arquitetônicas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Sistemas Estruturais				CÓDIGO
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				2.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Grandezas fundamentais em análise estrutural. Estruturas reticuladas. Pórtico plano isostático simples e composto. Pórtico plano triarticulado. Grelhas isostáticas. Treliças isostáticas. Cabos. Cargas móveis. Princípio dos trabalhos virtuais. Teoremas de energia. Trabalho de forças externas. Energia de deformação. Teorema dos deslocamentos virtuais. Teorema das forças virtuais. Método força unitária. Teoremas da reciprocidade. Estruturas simétricas. Método das forças. Método dos deslocamentos.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ALMEIDA, M. C. F. <i>Estruturas isostáticas</i> . São Paulo: Oficina de Textos, 2009. ANDRÉ, J. C. <i>et al.</i> . <i>Lições em mecânica das estruturas</i> . São Paulo: Oficina de Textos, 2011. MARTHA, L. F. <i>Análise de estruturas: conceitos e métodos básicos</i> . São Paulo: Elsevier, 2010. MAU, S. T. <i>Introdução à análise estrutural para engenharia civil e arquitetura: método dos deslocamentos e das forças</i> . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013. SORIANO, H. L. <i>Estática das estruturas</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.				
COMPLEMENTAR: BEER, F. P.; JOHNSTON JR, E. R. <i>Estática</i> . 5. ed. São Paulo: Makro Books, 1994. HIBBELER, R. C. <i>Resistência dos Materiais</i> . 7. ed. São Paulo: Makro Books, 2010. LEET, K.; UANG, C.; GILBERT; A. M. <i>Fundamentos da Análise Estrutural</i> . 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. LEITHOLD, L. O <i>Cálculo com geometria analítica</i> . 3. ed. v.1. São Paulo: Harbra, 1994. NELSON, E. W.; BEST, C. L.; MCLEAN; W. G.; MERLE, C. P. <i>Engenharia mecânica: estática</i> . São Paulo: Bookman, 2013. SILVA JR, J. F. da. <i>Resistência e estáticas das construções</i> . Belo Horizonte: UFMG, 1959.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				2.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
Introdução ao Projeto de Arquitetura e Urbanismo. Abordagem interdisciplinar. Percepção da construção histórica da cidade. Desenvolvimento da criatividade. Modelos interpretativos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Compreensão das diversas escalas. Repertório conceitual. Introdução das correntes de arquitetura e do urbanismo. Leitura e representação do processo projetual da Arquitetura e do Urbanismo.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ARTIGAS, J. B. V. <i>Caminhos da arquitetura: 1915-1985</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2004. CULLEN, G. <i>Paisagem urbana</i> . Edições 70, 1989. GOITIA, F. C. <i>Breve História do urbanismo</i> . Lisboa: Editorial Presença, 2003. LYNCH, K. <i>A imagem da cidade</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1997.				
COMPLEMENTAR: CANAL, M. F. <i>Desenho livre para arquitetos</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 2004. CORDELLA, O. D. <i>Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos</i> . Rio de Janeiro: Revan, 2003. DAGOSTINO, F. R. <i>Desenho arquitetônico contemporâneo</i> . São Paulo, SP: Hemus, 1980. DOYLE, M. E. <i>Desenho a cores</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2002. DOYLE, M. E. <i>Desenho a cores e técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores</i> . Porto Alegre: Bookman, 2002. HERTZBERGER, H. <i>Lições de Arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1999. KOCH, W. <i>Dicionário dos estilos arquitetônicos</i> . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2009. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2004. NEUFERT, E. <i>Arte de projetar em arquitetura</i> . Brussels: Gustavo Gili, 2009.				

3.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
DISCIPLINA:				CÓDIGO
Informática Aplicada à Arquitetura				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
15h	45h		60h	
EMENTA				
Representação de projeto aplicado à arquitetura utilizando os software AutoCAD para representação 2D, <i>software Sketchup</i> para representação em 3D e elaboração de <i>layout</i> , incluindo humanização de plantas utilizando o <i>CorelDRAW</i> .				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: BALDACCI, J. C. de. <i>O design gráfico e integração com Autodesk 3ds Max 2010 e Adobe Photoshop CS4 Extended</i>. São Paulo: Editora Érica, 2009. GASPAR, J. <i>Google Sketchup Pro 8</i>. São Paulo: Editora Vector Pro, 2012. OLIVEIRA, A. <i>3ds Max 2010</i>. São Paulo: Editora Érica, 2010. SANTOS, J. <i>AutoCAD 3D 2010: Curso Completo</i>. Brasília, DF: Editora FCO, 2010.</p> <p>COMPLEMENTAR: ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora</i>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. JUSTI, A. <i>Revit Architecture 2010</i>. Brasília, DF: Editora Ciência Moderna Ltda, 2010. LEGGITT, Jim. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i>. Porto Alegre: Bookmam, 2004. LIMA, C. C. <i>Autodesk Revit Architecture 2013: conceitos e aplicações</i>. São Paulo: Editora Érika, 2012. SENAC. <i>AutoCAD 2010: desenhando em 2D</i>. São Paulo: Editora Senac, 2010.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Teoria e História da AU III – Idade Média				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Fundamentos teóricos em Arte, Arquitetura e Urbanismo. Contextualização histórica e análise da produção artística, arquitetônica e urbanística da Baixa Idade Média: Arte e arquitetura medieval primitiva. Lógica conceitual da arte e da arquitetura românica. Fundamentos da arte e da arquitetura gótica. As construções medievais seculares. O pensamento urbano na Idade Média. A estrutura urbana medieval.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BENEVOLO, L. <i>História da Cidade</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005. GOITIA, F. C. <i>Breve história do urbanismo</i> . Lisboa: Editorial Presença, 2010. MUMFORD, L. <i>A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998.				
COMPLEMENTAR: BOLTSHAUSER, J. <i>História da arquitetura</i> . Escola de arquitetura da UFMG, B. Horizonte, 1966. (5 volumes) CHING, F. D. K.; ECKLER, J. F. <i>Introdução à arquitetura</i> . Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2014. PEVSNER, N. <i>Panorama da arquitetura ocidental</i> . 2 ed. Tradução de José Teixeira Coelho Netto e de Silvana Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. SUMMERSON, J. <i>A linguagem clássica da arquitetura</i> . 5 ed. Tradução de Sylvia Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Coleção Mundo da Arte). ZEVI, B. <i>Saber ver a Arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1996.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Materiais de Construção I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
Aglomerantes. Cimento Portland. Agregados. Agressividade das águas, dos solos e dos gases ao concreto. Uso de aditivos no concreto. Estudo de dosagem do concreto. Preparo, transporte, lançamento, adensamento e cura. Propriedades do concreto fresco. Propriedades do concreto endurecido.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: AMBROZEWICZ, P. H. L. <i>Materiais de construção</i> : normas, especificações, aplicação e ensaios de laboratório. São Paulo: Pini, 2012. BAUER, L. A. F. <i>Materiais de construção</i> . 5 ed. v.1. Rio de Janeiro: LTC, 2011. BERTOLINI, L. <i>Materiais de construção</i> : patologia, reabilitação, prevenção. São Paulo: Oficina de Textos: 2010. CONSOLI, N. C.; MILITITSKY, J.; SCHNAID, F. <i>Patologia das fundações</i> . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. RIBEIRO, D. V. <i>Corrosão em estruturas de concreto armado</i> : Teoria, Controle e Métodos de Análise. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. THOMAZ, E. <i>Trincas em edifícios</i> : causas, prevenção e recuperação. São Paulo: Pini, 1989.				
COMPLEMENTAR: GOMES, P. C. C.; BARROS, A. R. <i>Métodos de dosagem de concreto autoadensável</i> . São Paulo: Pini, 2009. PETRUCCI, E. G. R. <i>Materiais de construção</i> . 12 ed. São Paulo: Globo, 2003. PETRUCCI, E. G. R.. <i>Concreto de cimento Portland</i> . 12 ed. São Paulo: Globo, 2005. SILVA, P. F. A. <i>Manual de patologia e manutenção de pavimentos</i> . 2 ed. São Paulo: Pini, 2008. SOUZA, V. C. M.; RIPPER, T. <i>Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto</i> . São Paulo: Pini, 2009.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Conforto Ambiental I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
<p>Conceitos básicos sobre energia. Noções de adequação da arquitetura ao clima. Exigências humanas e fatores de conforto ambiental. O ambiente térmico: termometria, calor e suas formas de transferência (radiação, convecção e condução). Conceituação e características da radiação solar e calor. Determinação de dispositivos de proteção e mascaramento solar. Cálculo analítico de ganho térmico pelos ambientes construídos. A ventilação natural e mecânica no projeto do ambiente construído. Eficiência energética como parâmetro de projeto de arquitetura.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: HALLIDAY, D. e RESNICK, R. <i>Fundamentos de física</i>. Vol.1. Livros Técnicos e Científicos Ed. Rio de Janeiro, 2008. COSTA, E. C. <i>Física empregada à construção: conforto térmico</i>. São Paulo: Ed. Blucher, 1991. RIVERO, R. <i>Arquitetura e clima: acondicionamento térmico natural</i>. Porto Alegre: D.C. Luzzatto Editores, 1985.</p> <p>COMPLEMENTAR: BONJORNO, R. F.S.A. <i>Física Fundamental: 2º grau: volume único</i>. São Paulo: Ed. FTD, 1993. CARVALHO, B. de A.. <i>Acústica Aplicada à Arquitetura</i>. São Paulo, Livraria Freitas Bastos S.A 1967. CORBELLA, O. <i>Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos: conforto ambiental</i>. Rio de Janeiro: Revan, 2003. EGAN, D. M. <i>Concepts and practice of architectural acoustics</i>. New York, McGraw-Hill, 1988. MONTENEGRO, G. A. <i>A Ventilação e cobertas: estudo teórico, histórico e desconhecido arquitetura tropical na prática</i>. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 1984.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estruturas em Concreto Armado I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Introdução ao estudo das estruturas de concreto armado. Cálculo da armadura de flexão. Detalhamento da armadura longitudinal (flexão). Detalhamento da armadura longitudinal ao longo da viga. Cálculo da armadura transversal – cisalhamento. Pavimentos de edifícios com lajes maciças. Ação de vento e estabilidade global das estruturas de concreto.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: CARVALHO, R. C.; PINHEIRO, L. M. <i>Cálculo e detalhamento e estruturas usuais de concreto armado</i> . 2. ed. São Paulo: Pini, 2013. V. 2 CARVALHO, R. C.; FIGUEIREDO FILHO, J. R. de. <i>Cálculo e detalhamento e estruturas usuais de concreto armado: segundo a NBR 6118:2014</i> . 4. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014. CHING, F. D. K.; ONOUYE, B. S.; ZUBERBUHLER, D. <i>Sistemas estruturais ilustrados: padrões, sistemas e projeto</i> . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. FUSCO, P. B. <i>Estruturas de concreto: Solicitações normais</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981. SUSSEKIND, J. C. <i>Curso de concreto armado</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. v.1.				
COMPLEMENTAR: ADÃO, F. X.; HEMERLY, A. C. <i>Concreto armado novo milênio: cálculo prático e econômico</i> . Rio de Janeiro: Interciência, 2002. ARAÚJO, J. M. de. <i>Projeto estrutural de edifícios de concreto armado: um exemplo completo</i> . 2. ed. Rio Grande: Dunas, 2009. BORGES, A. N. <i>Curso prático de cálculo de concreto armado: projeto de edifícios</i> . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004. BOTELHO, M. H. C.; MARCHETTI, O. <i>Concreto armado eu te amo</i> . 2. ed. São Paulo: Blucher, 2007. v. 2. GRAZIANO, F. P. <i>Projeto e execução de estruturas de concreto armado</i> . São Paulo: O Nome da Rosa, 2005. KIMURA, A. <i>Informática aplicada em estruturas de concreto armado: cálculo de edifícios com uso de sistemas computacionais</i> . São Paulo: Pini, 2007.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto de Arquitetura I – Residencial				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
<p>Desenvolvimento de repertório compositivo e conceitual. Metodologia de projeto. Tipologias de organização espacial. Partido arquitetônico e construtivo. Implantação e análise do sítio. Relação com o meio ambiente e a paisagem: eixos, acessos, fluxos e circulação, pré-existências edificadas, vegetação. Estudos ambientais de implantação, técnicas de projeção e de configurações volumétricas, dimensionamentos estruturais preliminares, fluxos e adequação das várias funções da moradia de modo a orientar o aluno a conceber o espaço urbanístico e/ou arquitetônico residencial em todas as suas abrangências e dimensões. Estudo das condicionantes sociais, ambientais, técnicas, econômicas, materiais e a avaliação crítica dos conteúdos, rendimentos e procedimentos, de modo que todos possam entender o significado da intervenção na cidade enquanto produção cultural e política. Desenvolvimento incluindo estudo volumétrico, projeto básico, perspectivas e maquetes como processo projetual.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: CHING, F. D. K. <i>Representação gráfica em arquitetura</i> . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. FERREIRA, P. <i>Desenho de arquitetura</i> . Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. PANERO, J. & ZELNIK, M. <i>Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos</i> . Barcelona: Gustavo Gili, 2008.				
COMPLEMENTAR: CAMBIAGHI, S. <i>Desenho Universal Métodos e técnicas para Arquitetos e Urbanistas</i> . SENAC editora, 2012. CHING, F. D. K. <i>Diccionario visual de arquitectura</i> . México: Gustavo Gili, 1997. CLARK, R. H.; PAUSE, M. <i>Arquitectura: temas de composición</i> . México: Gustavo Gili, 1987. GOMES FILHO, J. <i>Ergonomia do objeto: Sistema técnico de leitura ergonômica</i> . São Paulo: Escrituras editora, 2004. JENKS, C. <i>Movimentos modernos em arquitetura</i> . Lisboa: Edições 70, 1992.				

4.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estudos Sociais e Econômicos				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				4.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Fundamentos teóricos para uma análise sócio-histórica dos fenômenos urbanos: sociedade, estrutura social e processos de socialização. As instituições econômicas. Tipos de sistemas econômicos. Espaços públicos e privados. Segregação socioespacial. Arquitetura, urbanismo e relações de poder. Cidade contemporânea e cidadania. O papel social do arquiteto e urbanista. Novas sociabilidades urbanas.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: FRIDMAN, F. (org.). <i>De cidade e territórios</i>. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2010. FRÚGOLI JR., H.; ANDRADE, L. T. de; PEIXOTO, F. A. (orgs.). <i>As cidades e seus agentes: práticas e representações</i>. Belo Horizonte: PUC/Minas-EDUSP, 2006 (Coleção Temas urbanos). LYNCH, K. <i>A imagem da cidade</i>. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.</p> <p>COMPLEMENTAR: BOTELHO, A. <i>O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário</i>. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007. CANEVACCI, M. <i>A cidade polifônica: ensaio sobre antropologia da comunicação urbana</i>. São Paulo: Studio Nobel, 1997. LACAZE, J. <i>Os métodos do urbanismo</i>. Campinas: Ed. Papirus, 1993. LYNCH, K. <i>Teoria da boa forma da cidade</i>. Lisboa: Edições 70, 1999. MARICATO, E. <i>Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana</i>. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. SANTOS, C. N. F. <i>A cidade como um jogo de cartas</i>. Niterói: EDUF, 1988. SANTOS, M. <i>Ensaio sobre a urbanização latino-americana</i>. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 2010 (Coleção Milton Santos, 19).</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Teoria e História da AU IV – Idade Moderna				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				4.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60	-		60	
EMENTA				
Fundamentos teóricos em arquitetura e urbanismo. O conceito de Renascimento. Fundamentos teóricos e conceituais da arquitetura renascentista. Os tratados renascentistas. Processo de difusão do Renascimento. O urbanismo da Renascença. As teorias e os teóricos. Barroco e suas expressões na Europa. Rococó e Maneirismo na Europa. O jardim francês e o jardim inglês. Romantismo e Neoclássico na Europa. Materiais e técnicas: mudanças formais na produção da Arquitetura após a Revolução Industrial. <i>Arts and Crafts</i> , <i>Jundenstile</i> , <i>Art Nouveau</i> e <i>Art Decó</i> . Concepção espacial e configuração arquitetônica nos séculos XVIII e XIX.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BENEVOLO, L. <i>História da cidade</i> . São Paulo: Perspectiva, 2005. CHOAY, F. <i>O Urbanismo: utopias e realidades – Uma antologia</i> . São Paulo: Perspectiva, 2007. COLE, E. (Editora Geral). <i>A Gramática da arquitetura</i> . Portugal: Centralivros, 2003 GIEDION, S. <i>Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2004. GOITIA, F. C. <i>Breve história do urbanismo</i> . Lisboa: Editorial Presença, 2010.				
COMPLEMENTAR: ADDIS, B. <i>Edificação: 3000 anos de projeto, engenharia e arquitetura</i> . Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2009. BALLANTYNE, A. <i>As + importantes edificações da pré-história à atualidade: plantas, cortes e elevações</i> . Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2012. BENEVOLO, L. <i>Introdução à arquitetura</i> . Lisboa: Edições 70, 2009 (Arte e Comunicação). BURDEN, E. <i>Dicionário ilustrado de arquitetura</i> . 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. CHING, F. D. K.; JARZOMBK, M. M.; PRAKASH, V. <i>Uma história universal de la arquitetura: un análisis cronológico comparado através de las culturas</i> . Barcelona: Editorial Gustavo Gili Sl, 2011.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Materiais de Construção II				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				4.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
Controle tecnológico do concreto. Madeira como material de construção. Materiais cerâmicos. Asfaltos e alcatrões. Metais em geral. Produtos siderúrgicos. Tintas, vernizes e esmaltes. Plástico na construção civil. Vidro na construção civil. Patologia e terapia das construções.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: AMBROZEWICZ, P. H. L. <i>Materiais de construção</i> : normas, especificações, aplicação e ensaios de laboratório. São Paulo: Pini, 2012. BAUER, L. A. F. <i>Materiais de construção</i> . 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. v.1. BERTOLINI, L. <i>Materiais de Construção</i> : patologia, reabilitação, prevenção. São Paulo: Oficina de Textos: 2010. CONSOLI, N. C.; MILITITSKY, J.; SCHNAID, F. <i>Patologia das Fundações</i> . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. PETRUCCI, E. G. R. <i>Materiais de construção</i> . 12 ed. São Paulo: Globo, 2003.				
COMPLEMENTAR: GOMES, P. C. C.; BARROS, A. R. <i>Métodos de dosagem de concreto autoadensável</i> . São Paulo: Pini, 2009. RIBEIRO, D. V. <i>Corrosão em estruturas de concreto armado</i> : teoria, controle e métodos de análise. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. SILVA, P. F. A. <i>Manual de patologia e manutenção de pavimentos</i> . 2 ed. São Paulo: Pini, 2008. SOUZA, V. C. M.; RIPPER, T. <i>Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto</i> . São Paulo: Pini, 2009. THOMAZ, E. <i>Trincas em edifícios</i> : causas, prevenção e recuperação. São Paulo: Pini, 1989.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Conforto Ambiental II				CÓDIGO
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				4.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Abordagem sobre aspectos qualitativos e quantitativos da iluminação natural e artificial na prática do projeto de espaços construídos. Iluminação natural, fontes de luz. Exigências humanas quanto à luz. O uso de iluminação artificial. Integração dos sistemas de iluminação natural e artificial.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BROWN, G. Z. <i>Sol, vento e luz: estratégias para o projeto de arquitetura</i> . Porto Alegre: Bookman, 2004. FROTA, A. B. <i>Manual de conforto térmico</i> . São Paulo: Studio Nobel, 2003. LAMBERTS, R. <i>Eficiência energética na arquitetura</i> . São Paulo: PW, 1997.				
COMPLEMENTAR: CARVALHO, B. de A. <i>Acústica aplicada à Arquitetura</i> . São Paulo: Livraria Freitas Bastos S.A, 1967. CONRADO SILVA, M. <i>Elementos de acústica arquitetônica</i> . São Paulo: Ed. Nobel, 1983. CORBELLA, O. <i>Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos: conforto ambiental</i> . Rio de Janeiro: Revan, 2003. MONTENEGRO, G. <i>A perspectiva dos profissionais</i> . São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1983. SOUZA, L. C. L. de, ALMEIDA, M. G. de; BRAGANÇA, L. <i>Bê-a-Bá da acústica arquitetônica: Ouvindo Arquitetura</i> . Edição dos autores. Bauru, 2003.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Estruturas em Concreto Armado II				CÓDIGO
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				4.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
Flexão composta normal e oblíqua. Pilares. Tipos de pilares. Modelos de cálculo de pilares. Fundações rasas. Fundações profundas. Cálculo de fundações. Detalhamento de fundações. Elementos de transição. Bloco sobre estacas. Bloco sobre tubulões.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: CAMPOS, J. C. de. <i>Elementos de fundações em concreto</i> . São Paulo: Oficina de Textos, 2015. CARVALHO, R. C.; PINHEIRO, L. M. <i>Cálculo e detalhamento e estruturas usuais de concreto armado</i> . 2. ed. São Paulo: Pini, 2013. V. 2. CHING, F. D. K.; ONOUYE, B. S.; ZUBERBUHLER, D. Sistemas estruturais ilustrados : padrões, sistemas e projeto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. FUSCO, P. B. <i>Estruturas de concreto</i> : solicitações normais. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981. SUSSEKIND, J. C. <i>Curso de concreto armado</i> . 5. ed. v.1. Rio de Janeiro: Globo, 1987.				
COMPLEMENTAR: ADÃO, F. X.; HEMERLY, A. C. <i>Concreto armado novo milênio</i> : cálculo prático e econômico. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. ALONSO, U. R. <i>Exercícios de fundações</i> . São Paulo: Blucher, 1983. ARAÚJO, J. M. de. <i>Projeto estrutural de edifícios de concreto armado</i> : um exemplo completo. 2. ed. Rio Grande: Dunas, 2009. BOTELHO, M. H. C.; CARVALHO, L. F. M. <i>4 edifícios x 5 locais = 20 soluções de fundações</i> . São Paulo: Blucher, 2007. CINTRA, J. C. A.; AOKI, N.; ALBIERO, J. H. <i>Fundações diretas</i> : projeto geotécnico. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. GRAZIANO, F. P. <i>Projeto e execução de estruturas de concreto armado</i> . São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto em Arquitetura II – Comercial e Serviço				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				4.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
Metodologia de Projeto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico. Relação entre forma e função. Organograma e fluxograma. Aplicação dos conceitos de conforto ambiental (ventilação, insolação e acústica). Uso de circulação vertical (escadas e rampas). Aspectos das Legislações vigentes. Elaboração de estudos preliminares e projeto básico.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual</i> . São Paulo: Pioneira, 1998. BLASER, W. <i>Mies van der Rohe..</i> São Paulo: Martins Fontes, 1994. BRUAND, Y. <i>Arquitetura Contemporânea no Brasil</i> . São Paulo: Perspectiva, 1981. CHING, F. <i>Arquitetura: forma, espaço e ordem</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998. GEOFFREY, H. B. <i>Le Corbusier: uma análise da forma</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1979. POLIÃO, M. V. <i>Vitrúvio da Arquitetura</i> . Tradução e notas de Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 2002. ZEVI, B. <i>Saber ver a arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1992.				
COMPLEMENTAR: CANAL, M. F. <i>Desenho livre para arquitetos</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 2004. CHING, F. D. K. <i>Representação gráfica em arquitetura</i> . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. DOYLE, M. E. <i>Desenho a cores</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2002. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2004. SUMMERSON, J. <i>A linguagem clássica da arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1999.				

5.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
DISCIPLINA:				CÓDIGO
Tecnologia das Construções				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60	
EMENTA				
Projetos, segurança do trabalho e taxas. Serviços preliminares. Movimento de terra. Infraestrutura. Superestrutura. Cobertura. Alvenarias e vedações. Esquadrias. Revestimentos. Pavimentação. Pintura.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. <i>Mãos à obra</i>. São Paulo: Alaúde, 2013. V.1, 2, 3 e 4. AZEREDO, H. A. <i>O edifício até sua cobertura</i>. 2 ed. São Paulo: Blucher, 1997. BORGES, A. C. <i>Prática das pequenas construções</i>. 8 ed. v.1. São Paulo: Blucher, 1996. YAZIGI, W. <i>A técnica de edificar</i>. 2 ed. São Paulo: Pini, 1999.</p> <p>COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BLOCOS E CHAPAS DE GESSO. <i>Manual de montagem de sistemas drywall</i>. São Paulo: Pini, 2004. BAUD, G. <i>Manual de pequenas construções: alvenaria e concreto armado</i>. São Paulo: Hemus, 1980. BOTELHO, M. H. C. <i>Manual de primeiros socorros do engenheiro e do arquiteto</i>. 2 ed. São Paulo: Blucher, 1997. CAMPANTE, E. F.; BAÍA, L. L. M. <i>Projeto e execução de revestimento cerâmico</i>. São Paulo: O nome da rosa, 2003. CARDOSO, A. B. <i>Esquadrias de alumínio no Brasil: histórico, tecnologia, linhas atuais, gráficos de desempenho</i>. São Paulo: Pró editores, 2004. LORDSLEEM JÚNIOR, A. C. <i>Execução e inspeção de alvenaria racionalizada</i>. São Paulo: O nome da rosa, 2000. NAZAR, N. <i>Formas e escoramento para edifícios: critérios para dimensionamento e escolha do sistema</i>. São Paulo: Pini, 2007.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo no século XX na Europa e Estados Unidos. O Brasil moderno: as transformações políticas, econômicas e sociais; a Semana de 1922. Frank Lloyd Wright e Le Corbusier no Brasil. O concurso do Edifício Gustavo Capanema e os arquitetos pioneiros. A escola paulista. A escola carioca. A descentralização: Luís Nunes e a arquitetura moderna no Recife; Severiano Porto e a arquitetura moderna na Amazônia. Brasília: Urbanismo e Arquitetura. A arquitetura contemporânea: os “arquitetos Pritzers”.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BENEVOLO, L. <i>História da Arquitetura Moderna</i> . São Paulo: Perspectiva, 2009. BRUAND, Y. <i>Arquitetura contemporânea no Brasil</i> . 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. CHOAY, F. <i>O Urbanismo</i> . São Paulo: Perspectiva, 2000. GOITIA, F. C. <i>Breve História do Urbanismo</i> . Lisboa: Presença, 1982. SEGAWA, H. <i>Arquiteturas no Brasil 1900-1990</i> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.				
COMPLEMENTAR: ARGAN, G. C. <i>História da arte como história da cidade</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998. LE CORBUSIER. <i>Urbanismo</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2009. PEVSNER, N. <i>Origens da arquitetura moderna e do design</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. ROSSI, A. <i>A arquitetura da cidade</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. SITTE, C. <i>A Construção das cidades segundo seus princípios artísticos</i> . São Paulo: Ática, 1992. STRICKLAND, C. <i>Arquitetura Comentada</i> . São Paulo: Ediouro, 2003. ZEVI, B. <i>Saber ver arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2002.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estudos Ambientais				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
Conceito e desenvolvimento do Meio Ambiente. Noções de Ecossistema. Degradação ambiental e desenvolvimento sustentável. Políticas e leis ambientais brasileiras, federal, estadual e municipal, com foco no espaço urbano. Ferramentas do planejamento e controle ambiental. Qualidade ambiental nas cidades. Meio ambiente e desenho urbano. Noções sobre estudos, avaliações e relatórios impactos ambientais (EIA e RIMA) e a interface com arquitetura e urbanismo.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ACSELRAD, H. <i>A duração das Cidades</i> . Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. GRANDJEAN, E. <i>Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem</i> . Tradução João Pedro Stein. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. MILLER JR., G. T. <i>Ciência Ambiental</i> . Tradução de All Tasks; revisão de Weligton Braz Carvalho Delitti. São Paulo: Thomson Learning, 2007.				
COMPLEMENTAR: BRASIL. Ministério das Cidades. <i>Lei nº 10.257: Estatuto da Cidade e Legislação Correlata</i> . Brasília: Senado Federal, Subsecretaria, Edições Técnicas, 2001. BRASIL. Senado Federal. <i>Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e desenvolvimento</i> . Brasília, 2000. SOUZA, R. M. <i>Redes de monitoramento socioambiental e tramadas da sustentabilidade</i> . São Paulo: Annablume, 2007. SANTOS, M. <i>A urbanização brasileira</i> . São Paulo: EDUSP, 2009. TAUK-TORNISIELO, S.M.; GOBBI, N.; FOELER, H.G. (orgs.). <i>Análise ambiental: uma visão multidisciplinar</i> . São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Conforto Ambiental III				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h			60h	
EMENTA				
Aspectos fisiológicos da acústica. O ruído: caracterização das fontes de ruído. Controle de ruído e a poluição acústica. Tratamento acústico de ambientes construídos fechados e abertos.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: CARVALHO, B. de A. <i>Acústica aplicada à arquitetura</i> . São Paulo: Freitas Bastos, 1967. CARVALHO, R. P. <i>Acústica arquitetônica</i> . Brasília: Thesaurus, 2010. HEWITT, P. G. <i>Fundamentos de física conceitual</i> . Porto Alegre: Artmed, 2009. LAMBERTS, R. <i>Eficiência energética na arquitetura</i> . São Paulo: PW, 1997. MARCO, C. S. de. <i>Elementos de acústica arquitetônica</i> . São Paulo: Nobel, 1982. MASCARÓ, Lúcia R. de. <i>Energia na edificação</i> . São Paulo: Editores Associados, 1985.				
COMPLEMENTAR: CORBELLA, O. <i>Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos: conforto ambiental</i> . Rio de Janeiro: Revan, 2003. COSTA, E. C. <i>Acústica Técnica</i> . São Paulo: Edgard Blücher, 2003. EPSTEIN, L. C. <i>Thinking Physics</i> . San Francisco: Insight Press, 2005. GRUNOW, E. <i>Acústica: questão ambiental</i> . São Paulo: C4, 2008. SOUZA, L. C. L.; ALMEIDA, M.G.; BRAGANÇA, L.. <i>Bê-a-bá da acústica arquitetônica: ouvindo a Arquitetura</i> . São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estruturas em Madeira e Aço				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
Ações em estruturas. Carregamentos comuns. Sistemas estruturais. Estruturas metálicas. Concepção de estruturas metálicas e em madeira, pré-dimensionamento. Ligações soldadas. Ligações parafusadas. Esforços atuantes. Tipos de estruturas e aplicações em projetos arquitetônicos. Cálculo de estruturas treliçadas. Detalhamento de estruturas metálicas. Detalhamento de estruturas de madeira.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ANDRADE, S. A. L.; VELLASCO, P. C. G. S. <i>Comportamento e projeto de estruturas de aço</i> . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: PUC Rio, 2016. BELLEI, I. H. <i>Edifícios industriais em aço: projeto e cálculo</i> . 6. ed. São Paulo: Pini, 2010. MOLITERNO, A. <i>Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira</i> . 4. ed. São Paulo: Blucher, 2010. PFEIL, W.; PFEIL, M. <i>Estruturas de aço: Dimensionamento prático de acordo com a NBR 8800:2008</i> . 8. ed. São Paulo: LTC, 2010. SILVA, V. P.; PANNONI, F. D. <i>Estruturas de aço para edifícios: aspectos tecnológicos e de concepção</i> . São Paulo: Blucher, 2010.				
COMPLEMENTAR: BELLEI, I. H.; PINHO, F. O.; PINHO, M. O. <i>Edifícios de múltiplos andares em aço</i> . 2 ed. São Paulo: Pini, 2008. CALIL JUNIOR, C.; MOLINA, J. C. <i>Cobertura em estruturas de madeira: exemplo de cálculo</i> . São Paulo: Pini, 2010. CARVALHO, P. R. M de; GRIGOLETTI, G.; BARBOSA, G. D. <i>Curso avançado de perfis de aço formado a frio</i> . 3. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2014. DIAS, L. A. M. <i>Estruturas de aço: conceitos, técnicas e linguagem</i> . São Paulo: Zigurate, 1997. JAVARONI, C. E. <i>Estruturas de aço: dimensionamento de perfis formados a frio</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto de Arquitetura III – Educacional				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
Projeto de edificação educacional. Criação e desenvolvimento de projetos a partir de um problema arquitetônico proposto desde seus aspectos conceituais, funcionais, espaciais, plástico-formais e técnico-construtivos, até as relações ergométricas, antropométricas do espaço edificado e o contexto urbano, abrangendo questões relativas à estética e aos princípios básicos de arquitetura sustentável. Processo de projeto: análise do local, programa de necessidades, análise de projetos locais e estrutura-arquitetura. Elementos condicionantes. Área construída aprox. do anteprojeto 1,500 m ² a 2,500 m ² .				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BENCOSTT, M. L. <i>História da educação, arquitetura e espaço escolar</i> . São Paulo: Cortez, 2005. ENGEL, H. <i>Sistemas estruturais</i> . Barcelona: Gustavo Gili. 2012. KOWALTOWSKI, D. K. <i>Arquitetura Escolar</i> . São Paulo: Oficina de Textos, 2011.				
COMPLEMENTAR: CULLEN, G. <i>A paisagem urbana</i> . Lisboa: Edições 70, 1996. CURY, I. <i>Cartas Patrimoniais</i> . IPHAN, DEPRON, 2000. MONEO, R. <i>Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos</i> . São Paulo: Cosac & Naify, 2008. SYKES, A. K. <i>O campo ampliado da arquitetura</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2013. TAVARES JÚNIOR, W.; POSSAMAI, O.; BARROS NETO, J. P. Um modelo de compatibilização de projetos de edificações baseado na engenharia simultânea e <i>FMEA</i> . WORKSHOP NACIONAL DE GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. <i>Anais</i> . Porto Alegre: PUCRS, 2002.				

6.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA		
DISCIPLINA:			CÓDIGO
Tecnologia das Construções II			
Categoria: Obrigatória			Semestre
Modalidade: Presencial			6.º
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total
45h	15h		60h
EMENTA			
Instalações elétricas. Instalações hidráulicas. Instalações sanitárias. Louças e metais. Instalações de captação de águas pluviais. Instalações de prevenção e combate à incêndios. Equipamentos e acessórios. Impermeabilização. Serviços complementares. Patologias. Orçamento.			
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA			
<p>BÁSICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. <i>Mãos à obra</i>. v.1. São Paulo: Alaúde, 2013. AZEREDO, H. A. <i>O edifício até sua cobertura</i>. 2 ed. São Paulo: Blucher, 1997. BADRA, P. A. L. <i>Guia prático de orçamento de obras: do escalímetro ao BIM</i>. São Paulo: Pini, 2012. MATTOS, A. D. <i>Como preparar orçamentos de obras: dicas para orçamentistas, estudo de caso, exemplos</i>. São Paulo: Pini, 2006. YAZIGI, W. <i>A técnica de edificar</i>. 2 ed. São Paulo: Pini, 1999.</p> <p>COMPLEMENTAR: ALTOUNIAN, C. C. <i>Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização</i>. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. BAETA, A. P. <i>Orçamento e controle de obras públicas</i>. São Paulo: Pini, 2012. LIMMER, C. V. <i>Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras</i>. Rio de Janeiro: LTC, 1997. PINI. <i>Tabela de composições de preços: TCPO 14</i>. 14 ed. São Paulo: Pini, 2012. SILVA, M. B. <i>Manual de BDI</i>. São Paulo: Blucher, 2006. TISAKA, M. <i>Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução</i>. São Paulo: Pini, 2006. VARALLA, R. <i>Planejamento e controle de obras</i>. São Paulo: O nome da rosa, 2003.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Arquitetura Brasileira				CÓDIGO
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				6.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	-		60h	
EMENTA				
A Arquitetura e urbanismo e o Paisagismo no Brasil: do descobrimento à colonização; os ciclos do ouro, da cana-de-açúcar, do café e da borracha. O Brasil República. O Estado Novo. O Modernismo. O pós-Brasília até os dias atuais.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BUENO, A. <i>et al.</i> <i>O patrimônio construído: as 100 mais belas edificações do Brasil</i> . 2 ed. São Paulo: Capivara, 2002. BRUAND, Y. <i>Arquitetura contemporânea no Brasil</i> . 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. LEMONS, C. A. C. <i>Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café</i> . São Paulo: Edusp, 1999.				
COMPLEMENTAR: FABRIS, A. (Org.). <i>Ecletismo na arquitetura brasileira</i> . São Paulo: Nobel, 1987. MONTEZUMA, R. (Org.). <i>Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca</i> . Recife: UFPE, 2002. MORI, V. H. <i>et al.</i> <i>Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos</i> . São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. REIS FILHO, N. G. <i>Quadro da arquitetura no Brasil</i> . 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. SEGRE, R. <i>Arquitetura Brasileira Contemporânea</i> . Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estética e História das Artes				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				6.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
90h	-		90h	
EMENTA				
História geral da Arte das Idades Moderna e Contemporânea. Fundamentos de Estética e de Filosofia da Arte, correspondente a cada período. Fundamentos da Teoria da percepção e da Semiótica. Os marcos teóricos e históricos de cada período artístico. Noção de tema e estilo na produção artística. O tempo dos manifestos. A produção artística brasileira e sua correspondência estilística e cronológica em relação à produção mundial. Os principais representantes e suas correntes. Concepções de Modernidade, Pós-Modernidade e Contemporâneo em Artes.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: FABRIS, A. (Org). <i>Arte & Política: algumas possibilidades de leitura</i> . São Paulo: FAPESP; Belo Horizonte: C/Arte, 1998. HOLANDA, S. B. de. <i>Raízes do Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. JANSON, H. W. <i>História Geral da Arte</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2007. MCLUHAN, M. <i>Os meios de comunicação como extensões do homem</i> . São Paulo: Cultrix, 1995. WÖLFFLIN, H. <i>Princípios fundamentais da História da Arte</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2006.				
COMPLEMENTAR: CANTON, K. <i>Corpo, identidade e erotismo</i> . São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. COLI, J. <i>O que é arte</i> . São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos) FARTHING, S. <i>501 grandes artistas</i> . Rio de Janeiro: Sextante, 2009. FREIRE, C. <i>Arte conceitual</i> . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006. GUARNACCIA, M. <i>Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura</i> . São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001. (Coleção Baderna) GULLAR, F. <i>Argumentações contra a morte da arte</i> . Rio de Janeiro: Revan, 1999. OSTROWER, F. <i>Universos da Arte</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1996. RICKEY, G. <i>Construtivismo: origens e evolução</i> . São Paulo: Cosac & Naify, 2002. SANTOS, J. <i>O que é pós-moderno</i> . São Paulo: Brasiliense. 2000. (Coleção Primeiros Passos).				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Instalações Hidrossanitárias				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				6.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	30h		60h	
EMENTA				
Instalações prediais de água fria. Instalações prediais de água quente. Instalações prediais de esgotos sanitários. Instalações prediais de águas pluviais. Instalações prediais de gás liquefeito do petróleo. Instalações prediais de proteção e combate a incêndio. Instalações para portadores de necessidades especiais. Tecnologia dos materiais de instalações prediais. Lista de materiais e orçamento. Patologias em sistemas prediais hidráulico-sanitários. Apresentação de projetos.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BOTELHO, M. H. C.; RIBEIRO JÚNIOR, G. A. <i>Instalações hidráulicas prediais: usando tubos de PVC e PPR</i> . 3 ed. São Paulo: Blucher, 2010. CARVALHO JÚNIOR, R. <i>Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura</i> . 2 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. CARVALHO JÚNIOR, R. <i>Patologias em sistemas prediais hidráulico-sanitário</i> . São Paulo: Blucher, 2013. CREDER, H. <i>Instalações hidráulicas e sanitárias</i> . 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.				
COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. <i>Mãos à obra</i> . São Paulo: Alaúde, 2013. v.3. BORGES, A. C. <i>Prática das pequenas construções</i> . 8 ed. v.1. São Paulo: Blucher, 1996. MACINTYRE, A. J. <i>Instalações hidráulicas prediais e industriais</i> . 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. SALGADO, J. <i>Instalação hidráulica residencial: a prática do dia a dia</i> . São Paulo: Érica, 2010. YAZIGI, W. <i>A técnica de edificar</i> . 2 ed. São Paulo: Pini, 1999.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Planejamento Urbano e Regional I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				6.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
Exercício de planejamento urbano. Aplicação de técnicas e procedimentos urbanísticos com ênfase no dimensionamento de um programa de necessidades de um município, considerando os aspectos legais, funcionais, ambientais e comportamentais. O novo modelo de gestão pública. Diagnóstico de políticas sociais municipais. Estatuto da cidade, plano diretor e a função social do espaço urbano. Políticas urbanas de saneamento e habitação. Análise dos mecanismos de participação popular.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: CASTELLS, M. <i>A sociedade em rede</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREITAG, B. <i>Teorias da cidade</i> . Campinas: Papyrus, 2006. LE CORBUSIER (1984 [1946]). <i>Planejamento urbano</i> . São Paulo: Perspectiva, 2010. REIS FILHO, N. G. <i>Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano</i> . São Paulo: Via das Artes, 2006. VILLAÇA, F. <i>Espaço Intra-urbano no Brasil</i> . Studio Nobel, São Paulo, 2001.				
COMPLEMENTAR: ACSELRAD, H. (Org.). <i>A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MUMFORD, L. <i>A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas</i> . Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982. SERPA, A. <i>O espaço público na cidade contemporânea</i> . São Paulo: contexto, 2007. SILVA, J. B. (1998) <i>O panorama da geografia brasileira</i> . São Paulo: FFLCH-USP, 2006. SOUZA, M. <i>Mudar a cidade</i> . Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				6.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
<p>Edifícios Verticais. Projeto de edifício residencial multifamiliar, comercial e/ou Serviços. Metodologia de Projeto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico. Criação e desenvolvimento de projetos a partir de um problema arquitetônico proposto desde seus aspectos conceituais, funcionais, espaciais, plástico-formais e técnico-construtivos, até as relações ergonômicas, antropométricas do espaço edificado e o contexto urbano, Abordando questões relativas à estética e aos princípios da arquitetura sustentável. Processo de projeto: análise do local, programa de necessidades, análise de projetos locais, sistemas de infraestrutura e parâmetros urbanos, sistemas estruturais, prediais (estudos das instalações elétricas, hidráulico-sanitárias, gás, ar condicionado e proteção contra incêndio) e métodos construtivos. Clima e ambiente construído. Área construída aprox. do anteprojeto 2,500 m² a 5,000 m² e verticalidade conforme Legislação do município.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual</i> . São Paulo: Pioneira, 1998 CHING, F. D. K. <i>Representação gráfica em arquitetura</i> . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. GOROVITZ, M. <i>Brasília: uma questão de escala</i> . São Paulo: Editores Associados, 1985.				
COMPLEMENTAR: BRUAND, Y. <i>Arquitetura contemporânea no Brasil</i> . São Paulo: Perspectiva, 1981. CANAL, M. F. <i>Desenho livre para arquitetos</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 2004. DOYLE, M. E. <i>Desenho a cores</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2002. GEOFFREY, H. B. <i>Le Corbusier: Uma Análise da Forma</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1979. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2004.				

7.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
DISCIPLINA:				CÓDIGO
Paisagismo I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
<p>Tópicos conceituais de Paisagem, Paisagismo e Jardim. História da arte dos jardins. Evolução dos jardins. Jardins da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Persa, Grego e Romano. Jardim Medieval. Jardins do Renascimento: Humanista, Clássico, Italiano, Francês, Barroco, Inglês. Jardins Orientais. Jardim Holandês, Jardim Árabe e Jardim Castelhana. História do Paisagismo: Brasil e outros países. Paisagismo Contemporâneo. Atividades do paisagista, contexto do mercado de trabalho. Botânica aplicada ao Paisagismo: morfologia vegetal, unidades sistemáticas, sistemas de classificação e nomenclatura botânica. Noções de preparo da terra e cultivo. Plantas ornamentais utilizadas em paisagismo. Uso das plantas ornamentais. Arborização urbana. Princípios básicos do projeto paisagístico: cores no contexto da arte e no meio ambiente, caracterização e classificação dos jardins. Representação gráfica de espécies. Criação da Paisagem.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: CARERI, F. <i>Walkscapes: el andar como práctica estética</i>. Barcelona: Gili, 2003. MACEDO, S. S. <i>Quadro do Paisagismo no Brasil</i>. São Paulo: Quapá, 1999. MAGALHÃES, M. R. <i>A arquitetura paisagista</i>. Lisboa: Editorial Estampa 2001. SANTOS, M. <i>A Natureza do Espaço</i>. São Paulo: Edusp, 2002.</p> <p>COMPLEMENTAR: AB'SÁBER, A. N. <i>Amazônia: do discurso à práxis</i>. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. ASARI, A.; ANTONELLO, I.; TSUKAMOTO, R. (Orgs.). <i>Múltiplas Geografias: Ensino, Pesquisa, Reflexão</i>. Londrina: AGB/ LONDRINA, 2004. BARRA, E. <i>Paisagens úteis: escritos sobre paisagismo</i>. São Paulo: SENAC; Mandarin, 2006. JAKOB, M. <i>Le paysage</i>. Lausanne: Infolio, 2008. LORENZI, H., MELLO FILHO, L. <i>As plantas tropicais de Burle Marx</i>. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2001.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
60h	30h		90h	
EMENTA				
<p>Reflexão crítica sobre as questões teórico-metodológicas e historiográficas relativas à preservação de bens culturais. A evolução do conceito e as distintas dimensões do patrimônio. Reflexão sobre a consciência do valor do bem enquanto patrimônio e da necessidade de sua preservação. Os objetivos e os meios utilizados na valorização patrimonial. Os organismos e as políticas de salvaguarda do patrimônio, em suas várias instâncias, inclusive internacionais. O papel da UNESCO: conselhos Internacionais, cartas e normas sobre intervenção e restauro. Os instrumentos urbanísticos de preservação da arquitetura e da paisagem natural e edificada. A utilização sustentável e o uso social do patrimônio. As teorias de preservação patrimonial dos séculos XIX ao XXI.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: BOITO, C. <i>Os restauradores</i>. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. BRANDI, C. <i>Teoria da Restauração</i>. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. CHOAY, F. <i>A alegoria do patrimônio</i>. São Paulo: Editora da UNESP/Estação Liberdade, 2006. HORTA, M. de L. P. <i>et al. Guia básico de educação patrimonial</i>. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, IPHAN, 1999.</p> <p>COMPLEMENTAR: COSTA, C. T. da. <i>O Sonho e a Técnica: A Arquitetura de Ferro no Brasil</i>. EDUSP, 2001. LOURENÇO, M. C. F. (org.). <i>Guia de Museus Brasileiros</i>. Coleção Uspiana – Brasil 500 anos. Comissão de Patrimônio Cultural da USP. Imprensa Oficial / EDUSP, 2001. RABELLO, S. <i>O estado na preservação de bens culturais</i>. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. RIBEIRO, S. B. <i>Brasília: Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural</i>. São Paulo: Annablume, 2005. VIOLETT-LE-DUC, E. E. <i>Restauração</i>. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Projeto Urbanístico I				CÓDIGO
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
Conceitos básicos sobre o espaço urbano e a cidade como processos. Noção de escala no ambiente construído. Exercício de projeto de uma área urbana (fração), a partir do dimensionamento de um programa de necessidades, com aplicação de técnicas e procedimentos urbanísticos, levando em consideração aspectos funcionais, ambientais, imagéticos, econômicos, sociais, jurídico-legais e comportamentos. Compreensão do campo multidisciplinar, que trata das dimensões físico-espaciais da cidade e de seu processo de produção e apropriação. Escala Quadra.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: CASTELLS, M. <i>A sociedade em Rede</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREITAG, B. <i>Teorias da cidade</i> . Campinas: Papyrus, 2006. LE CORBUSIER (1984 [1946]). <i>Planejamento urbano</i> . São Paulo: Perspectiva, 2010. VILLAÇA, F. <i>Espaço intra-urbano no Brasil</i> . São Paulo: Studio Nobel, 2001.				
COMPLEMENTAR: ACSELRAD, H. (Org.). <i>A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas</i> . RJ: DP&A, 2001. MUMFORD, L. <i>A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas</i> . Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982. SERPA, A. <i>O espaço público na cidade contemporânea</i> . São Paulo: Contexto, 2007. ROSSI, A. <i>A arquitetura da cidade</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. SCHULZ, S. H. <i>Estéticas urbanas: da polis grega a metrópole contemporânea</i> . São Paulo: LTC, 2008. SECCHI, B. <i>A cidade do Séc. XX</i> . São Paulo: Perspectiva, 2009.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Instalações Elétricas e de Comunicação				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	30h		60h	
EMENTA				
<p>Introdução às instalações elétricas de luz e força de baixa tensão. Conceitos básicos necessários aos projetos e a execução das instalações elétricas. Projeto de instalações elétricas. Dispositivos de seccionamento, proteção e aterramento. Luminotécnica. Transmissão de dados, circuitos de comando e sinalização. Instalações de motores. Projeto e dimensionamento da entrada elétrica. Instalações de para-raios prediais. Correção do fator de potência e instalação de capacitores. Projeto de telefonia. Técnicas da execução das instalações elétricas e telefônicas. Edifícios inteligentes, sistemas de segurança e centrais de controle.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: CARVALHO JÚNIOR, R. <i>Instalações elétricas e o projeto de arquitetura</i>. 3 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011. CAVALIN, G.; CERVELIN, S. <i>Instalações elétricas prediais</i>. 22 ed. São Paulo: Érica, 2014. CREDER, H. <i>Instalações elétricas</i>. 15 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. CRUZ, E. C. A.; ANICETO, L. A. <i>Instalações elétricas: fundamentos, prática e projetos em instalações residenciais e comerciais</i>. 2 ed. São Paulo: Érica, 2012. NERY, N. <i>Instalações elétricas: princípios e aplicações</i>. 2 ed. São Paulo: Érica, 2012. NISKIER, J.; MACINTYRE, A. J. <i>Instalações elétricas</i>. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. NISKIER, J. <i>Manual de instalações elétricas</i>. Rio de Janeiro: LTC, 2010.</p> <p>COMPLEMENTAR: COTRIM, A. A. M. B. <i>Instalações elétricas</i>. 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. CREDER, H. <i>Manual do instalador eletricista</i>. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. LIMA FILHO, D. L. <i>Projeto de instalações elétricas prediais</i>. 12 ed. São Paulo: Érica, 2011. NEGRISOLI, M. E. M. <i>Instalações elétricas</i>. 3 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1987. YAZIGI, W. <i>A técnica de edificar</i>. 2 ed. São Paulo: Pini, 1999.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Planejamento Urbano e Regional II				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
45h	15h		60h	
EMENTA				
<p>Processo histórico, ocupação e Planejamento a partir das políticas regionais na Amazônia. Potencialidades e preservação. Redes urbanas e regionais: funções, hierarquia, relações político-administrativas, interação cidade-campo. Análise integrada do meio ambiente regional. Impactos ambientais e sociais das atividades econômicas no meio regional. Técnicas de análise cartográfica e interpretação de imagens por satélites. Exercício de Planejamento de municípios de pequeno e médio porte: uso e ocupação do solo; instrumentos de política urbana. Planejamento sustentável. Planejamento sustentável e Planejamento Participativo. Infraestrutura e equipamentos urbanos. Metodologia de coleta e tratamento de dados para análise, diagnóstico, prognóstico e diretrizes de planejamento. Políticas públicas para os assentamentos humanos.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: BECKER, B. <i>Amazônia: geopolítica na virada do III milênio</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2007. CASTELLS, M. <i>A sociedade em rede</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREITAG, B. <i>Teorias da Cidade</i> . Campinas: Papirus, 2006. LE CORBUSIER (1984 [1946]). <i>Planejamento urbano</i> . São Paulo: Perspectiva, 2010. SILVA, J. B. <i>O panorama da geografia brasileira</i> . São Paulo: FFLCH-USP/ANNABLUME, 2006.				
COMPLEMENTAR: ACSELRAD, H. (org.). <i>A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas</i> . RJ: DP&A, 2001. MUMFORD, Lewis. <i>A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas</i> . Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982. REIS FILHO, N. G. <i>Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano</i> . São Paulo, Via das Artes, 2006. SERPA, A. <i>O espaço público na cidade contemporânea</i> . São Paulo: Contexto, 2007. SOUZA, M. <i>Mudar a cidade</i> . Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto de Arquitetura V – Hospitalar				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
<p>Metodologia de Projeto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de edificação no campo de Arquitetura Hospitalar. Desenvolvimento de projetos segundo as RDCs 50 e 189 da Diretoria Colegiada da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e respectivas normas regulamentadoras. Projetos elaborados a partir do estudo das inter-relações dos problemas funcionais, formais, conceituais e metodológicos na organização e construção do espaço arquitetônico voltado para a saúde e análise do contexto urbano. Abrangendo questões relativas à estética e aos princípios básicos de arquitetura sustentável. Processo de projeto: análise do local, programa de necessidades, análise de projetos locais e estrutura-arquitetura. Parâmetros de Conforto, Especificações Técnicas e Planilha orçamentária básica. Área construída aprox. do anteprojeto 1,000 m² a 2,500 m².</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: MASCARÓ, J. L. <i>O custo das decisões arquitetônicas</i> . 4. ed. Porto Alegre: Masquatro editora, 2006. SUMMERSON, J. <i>A linguagem clássica da arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1999. SANTOS, M.; BURSZTYN, I. (orgs.). <i>Saúde e Arquitetura</i> . São Paulo: SENAC, 2004.				
COMPLEMENTAR: CANAL, M. F. <i>Desenho livre para arquitetos</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 2004. DOYLE, M. E. <i>Desenho a cores</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2002. GOROVITZ, M. <i>Brasília: uma questão de escala</i> . São Paulo: Projeto Editores Associados, 1985. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2004. LEMOS, C.A.C. <i>Cozinhas, etc</i> . São Paulo: Perspectiva, 1978. MARIA, P. B.; KUDO, A. M. <i>O hospital pelo olhar da criança</i> . Yendis, 2009.				

8.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA		
DISCIPLINA:			CÓDIGO
Paisagismo II			
Categoria: Obrigatória			Semestre
Modalidade: Presencial			8.º
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total
30h	60h		90h
EMENTA			
<p>Macropaisagismo: Definições. Paisagismo urbano: Parques urbanos metropolitanos; Temáticos; Praças; Orlas Pluviais; Planejamento e outras áreas verdes urbanas. Legislação de proteção ao meio ambiente. Parques: parques nacionais, áreas de proteção ambiental, monumento natural, floresta nacional. Paisagismo rural: A paisagem rural, paisagismo na propriedade rural. Paisagismo em rodovias: objetivos e benefícios do paisagismo rodoviário, funções do paisagismo rodoviário, sinalização, barreiras naturais, áreas de descanso, escolha das espécies. Paisagismo de grandes áreas.</p>			
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA			
<p>BÁSICA: ALEX, S. <i>Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público</i>. São Paulo: Senac, 2008. CHACEL, F. <i>Paisagem & Ecogênese</i>. Rio de Janeiro: Fraiha, 2001. CULLEN, G. <i>Paisagem Urbana</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1982. LEITE, M. A natureza e a cidade: discutindo suas relações. In: SOUZA, M.A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; ARROYO, M. (Org.). <i>Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica</i>. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993. SPIRN, A. <i>O jardim de granito</i>. São Paulo: Edusp, 1995.</p>			
<p>COMPLEMENTAR: CAUQUELIN, A. <i>A invenção da paisagem</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2007. COSTA, L. M. de S. A. (Org.). <i>Rios e paisagens urbanas nas cidades brasileiras</i>. Rio de Janeiro: PROURB, 2006. HIZARD, T. <i>In los mismos paisajes, ideas e interpretaciones</i>. Barcelona: Gustavo Gilli, 2005. JACOBS, J. <i>Morte e vida de grandes cidades</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2000. LAURIE, M. <i>Introducción a la Arquitectura del Paisaje</i>. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Metodologia de Pesquisa				CÓDIGO
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				8.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30	-		30	
EMENTA				
Conhecimento. Tipos e níveis de Conhecimento. Métodos científicos. Dedutivo, dialético. A questão da neutralidade científica. Elaboração de projetos de pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ANDRADE, Maria Margarida de. <i>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação</i> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. BARBOSA FILHO, M. <i>Introdução à pesquisa: métodos, técnicas e Instrumentos</i> . Rio de Janeiro: Livros Científicos, 1980. BRANDÃO, C. R. (Org.). <i>Pesquisa participante</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988. CARDOSO, R. (Org.). <i>A aventura antropológica: teoria e pesquisa</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. CARVALHO, M. C. M. (Org.). <i>Construindo o saber: técnicas de metodologia científica</i> . Campinas: Papyrus, 1988. KÖCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</i> . 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos da metodologia científica</i> . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.				
Complementar: BASTIDES, R. <i>et al. Pesquisa comparativa e interdisciplinar</i> . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. CERVO, A.L.; Bervian, P.A. <i>Metodologia científica: para uso dos estudos universitários</i> . São Paulo: MC Graw Hill, 1983. DEMO, P. <i>Metodologia científica em ciências sociais</i> . São Paulo: Atlas, 1991. FERRARI, A. T. <i>Metodologia da pesquisa científica</i> . São Paulo: MC Graw Hill, 1982. GEUSS, R. <i>Teoria crítica: A Escola de Frankfurt</i> . Campinas, Papyrus, 1988. LUIPEN, W. <i>Introdução à fenomenologia existencial</i> . São Paulo: Ed. EPU, 1997.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto Urbanístico II				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				8.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
Teoria e prática de projeto para área urbana (Escala cidade) desde a definição do programa até as metodologias de desenvolvimento do projeto urbanístico. Instrumentos e técnicas de manejo dos parâmetros de uso e ocupação do solo: zoneamento, parcelamento e condomínio. Densidade e volumetria, relação com o entorno e a cidade, impacto ambiental, espaços públicos e privados. Escalas de abordagem e Introdução ao desenho urbano. Elementos de composição urbana. Morfologia, Paisagem, Sistemas de Infraestrutura, equipamentos comunitários, formas de gestão do projeto urbano como política pública. Exercício de projeto de uma Zona urbana (Escala Bairro) a partir da concepção de um Plano. Estatuto da Cidade. Noções e Plano Diretor.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: CASTELLS, M. <i>A sociedade em rede</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREITAG, B. <i>Teorias da cidade</i> . Campinas: Papirus, 2006. LE CORBUSIER (1984 [1946]) <i>Planejamento urbano</i> . São Paulo: Perspectiva, 2010. REIS FILHO, N. G. <i>Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano</i> . São Paulo: Via das Artes, 2006. SOUZA, M. <i>Mudar a cidade</i> . Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006. VILLAÇA, F. <i>Espaço intra-urbano no Brasil</i> . São Paulo: Studio Nobel, 2001.				
COMPLEMENTAR: ACSELRAD, H. (Org.). <i>A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MUMFORD, L. <i>A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas</i> . Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982. SANTOS, C. N. F. <i>A cidade como um jogo de cartas</i> . Niterói: Universidade Federal Fluminense - EDUFF; São Paulo: Projeto Editores Associados, 1988. SERPA, A. <i>O espaço público na cidade contemporânea</i> . São Paulo: Contexto, 2007. SILVA, J. B. <i>O Panorama da geografia brasileira</i> . São Paulo: FFLCH-USP/ANNABLUME, 2006.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Arquitetura de Interiores				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				8.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
15h	45h		60h	
EMENTA				
<p>Concepção e elaboração de projeto de arquitetura de ambientes internos com ênfase na organização, intervenção, reabilitação, reestruturação de espaços, equipamentos, objetos e mobiliário. Interface com projetos complementares. Definição de programas de diferentes complexidades, em usos multidisciplinares, compatível com ambientes já existentes ou novos. Sistemas, métodos, processos e tecnologias construtivas aplicadas à arquitetura de interiores. Luminotécnica, sistemas de condicionamento, segurança, lógica, mídias e outros. Arquitetura e obras efêmeras. Desenvolvimento do mix e exposição do produto. Desenvolvimento de propostas com detalhamento compatível ao grau de complexidade do projeto e seus projetos complementares.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual</i> . São Paulo: Pioneira, 1998. BRUAND, Y. <i>Arquitetura contemporânea no Brasil</i> . São Paulo: Editora Perspectiva, 1981. GEOFFREY, H. B. <i>Le Corbusier: uma análise da forma</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1979. GOROVITZ, M. <i>Brasília: uma questão de escala</i> . São Paulo: Projeto Editores Associados, 1985.				
COMPLEMENTAR: CANAL, M. F. <i>Desenho livre para arquitetos</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 2004. CHING, F. D. K. <i>Representação gráfica em arquitetura</i> . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. DOYLE, M. E. <i>Desenho a cores</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2002. LEGGITT, J. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2004. ZEVI, B. <i>Saber ver a arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1992.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				8.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
30h	60h		90h	
EMENTA				
<p>Metodologia de Projeto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico. Desenvolvimento de projetos de arquitetura através do estudo das necessidades de requalificação formal e funcional do meio urbano e do objeto arquitetônico. Análise e aplicação das condicionantes culturais, históricas, estéticas, técnico-constructivas e socioeconômicas. Uso de soluções e tecnologias sustentáveis. Inserção urbana. Projetos elaborados a partir do estudo das inter-relações dos problemas funcionais, formais, conceituais e metodológicos na organização e construção do espaço arquitetônico voltado para a saúde e análise do contexto urbano, abrangendo questões relativas à estética e aos princípios básicos de arquitetura sustentável. Processo de projeto: análise do local, programa de necessidades, análise de projetos locais e estrutura-arquitetura. Elementos condicionantes.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual</i> . São Paulo: Pioneira, 1998. BLASER, W. <i>Mies van der rohe</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1994. BRUAND, Y. <i>Arquitetura contemporânea no Brasil</i> . São Paulo: Perspectiva, 1981. CHING, F. <i>Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1998. HEGEL, F. <i>Curso de Estética</i> . Tradução de Marco Aurélio Werle, Oliver Tolle; consultoria Victor Knoll. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. v. III.				
COMPLEMENTAR: CANAL, M. F. <i>Desenho livre para arquitetos</i> . Lisboa: Editorial Estampa, 2004. DOYLE, Michael E. <i>Desenho a cores</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2002. GEOFFREY, H. B. <i>Le Corbusier: uma análise da forma</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1979. LEGGITT, Jim. <i>Desenho de arquitetura: técnicas e atalho que usam tecnologia</i> . Porto Alegre: Bookmam, 2004. SUMMERSON, J. <i>A linguagem clássica da arquitetura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1999.				

9.º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA		
DISCIPLINA:			CÓDIGO
Trabalho de Conclusão de Curso I			
Categoria: Obrigatória			Semestre
Modalidade: Presencial			9.º
CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total
15h	45h		60h
EMENTA			
O projeto de pesquisa: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Normalização para produções acadêmico-científicas.			
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA			
BÁSICA:			
ANDRADE, M. M. de. <i>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação</i> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
BUXTON, P. <i>Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto</i> . Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.			
FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. <i>Manual para nominalização de publicações técnico-científicas</i> . Colaboração de Maria Helena de Andrade Magalhães; Stella Maris Borges. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.			
COMPLEMENTAR:			
CARVALHO, M. C. M. de (org.). <i>Metodologia científica: fundamentos e técnicas</i> . 22. ed. rev. atual. Campinas, SP: Papyrus, 2010.			
GEOFFREY, H. B. <i>Le Corbusier: uma análise da forma</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1979.			
KÖCHE, J. C. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</i> . 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. <i>Fundamentos da metodologia científica</i> . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. <i>Metodologia de pesquisa</i> . Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estágio Supervisionado I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				9.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
15h	165		180h	
EMENTA				
O mercado de trabalho de Arquitetura e Urbanismo. O relatório de estágio. Observação e desenvolvimento de atividades de Arquitetura e Urbanismo em órgãos e empresas locais.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ANTUNES, R. L. C. <i>Os Sentidos do trabalho</i> : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. <i>Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2018</i> , vol. 2, n.º 1. Brasília, DF: CAU, 2018. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ANUARIO-2018-WEB.pdf . Acesso em: 30 nov. 2018. SAAD, E. G. <i>Consolidação das leis do trabalho</i> : comentada. 47. ed., atual., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2014.				
COMPLEMENTAR: BUXTON, P. <i>Manual do arquiteto</i> : planejamento, dimensionamento e projeto. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. DELGADO, M. G. <i>Curso de direito do trabalho</i> . São Paulo: LTr, 2014. OLIVEIRA, J. de. <i>Acidentes do trabalho</i> : teoria, prática, jurisprudência. 3. ed. atual., aum. São Paulo: Saraiva, 1997. SANTOS, T. dos. <i>Forças produtivas e relações de produção</i> : ensaio introdutório. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984. VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. <i>Análise e modelagem de processos de negócio</i> : foco na notação BPMN Business Process Modeling Notation. São Paulo: Atlas, 2013				

10.º SEMESTRE

				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
DISCIPLINA:				CÓDIGO			
Trabalho de Conclusão de Curso II							
Categoria: Obrigatória				Semestre			
Modalidade: Presencial				10.º			
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO			
Teórica	Prática	Extensão	Total				
15h	45h		60h				
EMENTA							
O Trabalho de Conclusão de Curso: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Normalização para produções acadêmico-científicas.							
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA							
BÁSICA:							
ANDRADE, M. M. de. <i>Introdução à metodologia do trabalho científico</i> : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.							
BUXTON, P. <i>Manual do arquiteto</i> : planejamento, dimensionamento e projeto. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.							
FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. <i>Manual para nominalização de publicações técnico-científicas</i> . Colaboração de Maria Helena de Andrade Magalhães; Stella Maris Borges. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.							
COMPLEMENTAR:							
CARVALHO, M. C. M. de (org.). <i>Metodologia científica</i> : fundamentos e técnicas. 22. ed. rev. atual. Campinas, SP: Papyrus, 2010.							
GEOFFREY, H. B. <i>Le Corbusier</i> : uma análise da forma. São Paulo: Martins Fontes, 1979.							
KÖCHE, J. C. <i>Fundamentos de metodologia científica</i> : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.							
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. <i>Fundamentos da metodologia científica</i> . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.							
SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. <i>Metodologia de pesquisa</i> . Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estágio Supervisionado II				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				10.º
CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO	
Teórica	Prática	Extensão	Total	
	90h		90h	
EMENTA				
Desenvolvimento de atividades de Arquitetura e Urbanismo em órgãos e empresas locais. O relatório de estágio.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ANTUNES, Ricardo L. C. <i>Os Sentidos do trabalho</i> : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. <i>Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2018</i> , vol. 2, n.º 1. Brasília, DF: CAU, 2018. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ANUARIO-2018-WEB.pdf . Acesso em: 30 nov. 2018. SAAD, Eduardo Gabriel. <i>Consolidação das leis do trabalho</i> : comentada. 47. ed., atual., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2014.				
COMPLEMENTAR: BUXTON, Pamela. <i>Manual do arquiteto</i> : planejamento, dimensionamento e projeto. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. DELGADO, Maurício Godinho. <i>Curso de direito do trabalho</i> . São Paulo: LTr, 2014. OLIVEIRA, José de. <i>Acidentes do trabalho</i> : teoria, prática, jurisprudência. 3. ed. atual., aum. São Paulo: Saraiva, 1997. SANTOS, Theotônio dos. <i>Forças produtivas e relações de produção</i> : ensaio introdutório. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984. VALLE, Rogério; OLIVEIRA, Saulo Barbará. <i>Análise e modelagem de processos de negócio</i> : foco na notação BPMN Business Process Modeling Notation. São Paulo: Atlas, 2013				

5.1.3 Ementário das disciplinas optativas

				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA			
				DISCIPLINA:			
Arquitetura e Segurança no Trabalho							
Categoria: Optativa				Semestre			
Modalidade: Presencial							
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO			
Teórica	Prática	Extensão	Total				
EMENTA							
Ambiente de trabalho; Segurança no trabalho; Acidentes de trabalho: conceitos, tipos e causas; Riscos de acidentes: identificação, avaliação e controle; Aplicações no campo da Arquitetura. Implicações das decisões arquitetônicas na segurança no trabalho, tanto na prevenção quanto na geração de riscos de acidentes. A importância do projeto de arquitetura para a segurança no trabalho. Técnicas de segurança no desenvolvimento de projeto.							
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA							
<p>BÁSICA: BARBOSA FILHO, A. N. <i>Segurança do trabalho & gestão ambiental</i>. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. GARCIA, G. F. B. <i>Meio ambiente do trabalho: direito, segurança e medicina do trabalho</i>. São Paulo: Método, 2006. ROXO, M. M. <i>Segurança e saúde do trabalho: avaliação e controle de riscos</i>. Coimbra: Almedina, 2006.</p> <p>COMPLEMENTAR: ARAÚJO, G. M. de. <i>Normas regulamentadoras comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho</i>. Rio de Janeiro: GVC, 2007. FERRO, S. <i>Nota sobre o vício da virtude</i>. Novos Estudos Cebrap, 76, novembro, 2004. SIGNORINI, M. <i>Qualidade de vida no trabalho</i>. Rio de Janeiro: Taba Cultural, 1999. VAN LENGEN, J. <i>Manual do arquiteto descalço</i>. Porto Alegre: Livraria do arquiteto; Rio de Janeiro: TIBÁ, 2008. VERDUSSEN, R. <i>Ergonomia: A racionalização humanizada do trabalho</i>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.</p>							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Introdução à Língua Brasileira de Sinais				
Categoria: Optativa				Semestre
Modalidade: Presencial				
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
EMENTA				
Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da surdez. Concepções de linguagem, língua e fala e suas implicações no campo da surdez. Elementos definidores do <i>status</i> linguísticos da Língua de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais. A Libras na relação fala/escrita.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: FELIPE, T.; MONTEIRO, M. <i>Libras em Contexto: Curso Básico</i> . Rio de Janeiro. LIBRAS, 2005. GOLDFELD, M. <i>A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista</i> . São Paulo: Plexus Editora, 1997. QUADROS, R. M. de. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i> . Porto Alegre: Artmed, 1997.				
COMPLEMENTAR: BERNARDINO, E. L. <i>Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística</i> . Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000. CHOMSKY, N. Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. <i>Language</i> , v. 35, p. 26-58, 1959. FIGUEIREDO, F. J. Q. de. <i>Aprendendo com os erros: uma perspectiva comunicativa de ensino de línguas</i> . 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2002. SANDLER, W.; LILLO-MARTIN, D. C. <i>Sign language and linguistic universals</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 2005. VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i> . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 199-218. LYONS, J. <i>Introdução à linguística teórica</i> . São Paulo: Nacional/EdUSP, 1979.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Laboratório de Fotografia				
Categoria: Optativa				Semestre
Modalidade: Presencial				
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
EMENTA				
<p>Processo fotográfico: ótica e química; utilização dos equipamentos fotográficos; luz e sombra; linguagem fotográfica; composição; angulação; iluminação e seus efeitos; técnica de laboratório fotográfico. Processo fotográfico: Câmeras objetivas, filtros, filmes e suas aplicações: processamento em preto e branco e a cores. Recursos de linguagem e técnica fotográfica, objetivando a fotografia arquitetônica. Linguagem e a técnica fotográfica como suporte projetual para análise apreciativa do espaço urbano, edificações isoladas e interiores. Produção de ensaios fotográficos.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: ARCARI, A. <i>A fotografia: as formas, os objetos, o homem</i>. Lisboa: Edições 70, 1983. BARTHES, R. <i>A câmara clara</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. DUBOIS, P. <i>O ato fotográfico e outros ensaios</i>. São Paulo: Papirus, 2003. KOSSOY, B. <i>Realidades e ficções na trama fotográfica</i>. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.</p> <p>COMPLEMENTAR: ANDRADE, J. M. F.; VIANA, K. P. <i>Do nascimento da fotografia ao livro fotográfico: um retrato da formação do Brasil</i>. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001. ANTONIO NAVARRETE, J. <i>Ensayos desleales sobre fotografía</i>. Mérida: Enfoco, 1991. FREUND, G. <i>Fotografia e sociedade</i>. Lisboa: Vega, 1995. KRAUSS, R. <i>Lo fotografico: por una teoría de los desplazamientos</i>. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. KOSSOY, B. <i>Fotografia e história</i>. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. FLUSSER, V. <i>A filosofia da caixa preta</i>. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.</p>				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Habitação de Interesse Social				
Categoria: Optativa				Semestre
Modalidade: Presencial				
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
EMENTA				
Habitação e Entorno - levantamentos dos equipamentos e serviços existentes no entorno, tais como: Creche, Posto de Saúde, Escola de Ensino Infantil, Escola de Ensino Fundamental, Escola de Ensino Médio, Sistema Viário e Transporte, Áreas Verdes, Centro Comunitário. Projetos Emblemáticos - leitura e análise de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Exemplos de projetos - visitas de Campo, realizadas por meio de visita técnica para locais de referência em Habitação de Interesse Social (nas modalidades de conjunto habitacional ou intervenções em favela para urbanização e/ou reurbanização). Projeto de Habitação de Interesse Social. Desenvolvimento de projeto de um conjunto habitacional				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA: ABREU, M. G. <i>Habitação de interesse social no Brasil: caracterização da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação de 2006 a 2010</i> . Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, UFMT, Cuiabá, 2012. ALCOCK, A. <i>et al. Entornos vitales hacia un diseño urbano y arquitectónico más humano manual practico</i> . Barcelona: Gili, 1999. CAMPOS FILHO, C. M. <i>Cidades brasileiras: seu controle ou o caos</i> . 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.				
COMPLEMENTAR: ANSELMO, C. A. F.; MAIA, R. P. <i>Relatório técnico: inferências estatísticas da aplicação dos cartões ilustrados na CDHU</i> . Campinas: 2008. AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. <i>Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação</i> . Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982. CAIXA ECONOMICA FEDERAL. <i>Minha casa minha vida</i> . (Cartilha). Brasília, 2009. GRANJA, A. D. <i>et al. A natureza do valor desejado na habitação social</i> . Ambiente Construído (Online), v. 9, p. 87-103, 2009. SHIMBO, L. Z. <i>Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro</i> . Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Carlos, 2010.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena				
Categoria: Optativa				Semestre
Modalidade: Presencial				
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
EMENTA				
O índio e o negro no panorama histórico brasileiro: abordagem sociocultural. Alguns aspectos legais da questão negra e indígena no Brasil. Povos indígenas do Pará. Notas sobre arquitetura afro-brasileira e indígena.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
BÁSICA:				
GALLOIS, C. J. S. Arquitetura indígena, territorialidade e patrimônio cultural: por um inventário da arquitetura indígena brasileira. Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado. <i>Anais do ArquiMemória 3</i> . Salvador: Centro de Convenções da Bahia, 2008.				
MUNANGA, K. <i>Negritude: usos e sentidos</i> . 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.				
MUNANGA, K. <i>Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra</i> . 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.				
NOVAES, S. C. (org.). <i>Habitações indígenas</i> . São Paulo: Nobel/EdUSP, 1983.				
COMPLEMENTAR:				
ASSIS, M. de P. <i>A questão racial na Faculdade de Formação de Professores da UERJ: a visão dos docentes sobre a Lei nº10639/03</i> . In: Gonçalves, M.A.R. (org.). Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa: contribuições para discussão da questão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007.				
BRANDÃO, A. P. (coord.). <i>Saberes e fazeres: modos de interagir</i> . Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.				
BRASIL. <i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana</i> . Brasília: MEC/SEPP/IR/SECAD/INEP, 2005.				
GADOTTI, M. <i>Diversidade cultural e educação para todos</i> . Rio de Janeiro: Graal, 1999.				
PAIXÃO, M. J. P. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais</i> . São Paulo: DP&A, 2006. (Coleção Políticas da Cor).				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Legislação, Ética e Prática Profissional				
Categoria: Optativa				Semestre
Modalidade: Presencial				
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
EMENTA				
<p>Aspectos gerais do exercício da profissão. Origens do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Consolidação da formação profissional do arquiteto e urbanista. Campos de atuação profissional. Legislação e ética profissional: Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país (Criação do CAU BR). Os órgãos de representação: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA). União Internacional de Arquitetos (UIA), órgão consultivo da UNESCO para assuntos relativos ao habitat e à qualidade do espaço construído, a Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA) e o Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP).</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
<p>BÁSICA: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. <i>Resolução n.º 52, de 6 de setembro de 2013.</i> Aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Brasília, DF: CAU/Brasil, 2013. Disponível em: http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/res-52codigo-etico22-20132.pdf. Acesso em: 29 nov.2018.</p> <p>PEREIRA, M. A. <i>Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional.</i> São Paulo: Editora PINI, 2005.</p> <p>SÁ, A. L. de. <i>Ética Profissional.</i> Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2000.</p>				
<p>COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. <i>Manual de contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo.</i> São Paulo: Pini, 2000. BOTTA, M. <i>Ética do construir.</i> Roma: Bari; Edições 70, 1996. CHAUÍ, M. <i>Convite à filosofia.</i> São Paulo: Ática, 1994. NIEMEYER, O. <i>Minha arquitetura.</i> Rio de Janeiro: Revan, 2000. SOARES, M. S. <i>Ética e Exercício Profissional.</i> Brasília: AsBEA, 2000.</p>				

5.2 Trabalho de conclusão do curso

O Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo segue as diretrizes da Resolução n.º 008/2014/CONSEPE/Unifesspa, a qual aprova o Regulamento de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Em seu art. 79, é definido como “uma Atividade Curricular Obrigatória”, cuja finalidade é “sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística ou tecnológica.”.

Na estrutura curricular do curso, o TCC será desenvolvido no 9.º e no 10.º semestres, com carga horária de 60h em cada um deles, totalizando 120h. No 9.º semestre, o acadêmico deverá elaborar, em concordância com o orientador, um projeto com tema relacionado a um dos campos de conhecimento do curso. No 10.º semestre, o projeto deverá ser transformado num trabalho monográfico. Tanto o projeto quanto a monografia devem seguir as normas de elaboração desses gêneros textuais, conforme prescrição dos manuais de metodologia científica.

Acerca dos procedimentos para o desenvolvimento do TCC, a Resolução n.º 008/2014, nos artigos 80 e 82, regulamenta que a elaboração do Trabalho é individual, salvo casos justificados e aceitos pela Congregação do IEA, e que será orientado por docente da Unifesspa. Quando houver solicitação do discente para ser orientado por docente externo, deve haver anuência da Congregação IEA, com coorientação de docente vinculado ao curso.

Em relação à apresentação do TCC, na versão monografia⁵, os artigos 81 e 83 da Resolução n.º 008/2014 prescrevem que será defendido em sessão pública, durante o período letivo, perante Banca Examinadora, constituída de, no mínimo, dois membros titulares, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a defesa.

A composição dessa Banca será proposta pelo orientador, em conformidade com o tema desenvolvido e em comum acordo com o estudante. Caso haja necessidade, a Congregação IEA poderá credenciar membros externos à Subunidade Acadêmica, ou mesmo à Instituição, para composição de Banca Examinadora.

Entre as atribuições da Banca está a definição do conceito de aprovação ao acadêmico, em conformidade com os critérios normatizados pelo Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa. São eles: Insuficiente – até 4,9; Regular – 5,0 a 6,9;

⁵ Textualmente, a Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa não estabelece se a defesa pública do TCC refere-se à versão monografia. Tal assertiva, neste PPC, deve-se ao procedimento comumente existente nas Instituições de Educação Superior.

Bom – 7,0 a 8,9; Excelente – acima de 9,0. O tempo delimitado para a apresentação do trabalho monográfico será de 30 minutos, com tolerância de 5 minutos a mais ou a menos.

Os artigos científicos elaborados em decorrência da pesquisa e dos resultados do TCC deverão, obrigatoriamente, citar orientador e coorientador, este quando houver, bem como a Unifesspa como instituição de vínculo profissional do orientador ou do coorientador e da formação do acadêmico. De igual modo, deve ser compartilhado com os docentes e a Instituição ligados à pesquisa o TCC que resultar patentes, resguardando-se às questões sigilosas.

Os casos de plágios em TCC sofrerão as penalidades legais pertinentes e, academicamente, ocasionarão a reprovação do discente nessa atividade curricular. Nesse caso, a Congregação do IEA define se o estudante mantém o tema de pesquisa ao cursar novamente a atividade, ou realiza a pesquisa com outro tema.

Casos em que o acadêmico necessite realizar ensaios e experimentos para a elaboração do TCC para os quais a Unifesspa não dispõe de meios, podem ser feitos em outras instituições, desde que custeados pelo discente e/ou convênios, não se obrigando o curso e/ou a Unifesspa a firmar tais convênios. Analogamente, custos com viagens de campo para realização de TCC poderão contar com apoio financeiro da Unifesspa, sem que seja esse um procedimento obrigatório.

Ao final do processo, o TCC deverá ser entregue em mídia digital e também na versão impressa, a fim de compor o banco de produções do IEA. Detalhamentos quanto a outros aspectos referentes ao TCC, tais como: seus objetivos; as atribuições da coordenação, da orientação e da Banca Examinadora; aos direitos e deveres dos orientandos; à avaliação; aos formulários, fichas de registro e demais documentos relativos à atividade curricular encontram-se descritos em Minuta⁶ de Regulamento (APÊNDICE A).

⁶ O que está sendo apresentado aqui como Minuta foi tomado do Regulamento de TCC do PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Tocantins (2013). Pequenas adaptações já foram feitas e outras necessária serão realizadas por ocasião de seu estudo com os docentes.

5.3 Estágio curricular supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é atividade obrigatória e oficialmente regulamentada. Na Lei n.º 11.788/2008, é definido como “ato educativo [...] desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”.

De maneira mais específica, a definição encontrada na Resolução n.º 2/2010 para a expressão, em sua forma plural, é de que “são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.”.

A Resolução n.º 008/2014, em seu art. 76, especifica que, para fins de registro, o Estágio será considerado Obrigatório ou Não Obrigatório. O primeiro é componente indispensável para a integralização curricular, e o segundo pode ser admitido como atividade curricular, não devendo interferir no período estabelecido para conclusão do curso.

Como apresentado na estrutura curricular, o ECS deverá ser desenvolvido nos dois últimos semestres do curso, com carga horária de 180h no 9.º semestre e 90h no 10.º semestre, totalizando 270h. Em linhas gerais, a Resolução n.º 008/2014, nos incisos do art. 74, estabelece o ECS terá por objetivo:

- I – possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;
- II – proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades e o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação;
- III – desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional.

A delimitação de objetivos específicos a atividades a serem desenvolvidas pelo acadêmico de Arquitetura e Urbanismo durante a realização do ECS deverá constar na Resolução que regulamenta essa atividade do curso.

O acompanhamento do ECS é feito, em nível de Unifesspa, pela Coordenação Geral dos Estágios dos Cursos de Graduação, ligada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), por meio do Comitê Permanente de Estágio. Em nível de IEA, deve ser acompanhado pela Coordenação de Estágio e por docente orientador. A

culminância do ECS ocorre com apresentação de Relatório pelo discente, o qual deve seguir as prescrições da NBR 10.719/2015.

Detalhamentos quanto a objetivos; a atribuições do coordenador, do docente orientador e do estagiário; a acompanhamento e à operacionalização; à documentação necessária para registro; a modalidades de estágio e a procedimentos relativos a cada um; à avaliação e às fichas e formulários constarão em Minuta⁷ de Regulamento de Estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo (APÊNDICE B).

Quanto ao estágio não obrigatório, definições quanto à sua caracterização e quanto aos procedimentos para a sua realização estarão na pauta de formação docente sobre o PPC de Arquitetura e Urbanismo. As elaborações provenientes dessa formação estarão na composição deste subtópico.

5.4 Atividades complementares

No art. 8.º da Resolução n.º 2/2010, as atividades complementares são definidas como “componentes curriculares enriquecedores” em ensino, pesquisa e extensão que devem “possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno [...]”. De acordo com esse documento, as atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e disciplinas oferecidas por outras instituições de educação.

Na estrutura curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, essas atividades devem contabilizar 120h, a serem consideradas para efeito de integralização no último semestre do curso. Elas estão relacionadas às práticas de ensino, pesquisa e extensão e seguem apresentadas na tabela seguinte, com limite de carga horária respectiva a cada uma delas.

A tabela 4 especifica algumas atividades complementares em ensino, pesquisa e extensão, com seu respectivo limite de carga horária. Ela foi tomada do PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Tocantins e será ponto de partida para acolhimento e adaptações neste PPC, por ocasião de seu estudo com os docentes.

⁷ O que está sendo apresentado aqui como Minuta foi tomado do Regulamento Estágio do PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Tocantins (2013). Pequenas adaptações já foram feitas e outras necessária serão realizadas por ocasião de seu estudo com os docentes.

Tabela 4 - Atividades Complementares

Modalidade	Atividade	Limite de CH
Ensino	Disciplinas complementares não previstas no currículo do curso e cursadas na Unifesspa ou outras IES	90h
	Atividades de monitoria (por semestre)	60h
	Organizar e ministrar minicursos (por minicurso)	75h
	Participação como ouvinte em minicursos (por minicurso)	60h
	Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso)	60h
Pesquisa	Livro publicado	90h
	Capítulo de livro	90h
	Projetos de Iniciação Científica	90h
	Projetos de Pesquisa Institucionais	90h
	Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial)	90h
	Artigo publicado como coautor (periódico com conselho editorial)	90h
	Artigo completo publicado em anais como autor	90h
	Artigo completo publicado em anais como coautor	90h
	Resumo em anais	30h
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos	30h
	Extensão	Autoria e execução de projetos
Participação na organização de eventos (congressos, seminários, <i>workshop</i> etc.)		90h
Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas etc.)		90h
Participação com ouvinte em eventos (congressos, seminários, <i>workshop</i> etc.)		30h
Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, <i>workshop</i> etc.)		75h
Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, <i>workshop</i> etc.)		45h
Participação em oficinas		45h
Visitas técnicas		45h
Estágios extracurriculares (cada 80h de estágio = 15h de atividade complementar)		60h
Representação discente em órgãos colegiados (Consun, Consepe etc.)		30h
Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc.)		30h

Fonte: PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Tocantins (UFT, 2013).

Para a integralização da carga horária de atividades complementares é obrigatória a participação do estudante em, no mínimo, duas formas de atividades, observados os limites da carga horária de cada atividade, conforme a distribuição abaixo:

- a) Aproveitamento de disciplinas não previstas no currículo, que podem ser cursadas em outros cursos superiores da Unifesspa ou não, desde que as outras instituições mantenham cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC, ficando

- estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;
- b) Realização de cursos de curta duração em idiomas estrangeiros e/ou outros cursos diversos, nessa categoria, independentemente da área do conhecimento, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 60h;
 - c) Desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa, preferencialmente na área de concentração do curso. Essa atividade compreende trabalho de pesquisa acompanhado por docente orientador e deve resultar em produção científica publicada, ou não, a exemplo de relatórios, artigos e livros, resumos em anais e correlatos, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;
 - d) Desenvolvimento, organização e assistência a programas de extensão da Unifesspa, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;
 - e) Participação em eventos como ouvinte, mesmo os relacionados a outras áreas do conhecimento, devidamente reconhecidos como atividades educacionais ou culturais, como palestras, seminários, reuniões, mesas-redondas, debates e outros, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;
 - f) Realização de atividades práticas como: participação em reuniões plenárias como representantes de conselhos de classe, sindicatos, representação estudantil e associações. Elaboração de trabalhos técnicos, projetos sociais e pareceres. Atuação como instrutor em treinamentos e qualificações, palestrante, monitoria acadêmica e coordenação de projetos. Realização de trabalho voluntário na forma prevista na Lei n.º 9.608/98. Essas atividades ficam limitadas ao aproveitamento de até 30h, exceto a monitoria que será limitada em até 60h;
 - g) Participação devidamente comprovada como ouvinte em defesa de monografias de graduação e pós-graduação, dissertações e teses, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 20h;
 - h) Publicações de livros, capítulos de livros e artigos completos (em periódicos com Conselho Editorial ou em anais de congressos e afins) – até 90h; resumos em anais – até 30h; outras publicações – até 30h.
 - i) Realização de estágio supervisionado não obrigatório, previsto na Lei n.º 11.788/2008, cujas horas serão computadas como atividades complementares,

desde que autorizadas pelo curso, mediante termo assinado pelo coordenador, com limite para aproveitamento de até 60h.

Serão consideradas para integralização de horas, somente as atividades realizadas após a efetivação da matrícula do acadêmico no curso. Assim, ficam excluídas quaisquer atividades anteriores a essa data, salvo em situações especiais de transferências de estudantes. Nesses casos, será considerada a matrícula feita na instituição de origem, em atendimento à lei vigente. É de responsabilidade do discente a integralização da carga horária das atividades complementares, de modo a evidenciar o protagonismo sobre a sua formação.

5.5 Política de pesquisa

Na Unifesspa, a coordenação geral das atividades de pesquisa está a cargo da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit), que possui em sua composição a Diretoria de Pós-Graduação e a Diretoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica. De acordo com o PDI Unifesspa (2014/2019, p. 59-60), essas atividades contemplam todas as áreas de conhecimentos existentes na Instituição e são desencadeadas, principalmente, por grupos de pesquisa, em nível de graduação e de pós-graduação.

Nesse sentido, o PDI vigente da Instituição estabeleceu como política de pesquisa o fortalecimento de ações desenvolvidas pelos grupos de pesquisa. Para o curso de Arquitetura e Urbanismo em implantação no IEA, é importante que, uma vez constituído o quadro docente, busque-se a organização de grupo ou grupos para esse fim, com vistas à consolidação de suas atividades, respaldadas pela coordenação geral das atividades de pesquisa da Unifesspa.

As atividades de pesquisa desenvolvidas por grupos, assim como os procedimentos para o desenvolvimento do Trabalho de Curso do acadêmico fundamentam-se na concepção encontrada em Lakatos e Marconi (2001) de que a pesquisa é

[...] um procedimento metodológico formal do pensamento reflexivo que exige um tratamento científico que se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para as questões propostas, utilizando métodos científicos. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 43)

Além dessa concepção, que se evidencia nessas práticas do curso de Arquitetura e Urbanismo, a pesquisa também é entendida como processo inerente à ação pedagógica, ancorada em fundamentos. São eles: o científico, para consolidar a produção de conhecimento em conformidade com o rigor do método; o educativo, por situar a pesquisa como postulado de formação, o qual questiona a realidade e intervém na sociedade; o articulador, porque visa fortalecer a indissociabilidade da pesquisa com as práticas de ensino e extensão; o ético, por se reger pelo respeito à dignidade humana.

A fim de consolidar atividades de pesquisa, este PPC propõe mais estas ações a serem implantadas e implementadas pelo curso:

- a) A compreensão e o desenvolvimento da pesquisa como princípio educativo do curso, que objetiva promover a formação do profissional reflexivo, com capacidade de apropriação e aplicação do conhecimento para o seu crescimento pessoal e para o desenvolvimento social;
- b) O desenvolvimento de pesquisas a partir de levantamento de demandas sociais locais, de modo a sintonizar as necessidades, as práticas sociais e as potencialidades de pesquisa do IEA;
- c) Criação de grupos de pesquisa abertos à participação de docentes, técnicos e estudantes;
- d) Criação de evento para compartilhar e divulgar pesquisa do corpo docente e fomentar formação sobre procedimentos de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.

5.6 Política de extensão

A coordenação geral das atividades de extensão, na Unifesspa, é realizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proex). A ela estão ligadas a Diretoria de Ação Intercultural e a Diretoria de Assistência e Integração Estudantil. O PDI Unifesspa 2014/2019 define a extensão universitária como:

processo interdisciplinar, educativo, cultural, político e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável e que viabiliza, através de ações concretas e contínuas, a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, propiciando a construção de uma universidade intercultural. (PDI UNIFESSPA 2014/2019, p. 42)

Com essa compreensão do que significam as atividades de extensão, a Unifesspa as concebe no âmbito de uma política cultural ampla, que envolve a construção democrática da universidade e a expansão do ensino superior em diálogo com a região de abrangência. Essas atividades são entendidas como práticas acadêmicas e públicas socialmente referenciadas na sociobiodiversidade da Amazônia Oriental brasileira e relacionadas com os movimentos sociais populares e com as políticas públicas.

Para isso, tais atividades devem ser desenvolvidas por meio de procedimentos metodológicos contextualizados, com objetivos condizentes com o sentido de responsabilidade social, sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produção, publicações entre outros produtos acadêmicos.

Institucionalmente, a Unifesspa articula suas proposições de atividades de extensão com as linhas temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEEx). São elas: Cultura, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Saúde, Comunicação e Trabalho. Dentro dessas linhas, implementa ações de apoio a programas e projetos de arte, cultura e educação, com bolsas de extensão e recursos de custeio e capital; a realização de eventos culturais e acadêmicos; ações que visem à democratização do acesso ao ensino superior; à submissão de projetos aprovados em editais públicos, como o PROEXT (Programa de Extensão Universitária MEC/SESu) e Mais Cultura nas Universidades.

Essas são possibilidades que a instituição oferece aos profissionais do curso de Arquitetura e Urbanismo de se articularem a fim de se envolver, propor e desenvolver atividades de extensão. Uma vez que a composição do corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo está condicionado ao resultado do concurso público em andamento e posterior posse dos aprovados, fica para futuro registro neste PPC a apresentação dos Projetos de Extensão formulados pelos docentes para serem desenvolvidos com os estudantes.

Outra possibilidade de desenvolvimento de atividades de extensão previstas na Unifesspa está na delimitação de carga horária em algumas disciplinas da matriz curricular do curso, as quais deverão constar no Plano de Ensino do docente. Conforme justificado no 2.º parágrafo do tópico “5.1 Estrutura Curricular do Curso”, na p. 28 deste PPC, essa delimitação de carga horária de extensão para algumas disciplinas do curso será posteriormente definida com os docentes do curso, a fim de que seja resguardada a pertinência na distribuição das atividades teóricas, práticas e de extensão por disciplina.

Somente após tais definições, será possível explicitar neste Projeto a carga horária de extensão, que deve ser de, no mínimo, 10% da carga horária total do curso, de acordo com a Resolução n.º 7/2018/CNE/CES, a qual regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024).

Ao planejar e desenvolver as atividades de extensão, a proposição é de que sejam considerados como princípios a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa; a interdisciplinaridade; a interação com os grupos sociais; o respeito aos saberes produzidos em diferentes contextos culturais; a justaposição dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos às demandas sociais; a formação de sujeitos autônomos e de direitos sociais.

No intuito de consolidar atividades de extensão, este PPC propõe mais estas ações a serem implantadas e implementadas pelo curso:

- a) Levantamento de demanda da sociedade local que possam transformar-se em atividade de extensão;
- b) A partir do levantamento, priorizar o planejamento e o desenvolvimento de atividades de extensão que contribuam para superar situações de exclusão social;
- c) Promoção de eventos para socializar as atividades de extensão e para troca de experiências.

5.7 Política de inclusão social

Remete-se mais uma vez, neste PPC, à visão estabelecida no PDI Unifesspa (2014/2019, p. 25) de que a Instituição seja “uma universidade inclusiva”, a fim de destacar medidas efetivamente tomadas para a sua realização.

No que se refere ao acesso ao ensino superior a alunos da região, a Unifesspa publicou a Resolução n.º 259/2018, na qual se regulamenta a atribuição de 20% sobre a nota final do Enem para estudantes que tenham cursado pelo menos um ano do ensino médio em escolas de localidades e adjacências dos *campi* Unifesspa e que também residam na região.

Além disso, as ações afirmativas para os estudantes de escola pública, para os autodeclarados pretos ou pardos e para os indígenas são consideradas pela Unifesspa, em consonância com a legislação vigente. Para a Instituição, elas servem como “mecanismo de promoção de grupos e populações sub-representadas nas instituições de

ensino superior.” (PDI UNIFESSPA 2014/2019, p. 40).

Como medida para impulsionar a permanência desses estudantes no meio acadêmico, a Unifesspa possui o Comitê de Inclusão Social, ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proex). Seu objetivo é investigar, orientar, apoiar e propor ações para a adequada inclusão de estudantes no ensino superior.

Há ainda outras políticas de assistência e integração estudantil, desencadeadas por meio de programas, tais como:

- ✓ Programa de Apoio à Permanência – que concede auxílio financeiro, prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade social;
- ✓ Programa de Integração e Vivência Estudantil – cujo objetivo é integrar o estudante à vida universitária, por meio de ações acadêmico-científica, socioculturais, esportivas. Para isso, há apoio financeiro que viabilize a sua participação;
- ✓ Programa de Acolhimento Estudantil – consiste em desenvolver ações para apoiar o fortalecimento da trajetória acadêmica de estudantes indígenas, negros, do campo, quilombolas, de grupos tradicionais e com necessidades educativas especiais;
- ✓ Programa de Bolsa-Estágio não obrigatório – consiste no recebimento de estudantes matriculados na instituição como estagiários, para os quais há pagamento e auxílio transporte;
- ✓ Programa de Monitoria – é atividade acadêmica desempenhada pelo graduando, com orientação docente, a fim de aprimorar a qualificação técnico-científica do acadêmico;
- ✓ Programa de Monitoria de Apoio aos Discentes com Deficiência – objetiva oferecer condições de acessibilidade e inclusão acadêmica, para apoiar discentes com deficiência.

A fim de atender a demanda da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a Unifesspa possui o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA). É uma unidade comprometida com os princípios de inclusão acadêmica de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, os quais, atualmente, são público-alvo da educação especial. O NAIA também visa orientar a Unifesspa quanto à acessibilidade física, técnica e pedagógica.

De acordo com sua página virtual, são objetivos do NAIA:

Geral:

- ✓ Coordenar a política de acessibilidade e inclusão acadêmica educacional na Unifesspa, contribuindo para a seguridade dos direitos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação da comunidade universitária.

Específicos:

- ✓ Implementar serviços de atendimento educacional especializado e inclusão acadêmica;
- ✓ Orientar e acompanhar a construção dos pré-requisitos da Unifesspa considerando a normatização de desenho universal e acessibilidade;
- ✓ Desenvolver o trabalho de inclusão acadêmica e acessibilidade articulando ações de ensino, pesquisa e extensão dos institutos;
- ✓ Orientar para a organização de espaços físicos acessíveis;
- ✓ Adquirir e disponibilizar equipamentos, instrumentos, materiais pedagógicos e recursos didáticos para apoiar a inclusão acadêmica e acessibilidade aos discentes público-alvo da educação especial;
- ✓ Ofertar cursos de capacitação na área de Educação Especial para docentes, técnicos, alunos universitários e comunidade externa como ações de extensão;
- ✓ Desenvolver projetos de extensão e pesquisa que apoiem a qualificação do ensino superior na perspectiva da educação inclusiva e apoio a políticas locais das realidades educacionais do entorno da Unifesspa.

Uma vez que pode contar com a estrutura do NAIA na Instituição, este PPC propõe Libras como componente em sua matriz curricular, tendo em vista que uma das ações desse Núcleo é “Prestar assessoria, orientações e colaborações nas questões de acessibilidade aos diversos setores da Unifesspa e comunidade universitária.”⁸. Para isso, o IEA estabeleceu parceria com o Núcleo, de modo que as aulas dessa disciplina para os cursos de Engenharia Civil e Matemática, neste período letivo, sejam ministradas aos acadêmicos por um de seus profissionais.

A essas ações da Unifesspa, este PPC propõe a articulação entre NDE do curso e equipe técnico-pedagógica do IEA para o levantamento de desempenho dos estudantes

⁸ Página virtual. Disponível em: <https://naia.unifesspa.edu.br/en/>. Acesso em: 28 mar. 2019.

nas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo, a fim de planejar e desenvolver ações que promovam aprendizagem, quando houver conceito insatisfatório. São ações que, agregadas às demais, visam à permanência do estudante no meio acadêmico, de modo a oportunizar o seu acesso aos conhecimentos já produzidos, bem como às suas elaborações de natureza científica, artística, cultural e tecnológica.

5.8 Organização didático-pedagógica

A gestão administrativa e pedagógica do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Engenharia do Araguaia/Unifesspa é composta por:

- a) Prof.^a Dr.^a Maria Elizabete Rambo Kochhann – Diretora do IEA
- b) Prof. Dr. Manolo Rodriguez Heredia – Diretor Adjunto do IEA
- c) Prof.^a Dr.^a Maria Elizabete Rambo Kochhann – Coordenadora do curso
- d) Membros do Núcleo Docente Estruturante⁹ (aguarda a composição)

As instâncias responsáveis pela organização didático-pedagógica do curso em nível de IEA são:

Núcleo Docente Estruturante: é a primeira instância deliberativa sobre as questões relacionadas ao curso. Tem sua composição e atribuições regulamentadas pela Resolução n.º 070/2015/Consepe/Unifesspa. Conta com a equipe de técnicos responsáveis pela parte administrativa, laboratorial e pedagógica do IEA para respaldar as suas atividades. De acordo com o art. 3.º da Resolução supracitada, são atribuições do NDE, entre outras:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil do egresso do Curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da Graduação, de exigência do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

⁹ Nos apêndices, segue Minuta para regulamentação de composição do NDE de Arquitetura e Urbanismo.

- V. Propor a formulação e reformulação do Projeto Pedagógico do Curso para apreciação e aprovação [...] [pela Congregação do IEA].

Coordenação de curso:  função desempenhada por um docente eleito por seus pares, com mandato instituído por meio de publicação em portaria. Conforme Regimento Interno do IEA¹⁰, são atribuições da coordenação de curso:

- I. coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso;
- II. supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso;
- III. fomentar e promover ações para permanência e êxito do estudante;
- IV. propor à Direção Geral do Campus a abertura e extinção de oferta de vagas do curso;
- V. favorecer o relacionamento entre grupos de estudante e alargar a convivência com os diferentes segmentos da sociedade, além de estimular a tomada de iniciativa dos acadêmicos;
- VI. acompanhar as atividades complementares do curso junto aos discentes;
- VII. acompanhar o preenchimento dos Planos Individuais de Trabalho (PIT) dos (as) docentes, propondo à Direção as medidas que se fizerem necessárias;
- VIII. solicitar, receber e conferir os planos de ensino das disciplinas de cada docente do curso, em cada semestre, encaminhando-o posteriormente para arquivo;
- IX. manter atualizadas as bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares no PPC e na Biblioteca Central;
- X. propor, acompanhar e avaliar a execução do PPC, em conjunto com o NDE do Curso e o Conselho do Curso, visando à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão;
- XI. coordenar a matrícula e a inscrição dos estudantes nos componentes curriculares do curso, em conjunto com a Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos (COAAP);
- XII. inteirar-se sobre a realização do Estágio Curricular Obrigatório dos acadêmicos do curso;
- XIII. atentar-se para o período de publicação do Edital de Monitoria para, assim, encontrar professores (as) interessados (as) em orientar monitores e, ainda,

¹⁰ Sobre o Regimento Interno do IEA, há uma elaboração feita por comissão instituída, cujo estudo para acolhimento de contribuições está em andamento, por meio de cronograma estabelecido para reuniões de pauta única da Congregação do IEA. O documento, portanto,  versão preliminar. Com a versão final definida, as informações do Regimento serão atualizadas neste PPC.

- fomentar a divulgação do programa;
- XIV. coordenar, com apoio da Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos (COAAP) e da Direção do IEA, a semana de recepção dos calouros do curso, incentivando a participação da comunidade acadêmica;
- XV. acompanhar a frequência dos (as) acadêmicos (as) nas atividades curriculares, organizando mecanismos para o seu acompanhamento;
- XVI. exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem designadas pela Direção e pela Congregação do Instituto.

Congregação IEA: é a instância deliberativa imediatamente superior ao NDE. Tem caráter consultivo, deliberativo, normativo e recursal. Conforme Regimento Interno do IEA, é composta por:

- I. Diretor-Geral do Instituto, como seu Presidente;
- II. Diretor Adjunto, na qualidade de Coordenador Acadêmico;
- III. Coordenadores de cursos da graduação e pós-graduação;
- IV. o (s) representante(s) dos servidores docentes, eleitos pelos seus pares em Assembleia,[...];
- V. o (s) representante(s) dos servidores técnico-administrativos, eleitos pela respectiva Assembleia, representando 15% da congregação.;
- VI. o (s) representante(s) dos discentes, eleitos pela respectiva Assembleia, compondo 15% da congregação, sendo que 25% das vagas dos discentes no conselho devem ser destinadas a estudantes de pós-graduação;
- VII. o representante docente do Instituto no CONSEPE.

São atribuições da Congregação do IEA:

- I. apreciar o Regimento Interno da Unidade e submetê-lo à aprovação do CONSUN, assim como propor a sua reforma, pelo voto de, no mínimo, dois terços (2/3) dos seus membros;
- II. propor a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração de qualquer órgão vinculado à respectiva Unidade Acadêmica;
- III. apreciar sobre o funcionamento acadêmico e administrativo da Unidade, em consonância com as normas da UNIFESSPA;
- IV. Supervisionar as atividades das Subunidades Acadêmicas e das funções administrativas da Unidade;
- V. deliberar sobre a criação de novos cursos, a alteração de cursos já existentes e

- sobre a oferta de cursos demandados através de contratos e convênios;
- VI. deliberar sobre solicitação de concursos públicos para provimento de vagas às carreiras docente e técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de temporários, ouvidas as coordenações de curso interessadas;
 - VII. compor comissões examinadoras de concursos para provimento de cargos ou empregos de professor;
 - VIII. manifestar-se sobre pedidos de remoção ou movimentação de servidores e sobre afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou prestação de cooperação técnica;
 - IX. avaliar o desempenho e a progressão de servidores, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela UNIFESSPA;
 - X. aprovar relatórios de desempenho de servidores para fins de acompanhamento, estágios probatórios e progressões na carreira;
 - XI. praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar;
 - XII. julgar os recursos que lhe forem interpostos;
 - XIII. instituir comissões, especificando expressamente suas competências;
 - XIV. deliberar sobre o processo eleitoral para nomeação do Diretor-Geral e do Diretor-Adjunto do Instituto de Engenharia do Araguaia, respeitado o disposto no Estatuto *pro tempore*;
 - XV. propor, motivadamente, pelo voto de, no mínimo, dois terços (2/3) de seus membros, a destituição do Diretor-Geral e do Diretor-Adjunto;
 - XVI. apreciar as contas da gestão do Diretor-Geral da Unidade;
 - XVII. apreciar o veto do Diretor-Geral às decisões da Congregação.

Em nível de Unifesspa, são instâncias diretamente relacionadas à organização didático-pedagógica do curso o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e o Conselho Universitário (Consun). As regulamentações acerca de composição, atribuições e organização periódica das atividades seguem o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe): é constituído pelos seguintes membros:

- I. o Reitor, como presidente;

- II. o Vice-reitor;
- III. os Pró-reitores;
- IV. o Prefeito;
- V. os representantes docentes das Unidades Acadêmicas, da Escola de Aplicação
- VI. e dos *Campi* do interior;
- VII. os representantes dos servidores técnico-administrativos;
- VIII. os representantes discentes da graduação e da pós-graduação;
- IX. os representantes do Diretório Central dos Estudantes;
- X. os representantes sindicais.

São atribuições do Consepe:

- I. aprovar as diretrizes, planos, programas e projetos de caráter didático-pedagógico, culturais e científicos, de assistência estudantil e seus desdobramentos técnicos e administrativos;
- II. aprovar normas complementares às do Estatuto sobre processos seletivos para ingresso nos cursos da Instituição, currículos e programas, validação e revalidação de diplomas estrangeiros, além de outros relacionados com os cursos regulares da Universidade que se incluam no seu âmbito de competência;
- III. aprovar normas e diretrizes para a realização de processos seletivos para provimento de cargos docentes do quadro de pessoal e de admissão de professor temporário, na forma da legislação vigente;
- IV. fixar normas complementares às do Estatuto e deste Regimento Geral em matéria de sua competência;
- V. decidir sobre a criação e a extinção de cursos;
- VI. avaliar e aprovar a participação da [...] [Unifesspa] em programas de iniciativa própria ou de terceiros que importem em cooperação didática, cultural e científica com entidades locais, nacionais e internacionais;
- VII. deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência, inclusive as não previstas expressamente no Estatuto ou neste Regimento Geral;
- VIII. definir a composição e o funcionamento de suas Câmaras e Comissões;
- IX. aprovar programas e projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão;
- X. definir a política de extensão, priorizando programas e ações que tenham como objetivos a promoção humana, a difusão dos direitos humanos, da ética e da

- democracia, dentre outros;
- XI. estabelecer diretrizes de pesquisa em setores e áreas estratégicos para o desenvolvimento regional;
 - XII. aprovar planos e projetos de cursos de pós-graduação, de extensão e outros;
 - XIII. apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho;
 - XIV. exercer outras atribuições definidas em lei, no Estatuto e neste Regimento Geral.

Conselho Universitário (Consun): Consun é o órgão máximo de consulta e deliberação da [...] [Unifesspa] e sua última instância recursal, sendo constituído:

- I. pelo Reitor, como Presidente;
- II. pelo Vice-reitor;
- III. pelos membros do CONSEPE;
- IV. pelos membros do CONSAD¹¹.

São atribuições do CONSUN:

- I. aprovar ou modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, bem como, nos termos destes, resoluções e regimentos específicos;
- II. aprovar o Regimento Interno das Unidades Acadêmicas e dos *Campi*;
- III. criar, desmembrar, fundir e extinguir Órgãos e Unidades da [...] [Unifesspa];
- IV. aprovar e supervisionar a política de desenvolvimento e expansão universitária expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional;
- V. estabelecer a política geral da [...] [Unifesspa] em matéria de administração e gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos;
- VI. autorizar o credenciamento e o recredenciamento de fundação de apoio e aprovar o relatório anual de suas atividades;
- VII. organizar o processo eleitoral para os cargos de Reitor e Vice-reitor, nos termos da legislação em vigor e das normas previstas no Regimento Eleitoral;
- VIII. propor, motivadamente, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, a destituição do Reitor e do Vice-reitor;
- IX. assistir aos atos de transmissão de cargos da Administração Superior, bem como à aula magna de inauguração do período letivo;
- X. estabelecer normas para a eleição aos cargos de dirigentes universitários, em

¹¹ CONSAD (Conselho Superior de Administração)

- conformidade com a legislação vigente e este Regimento Geral;
- XI. julgar proposta de destituição de dirigentes de qualquer Unidade ou órgão da instituição, exceto da Reitoria e da Vice-reitoria, oriunda do órgão colegiado competente e de acordo com a legislação pertinente;
 - XII. julgar os recursos interpostos contra decisões do CONSEPE e do CONSAD;
 - XIII. apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho Universitário;
 - XIV. homologar e conceder o título de doutor *honoris causa* e demais títulos acadêmicos, a partir de Parecer circunstanciado pelo CONSEPE;
 - XV. definir a composição e o funcionamento de suas Câmaras e Comissões;
 - XVI. decidir sobre matéria omissa no Estatuto e no Regimento Geral.

5.8.1 Participação discente

A participação discente é fundamental nas decisões relacionadas ao curso. Em vista disso, eles possuem representatividade nas diferentes instâncias com atribuições que refletem na organização didático-pedagógica do curso. De outro modo, os estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo também devem mobilizar-se pela organização de seu Centro Acadêmico, em conformidade com o disposto na Lei n.º 7.395/85 e acréscimos no Projeto de Lei do Senado Federal n.º 321/2015.

5.8.2 Planejamento de atividades do curso

O planejamento de atividades do curso de Arquitetura e Urbanismo será feito semestralmente. Sua organização é de responsabilidade da coordenação do curso, com respaldo da equipe técnico-pedagógica do IEA, composta pela coordenadora de assuntos acadêmicos e pedagógicos, pela pedagoga e pela técnica em assuntos educacionais.

No planejamento, são abordadas as ações relacionadas às práticas de ensino, pesquisa e extensão, com vistas a alinhar a organização de seu desenvolvimento, a fim de alcançar os objetivos propostos, em consonância com as proposições deste PPC.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

No planejamento do docente que atua na educação de nível superior, é vital a clareza quanto a pressupostos que mobilizam e compõem a sua elaboração e o seu desenvolvimento. Um primeiro pressuposto relaciona-se à abrangência das atividades acadêmicas voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, com vistas à indissociabilidade entre as práticas dessas dimensões. Outro pressuposto está relacionado às concepções de alcance epistemológico, ético e didático-pedagógico das Diretrizes Curriculares de cada curso.

Quanto ao primeiro pressuposto, o curso de Arquitetura e Urbanismo possui, em sua estrutura curricular, atividades que evidenciam, em seu desenvolvimento, a predominância de uma ou outra dimensão. Ademais, quando a matriz curricular do curso e o ementário das disciplinas estabelece carga horária para aulas teóricas, aulas práticas e atividades de extensão, já mobiliza o docente a pôr em evidência o desenvolvimento de ações dessas dimensões em seu plano de ensino.

Em relação ao segundo pressuposto, concepções instituídas nas Diretrizes Curriculares do curso como competências e habilidades, interdisciplinaridade, teoria e prática articuladas, encaminham o docente à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem que mobiliza ao planejamento e desenvolvimento de práticas numa perspectiva de maior coletivização.

Com base nesse pressuposto, a Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa regulamenta no parágrafo segundo do art. 89 que “O conjunto de Atividades Curriculares ofertadas em um período letivo terá o seu programa e plano de ensino elaborados, de forma coletiva, pelo grupo de docentes [...]”. No parágrafo primeiro desse mesmo artigo, regulamenta-se que as reuniões de planejamento coletivo estejam previstas no calendário acadêmico.

A organização das reuniões de planejamento é atribuição da coordenação do curso, em parceria com a equipe técnico-pedagógica do IEA. Tão logo seja definido o quadro docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, além da reunião de planejamento coletivo, outras situações que visem à interação de práticas docentes podem ser pactuadas e previstas em calendário acadêmico, como a semana pedagógica e as reuniões de grupo.

A semana pedagógica deve ocorrer no início de cada semestre. Num processo contínuo, seu objetivo é avaliar o trabalho realizado em período anterior, a fim de

destacar fragilidades, propor estratégias de minimizá-las ou combatê-las e fortalecer as potencialidades. Ela também pode se constituir num momento de formação continuada, com estudo e aprofundamento de temáticas relacionadas à prática pedagógica. Por sua vez, a reunião de grupo pode ser articulada por docentes, sempre que virem a possibilidade de planejar práticas com objetivos comuns ao desenvolvimento de determinadas habilidades, como ações interdisciplinares várias, projetos integradores de extensão ou de pesquisa correlata. Esses são exemplos de situações de trabalho coletivo que precisam ser estimuladas e valorizadas.

Para além do legalmente instituído, o planejamento coletivo no ambiente acadêmico pressupõe o desenvolvimento de uma cultura de colaboração. Seu propósito é compreendido quando há o convencimento dos docentes de que as necessidades, os interesses, as complexidades e as finalidades da tarefa educativa requerem a cooperação, muito mais que o simples trabalho coletivo normatizado.

Para que haja essa articulação em prol do desenvolvimento do trabalho docente de modo coletivo e colaborativo, Libâneo (2011) enfatiza a necessidade de que exista o bom relacionamento entre os colegas, a disposição para a colaboração, o saber expressar-se e argumentar com propriedade [e de modo respeitoso], o saber ouvir, o compartilhar interesses e motivações. São habilidades que, mobilizadas nas interações educativas e pedagógicas, contribuem para promover a reflexão conjunta sobre as experiências docentes e qualificar ainda mais o trabalho a ser desenvolvido.

Outro aspecto a ser observado no que diz respeito ao planejamento do trabalho docente, consoante regulamentação do parágrafo terceiro do já referido artigo da Resolução supracitada, relaciona-se à apresentação e à discussão do plano de ensino que o professor deve fazer com os discentes no primeiro dia de aula. Nessa circunstância, tem-se a oportunidade de submeter o planejado a outro sujeito envolvido nos processos, com saberes que podem complementar a organização da prática docente.

Essa ação engloba a colaboração do discente na composição do plano de ensino. Caso esse instrumento de planejamento preveja o desenvolvimento de ações colaborativas que envolvam os estudantes, possibilita que, desde a apresentação e discussão do plano, eles participem do processo que se inicia com a identificação da tarefa a ser realizada em agrupamentos e culmina com a sua avaliação. Essa é uma estratégia de organização do trabalho docente muito utilizada na educação de nível superior, cujos procedimentos necessitam estar bem alinhados, a fim de que se observe e se avalie as aprendizagens que ela desencadeia.

Na conclusão que se esboça neste tópico, fica o indicativo de que as definições do corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, relacionadas à organização do trabalho docente, em termos de elencar e denominar os momentos de articulação coletiva e colaborativa que efetivamente realizarão, de discutir os elementos constitutivos dos instrumentos de planejamento e de articular e apresentar ações interdisciplinares no plano de ensino, entre outras ações, serão posteriormente acrescentadas a este PPC. Nesta etapa, foi possível remeter às concepções que subsidiam essas elaborações em nível institucional para o desenvolvimento de práticas educativas e pedagógicas.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A proposta avaliativa do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa respalda-se em abordagens dos processos de ensino e aprendizagem às quais se encontram relacionadas concepções teórico-metodológicas presentes nas Diretrizes Curriculares. São conceitos que pendem ao Cognitivismo e ao Socioculturalismo. Ela também se organiza com base em prescrições da Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa.

Em termos de concepções, a avaliação como elemento estruturante que introduz e conclui o planejamento das atividades acadêmicas não se desvincula das influências dessas duas abordagens dos processos de ensino e aprendizagem, nas dimensões indissolúveis em que ocorre na educação superior.

De maneira ampla, essas influências podem ser percebidas naquilo que está instituído como política de avaliação da educação em nível superior, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nos domínios de sua atuação, estão englobados três processos. São eles: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Seus procedimentos envolvem ação externa às Instituições de Educação e ação interna a elas. Essas ações se inter-relacionam, de modo que os princípios, os objetivos, as finalidades, as concepções, os critérios e os conceitos desvelados em seus instrumentos e nos usos que são feitos de seus resultados refletem na elaboração e reelaboração das políticas para a educação superior e dos planos institucionais (PDI,

PPC, Planos de ensino e de aulas).

Desse modo, todas as ações que envolvem esse processo avaliativo estão voltadas ao alcance do objetivo central de promover a excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, considerando os diferentes fatores condicionantes. É nessa perspectiva que o PPC de Arquitetura e Urbanismo apresenta esta proposta avaliativa para as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas.

7.1 Concepção e princípios de avaliação

A concepção de avaliação para os processos de ensino e aprendizagem das atividades acadêmicas do curso ancora-se em Fernandes (2005), que a entende como:

todo e qualquer processo deliberado e sistemático de recolha de informação, mais ou menos participado e interativo, mais ou menos negociado, mais ou menos contextualizado, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer numa diversidade de situações (FERNANDES, 2005, p.16).

Sustentadas nessa concepção de coleta objetivada de informações, são três as funções propostas de avaliação, cada qual com seus princípios característicos. Na sequência, discorrer-se-á sucintamente sobre elas, na perspectiva de que o objetivo de uso de seus resultados, em cada uma das funções, seja o de promover aprendizagens.

A função diagnóstica – nessa função, avalia-se para levantar informações quanto ao conhecimento dos estudantes, relativo a habilidades consolidadas ou não. Ela está na base do planejamento, e a sistematização de suas informações possibilita a elaboração de diagnóstico de aprendizagens. Esse diagnóstico é ponto de partida para a elaboração da proposta de ensino do docente e pode constituir-se em elemento estruturante do Plano de Ensino.

A avaliação em larga escala também fornece informações que podem ser utilizadas para construção de diagnóstico. Desse modo, os resultados do Enade, de alunos que estejam cursando o 1.º semestre, podem ser observados nessa perspectiva pelo docente. Analogamente, os resultados alcançados pelos concluintes do curso neste exame podem ser utilizados para análise da formação profissional desenvolvida na instituição, identificando os pontos fortes e os pontos fracos, as prováveis causas de desempenhos insatisfatórios para que, naquilo que for passível de intervenção, sejam tomadas providências estratégicas para os graduandos em curso.

A função formativa – essa função considera a aprendizagem como processo dinâmico no qual o estudante vai estruturando e reestruturando o conhecimento, de forma consciente acerca de seu processo de construção, a partir das atividades que desenvolve. Seu propósito é formar para desenvolver as competências e as habilidades propostas, com os conhecimentos adequados para esse fim.

Para Ballester (2003) e Haydt (2007), embasados em Piaget, os erros explicitados no desenvolvimento das atividades são objetos de estudo do docente para apontar dificuldades dos estudantes e propor outras estratégias. Em razão disso, nessa função, há uma variação de instrumentos avaliativos empregados porque há a compreensão de diferentes modos de aprender.

Quanto ao momento de utilização da função formativa da avaliação, Oliveira e Chadwick (2007) escrevem que pode ser diariamente, por meio de revisão de conteúdos ou conceitos, na qual se observa como o estudante elabora o que foi discutido; ocasionalmente, por meio de provas ou outros instrumentos mais ou menos formais; periodicamente, com testes e/ou provas no encerramento de unidades, com projetos, entre outros.

Para os que enfatizam dificuldade em estabelecer média de aprendizagem no uso dessa função, para avaliar habilidades utilizadas pelos estudantes no desenvolvimento de determinada atividade, Romanowski e Wachowicz (2006) orientam que se atentem à correta apropriação do conceito e à qualidade argumentativa dos discentes.

A função somativa – sobre essa função, autores como Hadji (1994), Cardinet (1986), Sacristán (1998) e Cortesão (2002) têm definido que ela representa um sumário de resultados obtidos numa situação pedagógica e ocupa momentos específicos, ao fim de uma fase, de um ciclo, de um ano, de um período letivo ou de uma unidade de ensino. Seus resultados mostram um balanço das aprendizagens depois de uma ou várias unidades de ensino.

Nessa função, mensuram-se os resultados de modo quantitativo ou qualitativo, por meio de atribuição de notas, ou ainda por expressões como “Excelente”, “Bom”, “Regular” e “Insuficiente”, que remetem a conceitos, nos registros de aproveitamento dos estudantes.

Embora, culturalmente, atribua-se a essa função avaliativa o sentido classificatório, somente, é preciso reconhecê-la como parte do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, Vickery (2016) defende a necessidade de que seu objetivo

esteja atrelado à reflexão sobre o desenvolvimento do planejamento, tendo em vista identificar as dificuldades de aprendizagem, bem como as mediações pedagógicas com alcance mais eficazes.

Com essa perspectiva lançada sobre a função somativa da avaliação, observa-se que ela também desempenha ação formativa. Os conhecimentos conceituais, procedimentais e declarativos acessados no desenvolvimento de competências e habilidades programadas para determinado período, continuamente observados por meio do uso da função formativa, não são desprezados nos registros que consolidam o uso da função somativa.

7.2 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem dos estudantes dos cursos de graduação da Unifesspa tem seus procedimentos regulamentados no *Capítulo XI* da Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa. Com base em tais prescrições, expõe-se como ela será feita no curso de Arquitetura e Urbanismo.

O conceito final e a frequência em cada Atividade Curricular são as informações de registro do desempenho acadêmico no Histórico Escolar. Para a aprovação, o aluno deverá atingir um conceito maior ou igual a 5,0 (Regular), e ter frequência igual ou superior a 75% na atividade curricular.

As atividades avaliativas serão propostas pelo docente, no Plano de Ensino, elaborado em reunião semestral de planejamento. Esse Plano deve ser apresentado e discutido com os discentes em sala de aula, no primeiro dia de aula. Não será disponibilizada a versão impressa do Plano de Ensino ao estudante, mas ele poderá acessá-lo no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas). O controle da frequência à aula é atribuição do docente responsável pela Atividade Curricular.

Ainda, referentes à avaliação da aprendizagem, estão regulamentadas como atribuições do docente:

- I. Apresentar à sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino;
- II. Discutir com a turma os resultados de cada avaliação parcial, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem;

III. Fazer registro eletrônico do conceito final, de acordo com as orientações do Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA), no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do encerramento do período letivo.

São alguns instrumentos avaliativos de que o docente pode se utilizar, a fim de avaliar nas funções diagnóstica, formativa e somativa:

a) Provas Escritas: esse instrumento tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento da capacidade de interpretação de textos e expressão escrita, capacidade de síntese, concentração e raciocínio lógico para a verificação da aprendizagem de conhecimentos necessários para a solução de problemas técnicos e científicos. A forma de aplicação dessas provas pode ser por meio de provas demonstrativas. Nesse modo de aplicação, o professor recomenda os tópicos do programa que serão avaliados em prova escrita. No dia da verificação da aprendizagem é sorteado apenas um tópico. Os discentes deverão dissertar ou demonstrar (no tempo da prova) o conhecimento adquirido sobre o assunto sorteado;

b) Trabalhos Individuais e em grupo: são muito utilizados em algumas atividades curriculares do curso e permitem que se desenvolvam as habilidades de trabalho coletivo e colaborativo;

c) Seminários: a apresentação de seminários sobre temas abordados em uma atividade curricular permitirá tanto o desenvolvimento da capacidade de expressão oral e corporal quanto o aprendizado de utilização de *softwares* e equipamentos que se utilizam nessas apresentações;

d) Relatórios Técnicos: são utilizados para o desenvolvimento da capacidade de expressão escrita, do poder de síntese, clareza e objetividade nas atividades que envolvam ensaios de campo e laboratório, visitas técnicas, etc., redigidos de acordo com a ABNT;

e) Portfólio: a composição de portfólio é útil ao acompanhamento do desenvolvimento do estudante. Por meio dele, o docente verifica a trajetória da aprendizagem do estudante e suas formas de expressão. É possível ainda observar por meio desse instrumento a evolução da produção discente, em seus aspectos estruturais, discursivos e gramaticais, concernente aos diferentes gêneros textuais produzidos;

f) Autoavaliação: esse é um instrumento que possibilita ao estudante expressar-se explicitando o conhecimento de que se apropriou e a finalidade dessa apropriação, revelando o quão significativo ou não foi essa aprendizagem para o seu processo formativo. A discussão do plano de ensino com o discente facilita a ele tomar

consciência das competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de aquisição de determinado conhecimento, de modo que a sua exposição em autoavaliação evidencie esse aspecto para si e para o docente.

É imprescindível destacar que cada um desses instrumentos possui critérios específicos a serem utilizados no processo avaliativo. Ao se lançar mão deles para avaliar, é importante apresentar e discutir esses critérios com os estudantes, pois isso possibilita que fiquem mais atentos à construção do que vão apresentar ao docente.

Os conceitos a serem registrados pelo docente no SIGAA para demonstrar o aproveitamento discente na disciplina estão na tabela seguinte:

Tabela 5 – Conceitos e notas

Conceito	Significado	Equivalência
E	Excelente	De 9,0 – 10,0
B	Bom	De 7,0 – 8,9
R	Regular	De 5,0 – 6,9
I*	Insuficiente	Menor que 5,0

Fonte: Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa

* O discente que obtiver o conceito “Insuficiente” estará automaticamente reprovado.

A Resolução n.º 008/2014/CONSEPE/Unifesspa regulamenta ainda procedimentos relativos a provas de segunda chamada e substitutiva e à revisão de conceito, a serem observados pelo corpo docente e outras esferas envolvidas, sempre que houver necessidade.

7.3 Avaliação do ensino

A intrínseca relação entre os processos de ensino e de aprendizagem faz com que muitos de seus estudiosos os concebam como único. Embora muitas concepções das Diretrizes Curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo inclinem-se às abordagens Cognitivista e Sociocultural do processo de ensino, em relação à avaliação institucionalizada, procedimentos como formalização de notas e reprovação vão de encontro ao modo como tais abordagens concebem o processo avaliativo.

Contudo, mesmo diante de tais procedimentos, não se pode negar que os resultados alcançados pelo discente em avaliação, em certa medida, são fruto de sua

interação com o professor, portanto competências e habilidades docentes também estão em avaliação, quando se avalia o estudante.

A considerar que a organização pedagógica das atividades curriculares é prerrogativa do docente, uma proposta de avaliação do ensino deveria se utilizar de diferentes instrumentos, os quais teriam critérios que analisassem a diversos aspectos da prática pedagógica. Os propósitos da aplicação desses instrumentos avaliativos estariam relacionados a pelo menos dois, dos seis que são descritos por Fernandes (2012, p. 1). São eles: “apoiar tomada de decisões” e “melhorar práticas e procedimentos”, quando necessário.

Em nível de avaliação externo à Unifesspa, a Dimensão 2, do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (2017), da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/Sinaes), contém indicadores para avaliar o corpo docente dos cursos que estão relacionados ao regime de trabalho; à formação; à disponibilidade docente para as atividades do curso; à experiência profissional do docente e no exercício da docência; à produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

Em nível de avaliação interno à Unifesspa, a Comissão Própria de Avaliação desencadeia processo avaliativo da Instituição, utilizando-se de questionários aplicados aos docentes, discentes e técnicos-administrativos, no qual são abordadas as 10 Dimensões do Sinaes em 5 Eixos, a saber: Planejamento Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

Ambos os processos avaliativos (em níveis externo e interno à Unifesspa) fornecem informações que podem ser relacionadas ao corpo docente, mas não abarcam aspectos específicos da prática docente. Em função disso e também com o objetivo levantar aspectos positivos e negativos quanto ao desenvolvimento dos planos de trabalho/ensino das disciplinas dos cursos, a fim de, no que tange aos aspectos negativos, discutir encaminhamentos para a melhoria da prática docente e, no que tange aos aspectos positivos, promover a sua divulgação, disseminação e aperfeiçoamento, quando necessário, o IEA começou a desenvolver, embrionariamente, instrumento avaliativo de práticas docente e discente.

No final de 2018, as equipes gestora e técnico-pedagógica do IEA apresentaram o esboço do instrumento avaliativo ao NDE de Matemática para contribuições e, neste ano, deve submetê-lo a observações dos NDEs de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. Assim que consolidada essa etapa de construção coletiva do instrumento de

avaliação, virão outras, até que se chegue à sistematização dos resultados que vão desvelar as informações levantadas, o juízo de valor emitido a partir delas em discussão coletiva, o qual deverá levar à tomada de decisões, por meio de proposições. Uma dessas proposições pode ser o levantamento de temáticas que evidenciam necessidades formativas docentes para atividades de desenvolvimento profissional.

7.4 Avaliação do projeto pedagógico

A organização da avaliação deste PPC fica condicionada à composição do quadro docente do curso, tendo em vista que o art. 1.º da Resolução n.º 070/2015/Consepe/Unifesspa dispõe que a “concepção, consolidação e contínua atualização” do Projeto é atribuição do NDE do curso. Com ele e com seu NDE constituído, será possível definir a periodicidade de avaliação do Projeto e também construir os instrumentos. Nesta etapa de elaboração do PPC, apenas sinalizam-se indicativos a serem considerados na produção dos instrumentos avaliativos e para o uso a ser feito das informações levantadas com a sua aplicação.

A elaboração de instrumentos avaliativos para o PPC de Arquitetura e Urbanismo terá como referência os indicadores das dimensões avaliativas do Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação. São dimensões relacionadas à Organização Didático-Pedagógica, ao Corpo Docente e à Infraestrutura. Todas elas estão na composição estrutural do PPC.

A partir das informações levantadas com esses instrumentos, serão gerados relatórios nos quais estejam apontados os problemas encontrados, as evidências, as causas prováveis e as estratégias para se lidar com os problemas. O relatório também deve conter as ações, cujos objetivos foram alcançados, enfatizando as articulações feitas em prol disso e as suas consequências para a consolidação do curso. Os instrumentos de acompanhamento e avaliação do PPC, quando elaborados, estarão neste documento; e os procedimentos pactuados de sua produção, assim como os referenciais utilizados passarão a ser o conteúdo deste subtópico.

8 INFRAESTRUTURA

Em seus quatro anos de experiência na formação inicial em Santana do Araguaia/PA, o IEA expande suas ações com a implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo. Para isso, a Unifesspa vem tomando providências a fim de prover instalações adequadas e compor quadro de pessoal qualificado para a prestação de serviço à sociedade.

Neste tópico, estão descritos o que o IEA já possui para o atendimento dessa demanda e que procedimentos a Unifesspa tem tomado para estruturar o que ainda é necessário para o início das atividades do curso de Arquitetura e Urbanismo.

8.1 Docentes

Para compor o quadro docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 05 de dezembro de 2018 o Edital n.º 129, no qual a Unifesspa abre 08 vagas nos seguintes temas relativos à área:

Tabela 6 - Vagas e temas de concurso docente para Arquitetura e Urbanismo

Vagas	Temas
01	Fundamentação, Estética e História das Artes
01	Representação
01	Fundamentação, Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo
04	Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
01	Tecnologia

Fonte: Anexo I do Edital n.º 129/2018

A previsão de posse para os candidatos aprovados nesse concurso público é junho de 2019, para início das atividades no segundo semestre do corrente ano. Com a composição do quadro docente para o curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, as informações relativas a ele passarão a compor este subtópico.

8.2 Técnicos-administrativos

O corpo técnico-administrativo do IEA/Unifesspa conta com 10 profissionais efetivos, os quais desenvolvem atribuições administrativas e técnico-pedagógicas. O quadro seguinte apresenta algumas informações relativas a esses profissionais:

Quadro 2 - Técnicos-Administrativos do IEA/Unifesspa

Nome	Cargo/Função	Formação
Emisvaldo Pereira da Silva	Técnico em Tecnologia da Informação/ Chefe de Departamento de Suporte Computacional Setorial	Nível médio – Técnico em Informática ¹²
Leila Aparecida de Souza	Técnica em Assuntos Educacionais/ Secretaria Executiva	Doutorado em Educação
Lisnéa de Oliveira Gomes	Bibliotecária	Bacharelado em Biblioteconomia
Luana Ferreira Nunes da Silva	Assistente em Administração	Ensino médio completo. (Nível Superior em andamento no curso de Tecnologia em <i>Marketing</i>)
Luciene Santana de Souza	Pedagoga	Graduação em Pedagogia ¹³
Raniere de Aguiar Gonçalves	Assistente em Administração/ Coordenador Administrativo	Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental
Rivânia da Paixão de Jesus Carvalho	Secretária Executiva	Bacharelado em Secretariado Especialização em Linguagem e Produção Textual ¹⁴
Samuel da Silva Sousa	Técnico de Laboratório (Saneamento)	Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental
Talita Silva Nascimento	Técnica de Laboratório/ Área Edificações	Bacharelado em Engenharia Mecânica/ Edificações
Valdinéia Rodrigues Lima	Assistente em Administração/ Coordenadora de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos	Graduação em Pedagogia e Licenciatura em Matemática

Fonte: Secretaria IEA (2019)

Além desses efetivos, são contratados os profissionais indicados no quadro seguinte por empresa prestadora de serviço para vigilância e limpeza. No total, são 4 vigilantes e 1 agente de limpeza:

¹² Cursando graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema (em serviço)

¹³ Licenciada para Mestrado em Educação

¹⁴ Cursando Mestrado em Letras (em serviço)

Quadro 3 - Profissionais contratados do IEA

Nome	Função
Jocélio Alves da Silva	vigilante
Marcos Antônio S. Pinheiro	vigilante
Wellington Silva Vieira	vigilante
Antônio Neto dos Anjos Luz	vigilante
Tereza de Jesus Ferreira de Freitas	Agente de limpeza

Fonte: Secretaria IEA (2018)

8.3 Instalações

O Instituto de Engenharia do Araguaia está localizado em Santana do Araguaia, município ao sul do estado do Pará. Com população estimada de 70.764 habitantes, a cidade está localizada próximo às fronteiras do Pará com os estados de Mato Grosso e Tocantins.

Atualmente, o IEA funciona em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia e está localizado na Rua Geraldo Ramalho, s/n, Centro, CEP: 68560-000. Suas instalações contam com salas para equipes gestora e técnica, 4 salas de aula, sala de professores, laboratório de Física/Matemática, laboratório de informática com 15 computadores, biblioteca com acervo¹⁵ estimado de 224 títulos e 1.742 exemplares, sala de tecnologia da informação, almoxarifado, sala dos vigias, cantina, sala para centro acadêmico, 3 banheiros, sendo 1 de acessibilidade.

As articulações para a construção de prédio próprio para o IEA já estão sendo tomadas pela Unifesspa. Para isso, foi adquirido o terreno para a edificação e encaminhados os procedimentos de captação de recursos e de processo licitatório. As atividades da obra deram início em fevereiro de 2019, e há previsão de conclusão dos laboratórios para outubro do corrente ano. A planta baixa de todos os prédios para as instalações do IEA/Unifesspa já está pronta.

¹⁵ No momento, está sendo realizado inventário da biblioteca do IEA. Em função disso, estão sendo informados os números estimados de títulos e de exemplares da biblioteca IEA.

Figura 3 - Fachada do prédio administrativo do IEA/Unifesspa



Fonte: Unifesspa (2018)

No que diz respeito aos laboratórios necessários para o funcionamento dos cursos, já está em tramitação Termo de Referência (TR) com as listas de equipamentos e materiais a serem adquiridos para os seguintes laboratórios: Laboratório de Mecânica dos Solos, Estruturas e Construção; Laboratório de Hidráulica, Hidrologia e Mecânica dos Fluidos; Laboratório de Segurança do Trabalho, Topografia e Geoprocessamento; Laboratório de Eletricidade e Instalações Elétricas; Laboratório de Saneamento Ambiental; Laboratório de Química; Laboratório de Informática; Laboratório de Física e Laboratório de Matemática.

Em 2018, o IEA formou sua primeira turma de licenciados em Matemática, qualificando para inserção ou manutenção no mercado de trabalho 9 profissionais. Desse total, 4 atuam em instituições de ensino de Santana do Araguaia, sendo 1 delas servidora efetiva do IEA.

8.4 Recursos

Na tabela seguinte, estão listados móveis e equipamentos de que o IEA/Unifesspa dispõe em suas instalações.

Tabela 7 - Móveis e equipamentos do IEA/Unifesspa

Ambiente	Móveis	Equipamentos
Sala da direção	5 armários, 2 gaveteiros, 8 mesas, 8 cadeiras, 2 telefones	6 computadores, 2 impressoras
Sala da secretaria	4 mesas, 4 cadeiras, 3 armários	2 computadores, 2 notebooks, 1 caixa de som
4 salas de aula	4 mesas, 150 cadeiras escolares	
Sala de professores	4 mesas, 1 armário, 5 cadeiras	
Laboratório Física/Matemática	de 2 mesas, 2 cadeiras, 1 estante, 1 armário	
Laboratório informática	de 11 mesas, 9 cadeiras	13 computadores em funcionamento, 2 computadores avariados, 4 nobreak, 1 estabilizador
Biblioteca	6 estantes, 7 mesas, 21 cadeiras, 1 armário, 1 armário escaninho	3 computadores
Sala de tecnologia da informação	1 mesa, 1 cadeira	1 PC (computador), 1 servidor de internet
Almoxarifado		
Sala dos vigias		
Cantina/ copa		
Sala para centro acadêmico		
3 banheiros (masculino, feminino e acessibilidade)		

Fonte: Secretaria do IEA/Unifesspa

Com esse histórico de pioneirismo no ensino público superior em Santana do Araguaia, o IEA aspira consolidar-se como Unidade Acadêmica da Unifesspa que assume a função e o compromisso de contribuir para o desenvolvimento social com impacto na melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, a implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo no IEA vem agregar profissionais e práticas para essa consolidação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 10719: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BALLESTER, Margarita. *Avaliação como apoio à aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. Tradução de Ana Maria Goldberger. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BRASIL. *Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior, 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. *Projeto de Lei n.º 321, de 28 de maio de 2015*. Altera a Lei n.º 7395/1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=3784319&ts=1548949200166&disposition=inline>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 12.824, de 5 de junho de 2013*. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências. Brasília, DF, *Diário Oficial da União*, 2013. Brasília, DF: Casa Civil, 2013. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30039858/do1-2013-06-06-lei-n-12-824-de-5-de-junho-de-2013-30039852. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. *Resolução n.º 2, de 15 de julho de 2012*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

BRASIL. *Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 02 de abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n.º 2, de 17 de junho de 2010*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010*. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. *Enem: Documento Básico*. Brasília, DF: Inep, 1999. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Lei n.º 7.395, de 31 de outubro de 1985*. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Brasília, DF, Casa Civil, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7395.htm. Acesso em: 30 jan. 2019.

CARDINET, Jean. Avaliação formativa num ensino diferenciado. In: ALL, Linda; CARDINET, Jean; PERRENOUD, Philippe. *A avaliação formativa num ensino diferenciado*. Coimbra/Portugal: Almedina, 1986.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS - SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM. 1990. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos..* Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <http://www.regra.com.br/educacao/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2018*, vol. 2, n.º 1. Brasília, DF: CAU, 2018. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ANUARIO-2018-WEB.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Manual do Arquiteto e Urbanista*. 2. ed. Brasília, DF: CAU/Brasil, 2016. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/LIVRO_Manual_Arquiteto_2015-INTERATIVO1.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Resolução n.º 52*,

de 6 de setembro de 2013. Aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Brasília, DF: CAU/Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/res-52codigo-etnicarpo22-20132.pdf>. Acesso em: 29 nov.2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Resolução nº 21, de 05 de abril de 2012*. Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. Brasília, DF: CAU/Brasil, 2012. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES_21_VIDE_22.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

CORTESÃO, Luiza. Formas de ensinar, formas de avaliar: breve análise de práticas correntes de avaliação. In: ABRANTES, Paulo; ARAÚJO, Filomena. *Reorganização curricular do ensino básico: avaliação das aprendizagens – das concepções às práticas*. Lisboa/Portugal: Ministério da Educação/Departamento da Educação Básica, 2002.

DELORS, Jacques *et. al.* *Educação um tesouro a descobrir* - relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasil: Cortez Editora; UNESCO Brasil; Ministério da Educação, 1998.

FAZENDA, Ivani. *A Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 2002.

FERNANDES, Domingos. *Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas*. Lisboa/Portugal: Texto Editores, 2005.

HADJI, Charles. *Avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos*. Tradução de Júlia Lopes Ferreira e José Manuel Cláudio. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem*. São Paulo: Editora Ática: 6. ed. 2007.

JAPIASSU, Hilton: *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio e Janeiro: Imago, 1976.

KOLAREVIC, Branko. *Architecture in the Digital Age: Design and Manufacturing*. Taylor & Francis, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.*, *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; CHADWICK, Clifton. *Aprender e Ensinar*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Alfa Educativa, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; UNIÃO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS. *Carta para a Educação dos Arquitetos*. Tokyo: UNESCO; UIA, 2011. ed. rev. Disponível em:

<http://www.abea.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/CartaUNESCO-UIA-2011.pdf>.
Acesso em: 17 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação*. 3. ed. Brasília: UNESCO, ABPTI, 2003.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 1999.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. Porto Alegre, Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO SOBRE EPISTEMOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de 21 a 23 de junho de 2004.

RANGEL, Mary; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; PIMENTA, Maria de Fátima Barros. A trajetória das competências e habilidades em educação no Brasil: das avaliações em larga escala para as salas de aula. *Revista Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 28-47, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/951>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; WACHOWICZ, Lilian Anna. Avaliação formativa no ensino superior: que resistências manifestam os professores e os alunos?. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos, ALVES, Leonir Pessate. (orgs). *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para estratégias de trabalho em aula*. Joinville : Univale, 6. ed. 2006, p.121-139.

RUSCHEL, Regina Coeli; DE ANDRADE, Max Lira Veras Xavier; DE MORAIS, Marcelo. O ensino de BIM no Brasil: onde estamos?. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 151-165, abr./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167886212013000200012&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 15 jan. 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. Avaliação no ensino. In: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ GÓMES, Ángel. I. *Comprender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SALCEDO, Rosío Fernandez Baca; GOMES, Samir Hernandez Tenorio; MASSERAN, Paulo Roberto; AMARAL, Claudio Silveira. Teorias e métodos aplicados ao ensino do projeto de arquitetura: curso de Arquitetura e Urbanismo da FAAC-Unesp. In: FIORIN, Evandro, LANDIM, Paula da Cruz; LEOTE, Rosangela da Silva (orgs.). *Arte-ciência: processos criativos [recurso eletrônico]*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

STRICKLAND, Carol. *A Arte Comentada: da pré-história ao pós-moderno*. 8.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Carta-Aberta às faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*. Bahia: PPGAU/UFBA, 2018. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/carta_manifesto_ssc_2018_v3.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo*. Roraima: Proeg/UFRR, 2017. Disponível em: <http://www.proeg.ufrb.br/index.php/documentos/arquivos/category/12ppp?download=867:arquitetura-e-urbanismo-ppc-2015>. Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Edital n.º 129, de 3 de dezembro de 2018*. Marabá, PA: Progep, 2018. Disponível em: <https://progep.unifesspa.edu.br/images/concursos/Edital-n-129-de-03-de-Dezembro-de-2018.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Resolução n.º 259, de 1.º de novembro de 2018*. Estabelece parâmetros para a utilização do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Unifesspa. Marabá, PA: Consepe, 2018. Disponível em: <https://sigrh.unifesspa.edu.br/servicos/converterArquivoPdf?idArquivo=120473>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014/2019)*. Marabá, PA, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Resolução n.º 070, de 26 de novembro de 2015*. Dispõe sobre a estruturação e definição de Carga Horária para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Disponível em <https://sigrh.unifesspa.edu.br/servicos/converterArquivoPdf?idArquivo=25491>. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Resolução n.º 008, de 20 de maio de 2014*. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, PA: Proeg, 2016. Disponível em <https://sigrh.unifesspa.edu.br/servicos/converterArquivoPdf?idArquivo=25491>. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Resolução n.º 21.355, de 3 de fevereiro de 1986*. Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará. Belém, PA: Consepe, 1986. Disponível em <https://portal.ufpa.br/index.php/contato/139-faculdade-de-geografia-e-cartografia/661-interiorizacao>. Acesso em: 10 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Cadernos da Proeg: Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará*. Belém, PA: Proeg/DAC/UFPA, 2005, v. 7.

VICKERY, Anita. *Aprendizagem Ativa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Tradução: Henrique de Oliveira Guerra. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A – MINUTA DO REGULAMENTO DA DISCIPLINA TRABALHO DE CURSO

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A disciplina consiste em matéria final do Curso, diferenciando-se das demais disciplinas, por não haver aulas expositivas e/ou práticas. A condução do trabalho do acadêmico ocorre separadamente com cada grupo orientador-estudante.

Art. 2º. A disciplina é coordenada por uma Comissão de professores que se encarrega de formalizar as regras e aplicá-las, de forma a obter a comprovação da aptidão do estudante ao ingresso na vida profissional de arquiteto e urbanista.

Art. 3º. A disciplina é obrigatória e possui 8 créditos. Realiza-se, ao final do Curso, nos 9.º e 10.º períodos, após a conclusão de todas as disciplinas e atividades complementares.

Art. 4º. A ementa da disciplina consiste na elaboração de trabalho acadêmico centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

Art. 5º. São objetivos da disciplina:

I. Avaliar a aptidão dos estudantes ao ingresso na vida profissional, por meio da demonstração de conhecimentos concernentes à solução propositiva em arquitetura e urbanismo, com excelência;

II. Mensurar a capacidade propositiva do estudante em relação à correção na fundamentação teórico-analítica de sua proposta, à fidelidade da solução ao conteúdo desta fundamentação e também à qualidade do trabalho como um todo.

II - DAS ATIVIDADES DA DISCIPLINA

Art. 6°. A disciplina Trabalho de Curso é desenvolvida nos dois últimos semestres letivos (9.º e 10º períodos). Neles, o acadêmico deve cumprir um programa de atividades, distribuído conforme descrição a seguir:

I. Termo de Ciência e Concordância com o Regulamento: Documento de aceite e submissão do acadêmico às disposições contidas no Regulamento do TCC entregue na primeira reunião oficial com a Comissão do TCC. Esse documento deverá conter o nome do acadêmico, matrícula, telefone para contato, endereço eletrônico, nome do orientador, tema e resumo com justificativa. Faz-se necessária a ciência do orientador neste Termo, o que poderá ser confirmado a partir da assinatura do professor orientador no documento, ou ainda, sua manifestação via *e-mail*, encaminhado diretamente à Comissão de TCC.

II. Trabalho de Curso (Pesquisa Teórica): A forma e o conteúdo da pesquisa são definidos pelo orientador em conjunto com o acadêmico. Seu objetivo principal é apresentar os procedimentos metodológicos pelos quais o acadêmico levantou os dados e informações necessários para o desenvolvimento do trabalho, bem como as justificativas.

III: Trabalho de Curso (Pesquisa Teórica + Projeto, se houver):

- a. O Trabalho de Curso, além da pesquisa teórica, poderá desenvolver-se como projeto de arquitetura, urbanismo e/ou paisagismo onde serão observadas as diversas escalas que o definem, adequando-se às diferentes formas de desenvolvimento e apresentação dos trabalhos. Nesse sentido, a composição de volume de material gráfico que correspondem às proposições ou análises prescritivas e diretivas, fica livre à avaliação do estudante, em conjunto com seu professor orientador respeitando-se as diretivas descritas neste Regulamento.
- b. O trabalho final deve demonstrar o aprendizado e o desempenho acadêmico do formando nas diferentes áreas do conhecimento do curso, bem como sua relação com as variáveis plásticas, funcionais, técnicas, construtivas, ambientais, econômicas, sociais, culturais e outras que envolvem a arquitetura e urbanismo.
- c. A apresentação do trabalho deve conter todos os desenhos necessários à perfeita compreensão, atendendo às convenções normatizadas pela Associação Brasileira

de Normas Técnicas (ABNT) NBR 6492 e outras que se fizerem necessárias. As pranchas (em papel dobrável no formato A4) serão anexadas ao Caderno de Pesquisa em um ou mais formatos normatizados pela NBR 64 da Associação Brasileira de Normas Técnica. São eles: A3(420 x 297mm); A2(594 x 420mm); e A1 (841 x594mm). Se necessário, as pranchas poderão ser estendidas horizontalmente em valores múltiplos de 185mm). A quantidade de pranchas é livre, mas devem se fazer presentes. A correta avaliação desta necessidade (qualitativa e quantitativa) está entre as obrigações do profissional qualificado tornando-se objeto de avaliação, bem como o grau de precisão das informações neles contidas, como cotas de dimensionamento, escala e/ou escala gráfica, indicação de norte, legendas, entre outros.

- d. O acadêmico deve apresentar todas, quando couber, as justificativas para as decisões de projetos apresentadas no trabalho. Assim, caso seus argumentos não estejam coerentes e fundamentados, sugere-se que o mesmo procure as respostas ou reveja a decisão e, por conseguinte, adote outra solução, que responda e possa ser defendida perante a banca de examinadores.

VI. A avaliação será realizada em 2 (duas) bancas de avaliação, sendo uma intermediária e outra final, com datas e detalhamento definidos previamente.

V. Painéis de Exposição Rígidos – O acadêmico deve elaborar uma síntese de seu trabalho e disponibilizá-lo em 4 (quatro) painéis enrijecidos conforme Modelo disponibilizado pela Comissão do TCC na plataforma *Moodle*. Os painéis de Exposição não são exigidos na Banca Intermediária.

III – DAS BANCAS EXAMINADORAS

Art. 7º. O semestre é composto por duas bancas de avaliação de trabalhos (intermediária e final) realizadas em datas e locais divulgadas pela Comissão do TCC.

Art. 8º. As bancas avaliarão a capacidade do diplomando na manipulação do trabalho, principalmente, em suas requisições:

- a. de expressão gráfica técnica – correção da representação técnica, segundo padrões normativos; qualidade, correção, clareza e suficiência do material

- gráfico através de pranchas dobradas (Ver capítulo II Art. 6º item III c).
- b. de fundamentação teórico-analítica;
 - c. de capacidade de síntese - uso dos Painéis de Exposição Rígidos (exigência apenas para a Banca Final).
 - d. de apresentação oral e uso dos recursos de multimídia;
 - e. legais;
 - f. funcionais;
 - g. técnico-construtivas (incluindo estruturas);
 - h. de conforto ambiental (principalmente o térmico);
 - i. formais;
 - j. de adequação ao ambiente – aspectos ambientais (ecológicos), econômicos, sociais, espaciais (entorno) e culturais do lugar de inserção do projeto;
 - k. de excelência - coerência e adequação entre as soluções acima citadas (entendimento do projeto como um agrupamento de soluções convergentes, fiéis a um mesmo conceito norteador e fundamental, que expressa e representa o todo do objeto idealizado).

Art. 9.º Ao final das bancas, será produzida uma ata de defesa pelos membros avaliadores.

Art. 10 A banca intermediária é restrita aos avaliadores e acadêmico. A banca final é pública e a presença de todos os acadêmicos do curso e da comunidade em geral é bem-vinda e recomendada.

IV – DA BANCA INTERMEDIÁRIA

Art. 11 A composição das bancas intermediárias é definida preferencialmente pela afinidade entre o tema proposto pelo formando e as áreas preferenciais e especialidades de cada professor.

Art. 12 O número de participações em bancas por professor deverá manter-se equilibrada com os demais. A Comissão é soberana pela escolha e composição das bancas intermediárias. O professor orientador presidirá a banca, tendo assim as responsabilidades desta atribuição, como as formalidades de abertura, apresentação do

formando, participação de cada membro e controle dos tempos, além de participar com seus comentários.

Art. 13 A banca intermediária é qualificatória, servindo como instância de verificação do desenvolvimento e orientação dos trabalhos para a apresentação final. Portanto, a banca intermediária tem poder de reprovação, ficando vedada a apresentação da banca final aos estudantes reprovados em seu crivo. Nesses casos, tais acadêmicos têm seus direitos à orientação oficializada suspensos até a confirmação de sua matrícula para o semestre letivo consecutivo.

Art. 14 O conjunto do Trabalho de Curso a ser entregue pelo acadêmico para a banca intermediária consiste em:

I. Termo de permissão à banca intermediária, assinado pelo orientador. O orientador poderá enviar por *e-mail*, encaminhado diretamente à Comissão de TCC.

II. 4 (quatro) mídias digitais (CD / DVD) de igual teor (sendo uma mídia de Segurança que ficará de posse da comissão do TCC) com os seguintes arquivos:

- a. Arquivo digital das pranchas (dobráveis) em PDF em seus formatos originais;
- b. Arquivos para apresentação em multimídia desenvolvidos no *Power Point* (2003 ou versão superior) ou em programa equivalente;
- c. Arquivos de filmes e/ou animações com extensão AVI (se houver);
- d. Arquivos desenvolvidos em ambiente CAD com extensão em DWG (se houver);
- e. Arquivos desenvolvidos em ambiente SketchUp com extensão em SKP (se houver);
- f. Arquivos desenvolvidos em ambiente Revit com extensão em RVT (se houver);

III. 03 cópias do trabalho encadernado no formato A4 (pesquisa teórica + pranchas dobráveis).

§ 1º As mídias deverão conter todo e qualquer arquivo que o acadêmico utilizará no momento da apresentação. Não serão aceitos, na apresentação, arquivos que não estejam na mídia entregue à Comissão do TCC.

§ 2º Os arquivos de multimídia são livres, mas não deverão conter narração ou equivalente que substitua a apresentação oral do candidato.

§ 3º Todo esse material deverá ser acondicionado em embalagem devidamente lacrada e impermeável.

§ 4º É de responsabilidade do acadêmico a conferência antecipada dos arquivos salvos em mídia digital para entrega. O não funcionamento dos mesmos, implicando na impossibilidade da análise do trabalho pelos examinadores, bem como da apresentação, determinará a reprovação do acadêmico.

§ 5º O formando que optar por utilizar um *software* que não consta nos equipamentos a serem disponibilizados pela Comissão do TCC deverá utilizar equipamentos próprios. No entanto, os arquivos a serem utilizados na apresentação final deverão constar nas cinco cópias em mídia digital a serem entregues.

§ 6º Todos os itens do Art. 14 são obrigatórios para os alunos que realizarem a Banca Intermediária do Trabalho de Curso que contenha projeto arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico. Para os trabalhos exclusivamente teóricos, ficam os alunos desobrigados de apresentar pranchas dobráveis e seus respectivos arquivos, caso não haja desenhos, mapas ou similares que necessitem de formato superior ao A4.

Art. 15 A banca avaliará o trabalho do formando no que concerne sua adequabilidade, pertinência, qualidade e peso (de importância) da pesquisa, dentro do trabalho.

Art. 16 A banca exigirá que o andamento dos trabalhos permita a exposição do tema para uma suficiente compreensão do trabalho e avaliação da sua condição de desenvolvimento, de modo que possibilite a entrega definitiva.

Art. 17 A banca deverá tomar como parâmetro o tempo de 20 (vinte) minutos para a defesa verbal do trabalho pelo formando e de 10 (dez) minutos de comentários para cada integrante da banca, ao final dos quais o formando terá 5 (cinco) minutos para a réplica. (Tempo total estimado de 55 minutos)

Art. 18 A apresentação da banca intermediária é atividade obrigatória. A ausência do formando na data e horário estipulado para apresentação acarretará sua reprovação na disciplina.

Art. 19 Nos casos de ausência de algum dos membros avaliadores da banca intermediária, um dos membros da Comissão do Trabalho de Curso deve assumir seu lugar ou indicar um substituto para dar prosseguimento ao acompanhamento do trabalho, e participar também da banca final do acadêmico.

V – DA BANCA FINAL

Art. 20 A composição das bancas finais será a mesma das bancas intermediárias, a não ser pela inclusão de um avaliador externo cujo nome deverá pertencer a um rol de pessoas indicadas em reunião da Congregação do curso. A Congregação pode opinar sobre a composição dos nomes dos avaliadores externos, porém a indicação da Congregação restringe-se aos nomes dos avaliadores externos, mas não às bancas que comporá. A presença do examinador externo é obrigatória, reservando-se a Comissão do TCC indicá-la ou não a qualquer formando individualmente, ou mesmo para toda a turma de graduandos.

Art. 21 As bancas para as quais os examinadores externos serão indicados são definidas preferencialmente pela afinidade entre o tema proposto pelo formando e as áreas preferenciais e especialidades de cada examinador externo. O número de participações em bancas por examinador deverá manter-se equilibrada com os demais. A Comissão é soberana pela escolha e composição das bancas finais.

Art. 22 O professor orientador presidirá a banca, tendo assim, as responsabilidades dessa atribuição, e não aferirá nota ao trabalho, reservando seus comentários para depois de todas as falas do formando e examinadores. A avaliação dos examinadores corresponde à avaliação do produto apresentado com as notas possuindo pesos iguais.

Art. 23 O conjunto do Trabalho de Curso a ser entregue pelo acadêmico consiste em:

I. Termo de permissão à banca final assinado pelo orientador. O orientador poderá enviar por *e-mail*, encaminhado diretamente à Comissão de TCC.

II. 05 (cinco) mídias digitais (CD / DVD) de igual teor (sendo uma mídia de segurança que ficará de posse da comissão do TCC) com os seguintes arquivos.

- a. arquivo digital em PDF com os 4 (quatro) Painéis de Exposição no formato A1;
- b. arquivo digital das pranchas (dobráveis) em PDF em seus formatos originais;
- c. Arquivos para apresentação em multimídia desenvolvidos no *Power Point* (2003 ou versão superior) ou em programa equivalente;
- d. Arquivos de filmes e/ou animações com extensão AVI (se houver);
- e. Arquivos desenvolvidos em ambiente CAD com extensão em DWG (se houver);
- f. Arquivos desenvolvidos em ambiente SketchUp com extensão em SKP (se houver);
- g. Arquivos desenvolvidos em ambiente Revit com extensão em RVT (se houver);

III. Maquete Física (se houver);

IV. Conjunto com 04 (quatro) Painéis de Exposição enrijecidos no formato A1 (841x594mm); (conforme modelo disponibilizado pela Comissão do TCC)

V. 04 cópias do trabalho encadernado no formato A4 (pesquisa + pranchas dobráveis + Modelo Reduzido no Formato A4 dos Painéis de Exposição)

§ 1º As mídias deverão conter todo e qualquer arquivo que o acadêmico utilizará no momento da apresentação. Não serão aceitos na apresentação final, arquivos que não estejam na mídia entregue à Comissão do TCC.

§ 2º Os arquivos de multimídia são livres, mas não deverão conter narração ou equivalente que substitua a apresentação oral do candidato.

§ 3º Todo este material deverá ser acondicionado em embalagem devidamente lacrada e impermeável.

§ 4º É de responsabilidade do acadêmico a conferência antecipada dos arquivos salvos em mídia digital para entrega. O não funcionamento dos mesmos, implicando na impossibilidade da análise do trabalho pelos examinadores, bem como da apresentação, determinará a reprovação do acadêmico.

§ 5º O formando que optar por utilizar um *software* que não consta nos equipamentos a serem disponibilizados pela Comissão do TCC, deverá utilizar equipamentos próprios. No entanto, os arquivos a serem utilizados na apresentação final deverão constar nas cinco cópias em mídia digital a serem entregues.

§ 6º Todos os itens do Art. 23 são obrigatórios para os alunos que realizarem a Banca Final do Trabalho de Curso que contenha projeto arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico. Para os trabalhos exclusivamente monográficos, ficam desobrigados de apresentar pranchas dobráveis e seus respectivos arquivos caso não haja desenhos, mapas ou similares que necessitem de formato superior ao A4.

Art. 24 A apresentação oral do trabalho, realizada por seu autor (o formando), tem duração máxima de 20 minutos. O limite de tempo deve ser rigorosamente seguido.

Art. 25 Cada examinador disporá de 10 minutos para suas considerações, sendo avisado com 3 minutos de antecedência a respeito do seu término, por um representante da Comissão do TCC, que controlará os tempos aqui especificados. É facultado ao formando mais 5 minutos de comentários adicionais para sua defesa.

Art. 26 Ao final de todas as considerações da Banca, o professor orientador do trabalho e presidente da banca disporá de 5 minutos para seus comentários finais.

Art. 27 Nos casos de ausência de algum dos membros avaliadores da banca final, um dos membros da Comissão do TCC deve assumir seu lugar e prosseguir à avaliação.

VI – DA CORREÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 28 Caso conste na ata da Banca Final, recomendações para correção do trabalho, o acadêmico deverá entregar versão final corrigida após prévia aceitação do Orientador.

Art. 29 É facultado ao orientador solicitar uma versão impressa e/ou eletrônica para dar ciência de conformidade com as recomendações constantes na ata.

Art. 30 O acadêmico deverá observar que este procedimento não implica no adiamento da data de entrega à Biblioteca conforme as datas determinadas pela comissão do TCC no início do semestre letivo.

VII – DAS ORIENTAÇÕES

Art. 31 A determinação das relações para orientação dos trabalhos do TCC é livre.

Art. 32 Ao estudante, cabe procurar um professor do quadro efetivo do curso e se certificar da disponibilidade e interesse pela orientação de seu trabalho. As áreas preferenciais e especialidades de cada professor credenciado podem ser consultadas em portal do CNPq/ Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>), bem como seus contatos telefônicos ou endereços eletrônicos. Portanto, cabe ao formando informar-se a respeito dos horários dos professores dentro da universidade e procurá-los.

Art. 33 O professor orientador é o responsável pelo correto desenvolvimento do trabalho, dentro das exigências e regulamentações deste documento, e pelo controle de frequência (assessoramentos) do acadêmico. Portanto tem o poder de reprovação ao acadêmico que não comparecer às atividades de orientação, conforme combinadas entre as partes, à razão maior que 25%, conforme dita o regimento acadêmico desta universidade.

Art. 34 O professor orientador poderá ter no máximo 04 (quatro) acadêmicos orientandos por ano letivo. Sendo que, em caso de reprovação ou desistência de orientando, o mesmo não será contabilizado subsequentemente na cota do professor orientador.

Art. 35 Nenhum acadêmico pode desenvolver e apresentar trabalho sem o acompanhamento de um professor orientador responsável. O acadêmico que se encontrar sem orientação, após o início do semestre, deve imediatamente procurar a

Comissão do TCC, por meio de pedido por escrito, protocolado na secretaria do curso. O acadêmico que não o fizer pode ser reprovado por infreqüência, caso tenha transcorrido mais de 25% do tempo do semestre, sem orientador.

Art. 36. A troca de orientador pode acontecer nas seguintes circunstâncias e conforme os procedimentos colocados a seguir:

- a. pela rejeição não justificada, por parte do professor orientador, ao orientando: o professor deve protocolar o término da orientação, junto à secretaria do curso. É dado ao acadêmico um prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação do fato, para que o mesmo apresente um novo “Termo de referência”, com a assinatura do novo orientador. A Comissão do TCC tem o dever, a partir deste prazo, de garantir ao acadêmico um novo professor orientador. Caso o professor orientador, não protocole o desligamento da orientação, continuará sendo o responsável pela orientação e pela regularidade do acadêmico, no semestre;
- b. pela rejeição justificada, por parte do professor orientador, ao orientando: o professor deve protocolar o término da orientação, junto à secretaria do curso, com a devida justificativa. É dado ao acadêmico um prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação do aceite da justificativa (pela Comissão do TCC), para que o mesmo apresente um novo “Termo de referência”, com a assinatura do novo orientador. Caso o professor orientador não protocole o desligamento da orientação, continuará sendo o responsável pela orientação e pela regularidade do acadêmico, no semestre. A Comissão, neste caso, não tem o dever de garantir ao acadêmico um novo professor orientador, bem como não é dada a nenhum outro professor do quadro deste curso essa responsabilidade. Fica, portanto, à livre manifestação de qualquer professor do curso, a aceitação do acadêmico no decorrente semestre. Caso isso não ocorra, o acadêmico é considerado reprovado no semestre, tendo seus direitos à orientação garantidos para o período letivo seguinte;
- c. pela decisão consensual entre orientador e orientando: deve ser protocolado na secretaria do curso um documento oficializando o desligamento da orientação e o novo orientador a assumir as responsabilidades sobre o acadêmico, no semestre. O documento deve ter as assinaturas dos dois professores e do

acadêmico;

- d. pela manifestação de intenção de troca de orientador, pelo acadêmico orientando: o acadêmico deve protocolar um pedido por escrito, justificando a troca. A Comissão do TCC examinará a petição e tomará as medidas cabíveis, a começar por ouvir o professor orientador. Caso seja necessário, segundo deliberação da Comissão, o assunto pode ser levado à Congregação do IEA, para decisão final. Ao acadêmico, fica assegurado que o tempo dos trâmites internos desse processo não seja computado para seu controle de frequência até a publicação da decisão da Comissão do TCC. Os prazos para entrega e apresentação do trabalho, no entanto, continuam inalterados e são, por este instrumento, irrevogáveis. O direito a eventual nova orientação, nesse caso, fica definido conforme a decisão da Comissão, sendo específicos a cada processo.

Art. 37 A coorientação é recomendada pela Comissão do TCC. É entendida como uma forma de aprimoramento do trabalho, uma vez que recebe mais contribuições, de professores e profissionais eventualmente especializados num ou noutro aspecto concernente às inúmeras particularidades e/ou generalidades dos projetos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos.

Art. 38 A coorientação fica condicionada à aceitação formal do professor orientador, sem a qual, pode configurar motivo e justificativa para a rejeição de orientação por parte do professor orientador, nos termos do Art. 36, alínea b, deste documento.

Art. 39 A responsabilidade pelo trabalho e por suas prescrições técnicas e subjetivas é inteiramente do acadêmico e do orientador, resguardando-se o papel do coorientador, como o de um consultor.

VIII – DA VERSÃO FINAL PARA ARQUIVAMENTO

Art. 40 A versão final do TCC (monografia e/ou projeto) é o resultado de todo o material revisto conforme as recomendações em banca final. Caso conste em ata recomendações para correção do trabalho, o acadêmico deverá entregar versão final corrigida ao orientador – este deverá ser responsável pelo cumprimento das mesmas - que repassará à Comissão de TCC. Caso não haja recomendações em banca final o

trabalho deverá ser entregue diretamente a Comissão de TCC. Em ambos os casos, o material deverá ser entregue conforme as normas da biblioteca do IEA.

Art. 41. Material de entrega para a versão final:

- a. 02 cópias salvas em mídia digital (CD ou DVD) com a monografia e/ou projeto em pdf.

Art. 42 A liberação da ata de defesa, produzida em banca final, está condicionada à entrega de todo material supracitado devidamente assinado pelo orientador. A entrega fora do prazo final impossibilita a aprovação do acadêmico na disciplina.

IX – DA SELEÇÃO DE TRABALHOS PARA A PARTICIPAÇÃO EM CONCURSOS

Art. 43 A seleção de trabalhos acontece em duas etapas e objetiva escolher os trabalhos com maiores potencialidades para representar o curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa em concursos nacionais e internacionais.

Art. 44 Primeiramente, ao fim das avaliações, serão listadas e publicadas todas as notas dos trabalhos em ordem decrescente de classificação. A cada semestre serão classificados 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhos aprovados, de acordo com as maiores notas.

Art. 45 Posterior à classificação dos trabalhos caberá a Comissão do TCC eleger os trabalhos mais relevantes para cada concurso dentro de suas especificidades.

X - DA COMISSÃO

Art. 46 A Comissão do TCC, composta de 03 (três) membros, é constituída por professores efetivos, que são escolhidos em reunião do NDE, presidida por seu presidente.

Art. 47 Situações não previstas neste documento e decisões que impliquem em

alterações no regulamento e disposições gerais do TCC deverão ser tomadas em reunião da Comissão e, se necessário, encaminhadas à Congregação.

XI - DAS DATAS DAS ENTREGAS E APRESENTAÇÕES

Art. 48 Os horários e locais específicos da apresentação de cada diplomando serão divulgados pela coordenação do curso, contudo a plataforma *Moodle* é o canal oficial de comunicação da Comissão do TCC com os acadêmicos.

Art. 49 Todas as entregas devem ser realizadas e protocolizadas junto à coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo, nos horários de atendimento da mesma: das 8h às 12h e das 14h às 18h. Após o horário de atendimento, não será aceito nenhum trabalho. Portanto, cabe ressaltar que o acadêmico que não tiver adentrado à sala da secretaria do curso até às 18h, não terá seu material recebido e protocolizado, estando automaticamente reprovado na disciplina, ou seja, qualquer das entregas especificadas na grade acima é obrigatória e o não cumprimento dos prazos (com precisão de minuto) acarreta a reprovação do acadêmico.

Art. 50 Casos de impedimento do acadêmico por força maior (problemas de saúde, acidentes, ou incidentes específicos) devem ser justificados por escrito, documentados e protocolizados junto à secretaria do curso dentro do prazo de cada entrega, para análise e deliberação da Comissão do TCC. A documentação comprobatória do impedimento deve ser emitida por profissional registrado (ex. atestado médico, que deve conter o registro e assinatura do profissional, além da especificação da doença) e/ou pessoa responsável que deve assinar o documento comprometendo-se com ele. O não cumprimento dessas exigências acarreta a reprovação do acadêmico.

XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 É obrigação do acadêmico matriculado no TCC acessar diariamente a Plataforma *Moodle* referente à disciplina do TCC hospedado no portal do IEA, a fim de se informar do andamento do semestre e de quaisquer alterações nos procedimentos aqui especificados. Essa é a forma de comunicação oficial e única a que se obriga a Comissão do TCC para alteração de data, aviso de atividade extraordinária (palestra,

reunião, etc.), divulgação de pareceres, notas, horários de bancas, etc.

Art. 52 Qualquer prejuízo no trabalho de um acadêmico, ou no seu desempenho no semestre, por causa de desinformação, será inteiramente de responsabilidade do acadêmico.

Art. 53 Os casos omissos serão tratados, primeiramente, no âmbito da Comissão do TCC, e, caso necessário, na Congregação do IEA.

APÊNDICE B - MINUTA DO REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Este regulamento tem a finalidade de normatizar as práticas relacionadas ao estágio supervisionado do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA/Unifesspa).

Art. 2.º O estágio supervisionado realiza-se por meio de atividades teórico-práticas de exercício profissional, de caráter obrigatório, previstas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, sendo efetivado em situações concretas de trabalho, sob a responsabilidade da instituição de ensino e constitui requisito para a colação de grau.

Art. 3.º O objetivo do estágio supervisionado é proporcionar aos estudantes do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em sua formação acadêmica, o contato com a prática profissional do arquiteto e urbanista, propiciando a aplicação do conhecimento técnico e científico em situações concretas de ensino e aprendizagem.

Art. 4.º O estágio supervisionado é desenvolvido no 9.º e no 10.º semestres do curso, totalizando 45h, como parte da carga horária do componente Estágio Curricular Supervisionado.

II – DA COORDENAÇÃO DA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 5.º São atribuições dos docentes da disciplina de Estágio Supervisionado:

I – Elaborar os planos de ensino da disciplina;

II – Propor os possíveis locais para a realização do Estágio Supervisionado;

III – Entregar à coordenação do curso as avaliações dos estudantes, da disciplina e as fichas de registro de frequência preenchidas e assinadas;

IV – Avaliar permanentemente, com os demais docentes, as estratégias utilizadas,

propondo mudanças sempre que necessário.

III – DA SUPERVISÃO ACADÊMICA

Art. 6.º O estágio é desenvolvido sob a supervisão de um docente arquiteto, denominado supervisor acadêmico.

Art. 7.º O supervisor acadêmico tem, entre outros, os seguintes deveres:

- I - Participar das reuniões de planejamento e avaliação da disciplina, discutindo e propondo estratégias e modificações necessárias;
- II - Orientar os alunos conforme cronograma da disciplina;
- III - Aprovar os projetos de estágio supervisionado e o relatório de estágio;
- IV - Supervisionar e avaliar o estudante em campo de estágio;
- V - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

IV – DOS LOCAIS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 8.º O Estágio Supervisionado será desenvolvido nas áreas de concentração inerentes às práticas do arquiteto e urbanista, em conformidade com o art. 5.º das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

§ 1.º Os locais para a realização do estágio supervisionado devem estar conveniados com o Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e atender aos seguintes requisitos:

- I – Proporcionar experiência efetiva de situações concretas de trabalho, dentro do campo profissional;
- II – Possibilitar aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos;
- III – Contar com infraestrutura compatível com o objetivo do estágio, em termos de pessoal, material e ambiente.

§ 2.º O estudante poderá realizar o estágio em seu local de trabalho, desde que preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento e na legislação relativa vigente, no que for pertinente.

V – DA ORIENTAÇÃO EXTERNA

Art. 9.º Considera-se como orientador externo o profissional de nível superior na área de Arquitetura e Urbanismo ou afins, vinculado à instituição concedente do campo de estágio, identificado supervisor local.

Parágrafo único – Ao supervisor externo compete:

- I – orientar o estagiário ética e profissionalmente na execução das tarefas previstas no Termo de Compromisso de Estágio;
- II - Avaliar o desempenho do estagiário no cumprimento de suas atribuições na instituição concedente do estágio;
- III - Comunicar, por escrito, a instituição sobre qualquer comportamento que comprometa a permanência do estagiário na instituição concedente.

Art. 10 A atividade de acompanhamento de estudante em estágio curricular não configura vínculo empregatício com a instituição de ensino.

Parágrafo único – São atribuições da instituição concedente do estágio:

- I – Fornecer informações e participar de delimitação das estratégias do estágio supervisionado;
- II – Aprovar preliminarmente o projeto de Estágio Supervisionado;
- III – Supervisionar o estudante durante o estágio.

VI – DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 11 O estudante matriculado na disciplina Estágio Supervisionado terá, entre outros, os seguintes deveres:

- I – O aluno deverá apresentar 3 relatórios de atividades desenvolvidas a cada 15 horas de estágio ao docente responsável pela disciplina, conforme modelo em anexo;
- II – O estudante deve cumprir a carga horária mínima de 45 horas de estágio presencial.

Art. 12 O estágio poderá ser interrompido antes do prazo previsto por iniciativa do estudante, da instituição concedente, por meio de comunicado oficial à coordenação do curso, ou ainda por comprovação de irregularidades como:

- I – Abandono da Universidade pelo aluno;
- II – Abandono do ambiente de estágio pelo aluno, sem os devidos esclarecimentos;
- III – Trancamento de matrícula pelo aluno;
- IV – Mudança de curso;

V – Conclusão do curso.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 Os casos omissos neste Regulamento serão esclarecidos, inicialmente, pela coordenação do curso e, se necessário, pela Congregação do IEA.

Art. 14 Ao final do estágio, a instituição concedente deverá enviar um relatório de avaliação da participação do estudante ao docente da disciplina, que deve considerá-lo um instrumento de avaliação.

Art. 15 A avaliação final da disciplina Estágio Supervisionado será feita pelo docente supervisor, atribuindo nota de 0 a 10 ao final do período letivo, levando em consideração o relatório final emitido pelo supervisor local e o conteúdo dos relatórios apresentados.

Art. 16 Para ser aprovado, o estudante deverá cumprir a carga horária mínima de 45 horas presenciais e ainda obter média igual ou superior a 5,0

Art. 17 Este Regulamento entrará em vigor a partir de sua publicação.

ANEXO

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ</p> <p>INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO</p>
RELATÓRIO DE ESTÁGIO	
DISCENTE:	MATRÍCULA:
RELATÓRIO: PARCIAL () FINAL ()	CARGA HORÁRIA:
INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:	
ENDEREÇO COMPLETO / TELEFONE:	
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL:	
ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS CRONOLOGICAMENTE EM TODAS AS ETAPAS:	
AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL (itens a serem observados obrigatoriamente: frequência, pontualidade, interesse, participação, capacidade de trabalhar em grupo, avanços, dificuldades):	
AUTOAVALIAÇÃO DO DISCENTE:	
RECEBIMENTO EM ____ / ____ / ____.	
PROF. _____	
ASSINATURA:	
OBS.: Anexar cópia dos seguintes documentos: CREA do profissional responsável e Declaração de vínculo empregatício deste com a instituição; Declaração de conclusão das 45h de estágio.	

APÊNDICE C – MINUTA DO REGULAMENTO NDE DE ARQUITETURA E URBANISMO

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Este Regulamento dispõe quanto à composição, às atribuições e às normas de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA/Unifesspa), conforme estabelecido pela Resolução n.º 070/2015/CONSEPE .

Art. 2.º O NDE é um órgão consultivo de coordenação didático-pedagógica do curso, responsável pelos processos de elaboração, implementação, atualização e avaliação do Projeto Pedagógico do curso, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de atuação.

II – DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3.º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- II - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da Graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- IV - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
- V – Propor, a cada ___ anos, a formulação e reformulação do Projeto Pedagógico do Curso e submetê-lo à apreciação e aprovação da Congregação do IEA.

III – DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O NDE será composto por, no mínimo, 05 docentes, sendo que o seu presidente será escolhido pelos seus pares, para um mandato de 02 anos.

Art. 5º É facultada a inclusão de outros membros no NDE, de acordo com os critérios definidos no seu Regimento.

Art. 6º A indicação dos membros do NDE será feita e aprovada pela Congregação do IEA, para mandatos de 2 anos.

Art. 7º Os membros do NDE serão nomeados por Portaria da Direção do IEA/Unifesspa.

IV – DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 8.º São atribuições do presidente do NDE:

- I - Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive em caso de desempate;
- II - Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III - Encaminhar as deliberações do NDE às instâncias competentes;
- IV - Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um representante do corpo docente ou dos técnicos administrativos para secretariar e lavrar as atas.

V – DAS REUNIÕES

Art. 9º. O NDE do curso de Arquitetura e Urbanismo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por 2/3 dos seus membros.

§ 1º A convocação de todos os seus membros será feita pelo presidente do NDE, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o "caput" deste artigo, desde que todos os membros do NDE do curso tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º O NDE do curso, salvo *quorum* estabelecido por lei ou por este Regulamento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria simples de seus membros;

§ 4º O NDE poderá requisitar junto à direção do IEA, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades;

Art. 10 Todo membro do NDE tem direito à voz e voto.

Art. 11 Observar-se-ão nas votações os seguintes procedimentos:

I - Em todos os casos, o voto será em aberto;

II - Qualquer membro do NDE, caso tenha interesse, poderá fazer constar em ata expressamente o seu voto;

III - Nenhum membro do NDE deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente.

VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 13 O presente Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO 1 - ATA DA CONGREGAÇÃO IEA/UNIFESSPA COM APROVAÇÃO DO PPC DE ARQUITETURA E URBANISMO

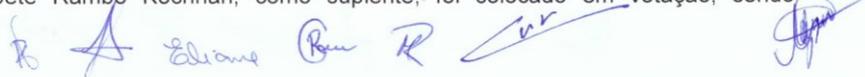


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA - IEA
CAMPUS DE SANTANA DO ARAGUAIA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO – 26/02/2019

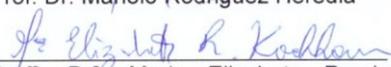
1 Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezessete
2 horas foi realizada a Reunião Ordinária da Congregação do Instituto de Engenharia do
3 Araguaia (IEA), no prédio provisório do Campus de Santana do Araguaia, da Universidade
4 Federal do Sul e Sudeste do Pará, localizado na Rua Geraldo Ramalho, n° 33, Centro de
5 Santana do Araguaia, Pará, na sala do Laboratório de Ensino de Matemática (LEMA) do
6 IEA. A reunião contou com a presença dos seguintes docentes: Dr^a. Maria Elizabete Rambo
7 Kochhann (presidente), Dr. Manolo Rodriguez Heredia (Diretor-Geral), Dr. Luis Ismael
8 Asmat Lopez, Dr^a. Eliane Pereira, representando os técnicos administrativos em educação:
9 Raniere de Aguiar Gonçalves e Emivaldo Pereira da Silva. Para secretariar a reunião foi
10 designada a técnica Manoella Gonçalves Bazzo. Os docentes Me. Helves Belmiro da
11 Silveira e prof. Esp. Osmar Tharles Borges de Oliveira estão de férias; A presidente abriu
12 a reunião agradecendo a presença de todos, contudo não havia quorum; assim, seguiu-se
13 a orientação do regimento geral da UFPA, artigo 45, § 1º que diz: "Se, ao atingir a ordem
14 do dia, não houver quorum de metade mais um para deliberação, a reunião será suspensa
15 por quinze (15) minutos, após o que se fará nova contagem, deliberando-se, então, com
16 qualquer quórum". Assim foi feito e às 17h20 minutos, a Presidente abriu novamente a
17 reunião, estando presentes os mesmos, e seguiu-se a leitura dos pontos de pauta: 1º ponto
18 - Validação da avaliação de estágio probatório do 2º ciclo da servidora Cecilia
19 Orellana Castro; 2º ponto - Validação da avaliação de estágio probatório do 2º ciclo
20 do servidor Manolo Rodriguez Heredia; 3º ponto - Validação da avaliação de estágio
21 probatório do 3º ciclo do servidor Péricles Crisiron Pontes; 4º ponto - Aprovação do
22 parecer da Banca de Avaliação de Desempenho da progressão funcional da docente
23 Cecilia Orellana Castro; 5º ponto - Aprovação do parecer da Banca de Avaliação de
24 Desempenho da progressão funcional do Manolo Rodriguez Heredia; 6º ponto -
25 Aprovação do parecer da Banca de Avaliação de Desempenho da progressão
26 funcional da docente Maria Elizabete Rambo Kochhann; 7º ponto - Homologação da
27 Comissão de Avaliação de Desempenho do 3º ciclo do Estágio Probatório do
28 professor Walber Christiano Lima da Costa, sendo os docentes: Dr^a. Maria Elizabete
29 Rambo Kochhann (presidente), Dr^a. Cecilia Orellana Castro e Dr. Manolo Rodriguez
30 Heredia; 8º ponto - Solicitação de abreviação de curso da discente Rávila Figueira da
31 Silva; 9º ponto - Adesão aos calendários administrativo e acadêmico gerais da
32 Unifesspa; 10º ponto - Aprovação do Plano de Capacitação Setorial do IEA; 11º ponto
33 - Submissão do processo de professora voluntária para a disciplina Direito e
34 Legislação que será ministrado pela advogada Eva Besel; 12º ponto - Aprovação do
35 aproveitamento de disciplinas do acadêmico Israel Dos Santos Silva; 13º ponto -
36 Aprovação do PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo; 14º ponto - Parecer da
37 comissão de avaliação do projeto "Intercâmbio de Conhecimentos" da docente
38 Cláudia Queiroz de Vasconcelos; 15º ponto - Submissão da proposta de regulamento
39 para abreviação do Curso de Matemática; 16º ponto - Definir alocação de carga
40 horária semanal ao coordenador da monitoria considerando a carga horária total da

41 disciplina; 17º ponto - Submissão do projeto de pesquisa “Mecânica Clássica: uma
42 visão contemporânea” da docente Eliane Pereira; 18º ponto - Submissão do projeto
43 Cursinho popular Emancipa Multicampi: Campus Santana do Araguaia da Profa.
44 Cecília Orellana Castro; 19º ponto - Submissão do projeto “Polo presencial Olímpico
45 de Treinamento Intensivo em Santana do Araguaia” do Prof. Manolo Rodriguez
46 Heredia; 20º ponto - Alocação de carga horária semanal (4h) para a docente Cecilia
47 Orellana Castro referente ao Plano de monitoria da disciplina Fundamentos de
48 Geometria Plana cadastrado no SISPROL; 21º ponto - Alocação de carga horária
49 semanal (4h) para o docente Manolo Rodriguez Heredia referente ao Plano de
50 monitoria da disciplina Informática no Ensino da Matemática cadastrado no
51 SISPROL; 22º ponto - Parecer da comissão de avaliação do projeto “Maratona de
52 Inscrições” do discente Ruan Lion Costa de Sousa sob supervisão da servidora
53 Rivânia da Paixão de Jesus Carvalho. As discussões resultaram nas seguintes
54 deliberações: 1º ponto - Validação da avaliação de estágio probatório do 2º ciclo da
55 servidora Cecília Orellana Castro – foi APROVADO por unanimidade; 2º ponto -
56 Validação da avaliação de estágio probatório do 2º ciclo do servidor Manolo
57 Rodriguez Heredia - foi APROVADO por unanimidade; 3º ponto - Validação da avaliação
58 de estágio probatório do 3º ciclo do servidor Péricles Crisiron Pontes - foi APROVADO
59 por unanimidade; 4º ponto - Aprovação do parecer da Banca de Avaliação de
60 Desempenho da progressão funcional da docente Cecilia Orellana Castro - foi
61 APROVADO por unanimidade; 5º ponto - Aprovação do parecer da Banca de Avaliação
62 de Desempenho da progressão funcional do Manolo Rodriguez Heredia - foi
63 APROVADO por unanimidade; 6º ponto - Aprovação do parecer da Banca de Avaliação
64 de Desempenho da progressão funcional da docente Maria Elizabete Rambo
65 Kochhann - foi APROVADO por unanimidade; 7º ponto - Homologação da Comissão
66 de Avaliação de Desempenho do 3º ciclo do Estágio Probatório do professor Walber
67 Christiano Lima da Costa, sendo os docentes: Drª. Maria Elizabete Rambo Kochhann
68 (presidente), Drª. Cecilia Orellana Castro e Dr. Manolo Rodriguez Heredia - foi
69 APROVADO por unanimidade; 8º ponto - Solicitação de abreviação de curso da
70 discente Rávila Figueira da Silva - foi APROVADO por unanimidade; 9º ponto - Adesão
71 aos calendários administrativo e acadêmico gerais da Unifesspa - foi APROVADO por
72 unanimidade; 10º ponto - Aprovação do Plano de Capacitação Setorial do IEA - foi
73 APROVADO por unanimidade; 11º ponto - Submissão do processo de professora
74 voluntária para a disciplina Direito e Legislação que será ministrado pela advogada
75 Eva Besel - foi APROVADO por unanimidade; 12º ponto - Aprovação do aproveitamento
76 de disciplinas do acadêmico Israel Dos Santos Silva – não foi apreciado, pois apesar
77 de ter solicitado à professora Cláudia Queiroz de Vasconcelos, a documentação do aluno
78 não foi repassado ao atual Coordenador do Curso de Engenharia Civil, prof. Luis Ismael
79 Asmat Lopez. O ponto ficou para a próxima reunião; 13º ponto - Aprovação do PPC do
80 curso de Arquitetura e Urbanismo - foi APROVADO por unanimidade; 14º ponto -
81 Parecer da comissão de avaliação do projeto “Intercâmbio de Conhecimentos” da
82 docente Cláudia Queiroz de Vasconcelos – como a professora interessada não estava
83 presente, o ponto ficou para a próxima reunião, visto que algumas ressalvas precisavam de
84 informações que somente ela poderia esclarecer; 15º ponto - Submissão da proposta de
85 regulamento para abreviação do Curso de Matemática - foi APROVADO por
86 unanimidade; 16º ponto - Definir alocação de carga horária semanal ao coordenador
87 da monitoria considerando a carga horária equivalente à ministrada da disciplina em
88 sala de aula, conforme o SIGAA - foi APROVADO por unanimidade, sendo os critérios
89 exemplificados como: disciplina de 68h – 4h para a monitoria, disciplina de 51h – 3h para a
90 monitoria e disciplina de 34h – 2h para monitoria; 17º ponto - Submissão do projeto de
91 pesquisa “Mecânica Clássica: uma visão contemporânea” da docente Eliane Pereira
92 – foi submetida a comissão de avaliação do projeto sendo os seguintes membros:
93 professores titulares, Luis Ismael Asmat Lopez e Manolo Rodriguez Heredia, e professora
94 Maria Elizabete Rambo Kochhan, como suplente; foi colocado em votação, sendo



95 APROVADO por unanimidade; **18º ponto - Submissão do projeto Cursinho popular**
96 **Emancipa Multicampi: Campus Santana do Araguaia da Profa. Cecilia Orellana Castro**
97 - foi submetida a comissão de avaliação do projeto sendo os seguintes membros:
98 professores titulares, Maria Elizabete Rambo Kochhan e Eliane Pereira, e a técnica
99 Manoella Gonçalves Bazzo, como suplente; foi colocado em votação, sendo APROVADO
100 por unanimidade; **19º ponto - Submissão do projeto “Polo presencial Olímpico de**
101 **Treinamento Intensivo em Santana do Araguaia” do Prof. Manolo Rodriguez Heredia**
102 - foi submetida a comissão de avaliação do projeto sendo os seguintes membros:
103 professores titulares, Eliane e Luis, e professora Maria Elizabete Rambo Kochhan, como
104 suplente; foi colocado em votação, sendo APROVADO por unanimidade; **20º ponto -**
105 **Alocação de carga horária semanal (4h) para a docente Cecilia Orellana Castro**
106 **referente ao Plano de monitoria da disciplina Fundamentos de Geometria Plana**
107 **cadastrado no SISPROL - foi APROVADO por unanimidade; 21º ponto - Alocação de**
108 **carga horária semanal (4h) para o docente Manolo Rodriguez Heredia referente ao**
109 **Plano de monitoria da disciplina Informática no Ensino da Matemática cadastrado no**
110 **SISPROL - foi APROVADO por unanimidade; 22º ponto - Parecer da comissão de**
111 **avaliação do projeto “Maratona de Inscrições” do discente Ruan Lion Costa de Sousa**
112 **sob supervisão da servidora Rivânia da Paixão de Jesus Carvalho - foi APROVADO**
113 **por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas e**
114 **quarenta e quatro minutos, da qual, para constar, e, para produzir os devidos efeitos, eu,**
115 **Manoella Gonçalves Bazzo, na qualidade de Secretária desta reunião, lavrei a presente**
116 **ata, que, após aprovada, será assinada por mim e por todos os membros presentes.**

117
118 
119 Prof. Dr. Manolo Rodríguez Heredia

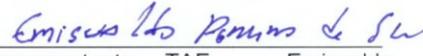
120 
121 Prof.ª Dr.ª Maria Elizabete Rambo
122 Kochhan

123 
124 Prof. Dr. Luis Ismael Asmat Lopez

125
126 
127 Prof.ª Dra. Eliane Pereira

128
129 
130 Representante TAE - Raniere de Aguiar
131 Gonçalves

132
133
134

135 
136 Representante TAE - Emivaldo

137 Pereira da Silva
138 
139 Manoella Gonçalves Bazzo

**ANEXO II - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR
COMPETÊNCIA E HABILIDADES**

(Continua)

COMPETÊNCIAS/ HABILIDADES	ATIVIDADES CURRICULARES
O conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído.	Introdução à Arquitetura e Urbanismo Estudos Sociais e Econômicos Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB) Arquitetura de Interiores Introdução à Libras (optativa) Análise do Espaço Urbano (optativa) Habitação de Interesse Social (optativa) Tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (optativa)
A compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos do meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável.	Estudos Ambientais Paisagismo I Paisagismo II Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro
As habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários.	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico Projeto de Arquitetura I – Residencial Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço Projeto de Arquitetura III - Educacional Projeto de Arquitetura IV - Edificação Vertical Projeto de Arquitetura V - Hospitalar Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação Projeto Urbanístico I Projeto Urbanístico II Trabalho de Conclusão de Curso I Trabalho de Conclusão de Curso II Arquitetura e Segurança do Trabalho (optativa) Legislação, Ética e Prática Profissional (optativa)

(Continua)

<p>O conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo.</p>	<p>Estética e História das Artes</p> <p>Expressão Manual Artística I</p> <p>Expressão Manual Artística II (Maquete)</p> <p>Laboratório de Fotografia (optativa)</p>
<p>Os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa.</p>	<p>Teoria e História da AU I – Idade Antiga</p> <p>Teoria e História da AU II – Idade Antiga Clássica</p> <p>Teoria e História da AU III – Idade Média</p> <p>Teoria e História da AU IV – Idade Moderna</p> <p>Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea</p>
<p>O domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional.</p>	<p>Metodologia da Pesquisa</p> <p>Planejamento Urbano e Regional I</p> <p>Planejamento Urbano e Regional II</p> <p>Estágio Curricular Supervisionado I</p> <p>Estágio Curricular Supervisionado II</p> <p>Atividades Complementares</p>
<p>Os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana.</p>	<p>Materiais de Construção I</p> <p>Materiais de Construção II</p> <p>Instalações Hidrossanitárias</p> <p>Instalações Elétricas e de Comunicação</p>
<p>A compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações.</p>	<p>Sistemas Estruturais</p> <p>Estruturas em Concreto Armado I</p> <p>Estruturas em Concreto Armado II</p> <p>Estruturas em Madeira e Aço</p>
<p>O entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas.</p>	<p>Conforto Ambiental I</p> <p>Conforto Ambiental II</p> <p>Conforto Ambiental III</p>
<p>As práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades.</p>	<p>Tecnologia das Construções I</p> <p>Tecnologia das Construções II</p>

(Conclusão)

As habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais.	Desenho Universal Desenho Técnico e Arquitetônico Geometria Descritiva e Perspectivas
O conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informação e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional.	Informática Aplicada à AU
A habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.	Mecânica Geral Geomática e Topografia

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO III - DESENHO CURRICULAR

(Continua)

NÚCLEO	DIMENSÃO (OU ÁREA)	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
DE CONHECIMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO	Estética e História das Artes	Estética e História das Artes	90	
	Estudos Sociais e Econômicos	Estudos Sociais Econômicos	60	
	Estudos Ambientais	Estudos Ambientais	60	
	Desenho e Meios de Representação e Expressão	Geometria Descritiva e Perspectivas		60
		Desenho Técnico e Arquitetônico		60
		Expressão Manual e Artística I		60
		Expressão Manual Artística II		60
Metodologia Científica	Metodologia da Pesquisa	30		
Total do Núcleo			480	
DE CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS	Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	30	
		THAU I – Idade Antiga	60	
		THAU II - Idade Antiga Clássica	60	
		THAU III - Idade Média	60	
		THAU IV - Idade Moderna	60	
		THUA V – Idade Contemporânea	60	
		Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB)	60	
	Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo	Desenho Universal	60	
		Introdução ao Proj. Arquit. Urbanístico	60	
		Projeto de Arquitetura I - Residencial	90	
		Projeto de Arquitetura II - Comercial e Serviço	90	

(Continua)

NÚCLEO	DIMENSÃO (OU ÁREA)	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
		Projeto de Arquitetura III – Educativo	90
		Projeto de Arquitetura IV - Edificação Vertical	90
		Projeto de Arquitetura V- Hospitalar	90
		Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	90
		Paisagismo I	60
		Paisagismo II	90
		Projeto Urbanístico I	90
		Projeto Urbanístico II	90
	Planejamento Urbano e Regional	Planejamento Urbano e Regional I	60
		Planejamento Urbano e Regional II	60
	Tecnologia da Construção	Materiais de Construção I	60
		Materiais de Construção II	60
		Tecnologia das Construções I	60
		Tecnologia das Construções II	60
		Instalações Hidrossanitárias	60
		Instalações Elétricas e Comunicação	60
		Arquitetura de Interiores	60
	Sistemas Estruturais	Mecânica Geral	60
		Sistemas Estruturais	60
		Estruturas em Concreto Armado I	60
Estruturas em Concreto Armado II		60	
Estruturas em Madeira e aço		60	

(Conclusão)

NÚCLEO	DIMENSÃO (OU ÁREA)	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
	Conforto Ambiental	Conforto Ambiental I	60
		Conforto Ambiental II	60
		Conforto Ambiental III	60
	Técnicas Retrospectivas	Patrimônio Cultural - Preservação e Restauo	90
	Informática Aplicada à Arquitetura	Inform. Aplic. À Arquit. E Urbanismo	60
	Topografia	Geomática e Topografia	90
	-	Disciplinas Optativas	180
	Atividades Complementares	Atividades complementares	120
	Estágio curricular	Estágio curricular Supervisionado I	180
Estágio curricular Supervisionado II		90	
Carga Horária Total do Núcleo			3.210
TRABALHO DE CURSO	Trabalho de Conclusão de curso I		60
	Trabalho de Conclusão de curso II		60
Carga Horária Total TCC			120
CARGA HORÁRIA TOTAL			3.810

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO IV - CONTABILIDADE ACADÊMICA

(Continua)

1.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			TOTAL
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO ¹⁶	
IEA/Unifesspa	Desenho Técnico e Arquitetônico	60	1	3		4
	Teoria e História da AU I – Idade Antiga	60	4	0		4
	Geometria Descritiva e Perspectivas	60	1	3		4
	Expressão Manual Artística I	60	1	3		4
	Mecânica Geral	60	4	0		4
	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	30	2	0		2
Total		330				
2.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			TOTAL
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	
IEA/Unifesspa	Desenho Universal	60	2	2		4
	Teoria e História da AU II – Idade Antiga Clássica	60	4	0		4
	Geomática e Topografia	90	4	2		6
	Expressão Manual Artística II (Maquete)	60	1	3		4
	Sistemas Estruturais	60	4	0		4
	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico	60	3	1		4
	Total		390			

¹⁶ Conforme registrado neste Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (IEA/Unifesspa), a distribuição da carga horária das disciplinas, de modo a contemplar atividades teóricas, práticas e de extensão, será definida a partir da constituição do corpo docente do curso, cujo processo encontra-se na etapa de nomeação. A distribuição apresentada neste Anexo corresponde à matriz curricular usada como referência, destacada do PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima.

(Continua)

3.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
IEA/Unifesspa	Informática Aplicada à AU	60	1	3		4
	Teoria e História da AU III – Idade Média	60	4	0		4
	Materiais de Construção I	60	3	1		4
	Conforto Ambiental I	60	4	0		4
	Estruturas em Concreto Armado I	60	3	1		4
	Projeto de Arquitetura I – Residencial	90	2	4		6
Total		390				
4.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
IEA/Unifesspa	Estudos Sociais e Econômicos	60	4	0		4
	Teoria e História da AU IV – Idade Moderna	60	4	0		4
	Materiais de Construção II	60	3	1		4
	Conforto Ambiental II	60	4	0		4
	Estruturas em Concreto Armado II	60	3	1		4
	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço	90	2	4		6
Total		390				

(Continua)

5.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
IEA/Unifesspa	Tecnologia das Construções I	60	3	1		4
	Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea	60	4	0		4
	Estudos Ambientais	60	4	0		4
	Conforto Ambiental III	60	4	0		4
	Estruturas de Madeira e Aço	60	3	1		4
	Projeto de Arquitetura III – Educacional	90	2	4		6
Total		390				
6.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
IEA/Unifesspa	Tecnologia das Construções II	60	3	1		4
	Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB)	60	4	0		4
	Estética e História das Artes	90	6	0		6
	Instalações Hidrossanitárias	60	2	2		4
	Planejamento Urbano e Regional I	60	3	1		4
	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical	90	2	4		6
Total		420				

(Continua)

7.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
IEA/Unifesspa	Paisagismo I	60	3	1		4
	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro	90	3	1		4
	Projeto Urbanístico I	90	2	4		6
	Instalações Elétricas e de Comunicação	60	2	2		4
	Planejamento Urbano e Regional II	60	3	1		4
	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar	90	2	4		6
Total		450				
8.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
IEA/Unifesspa	Paisagismo II	90	2	4		6
	Metodologia da Pesquisa	30	1	1		2
	Projeto Urbanístico II	90	2	4		6
	Arquitetura de Interiores	60	1	3		4
	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	90	2	4		6
	Disciplina Optativa	60	2	2		4
Total		420				

(Conclusão)

9.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			TOTAL
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	
IEA/Unifesspa	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	1	3		4
	Estágio Curricular Supervisionado I	180	1	11		12
	Disciplina optativa	60	2	2		4
	Total	300				
10.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				
		SEMESTRAL	SEMANAL			TOTAL
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	
IEA/Unifesspa	Trabalho de Conclusão do Curso II	60	1	3		4
	Estágio Curricular Supervisionado II	90	0	6		6
	Atividades Complementares	120				8
	Disciplina optativa	60	2	2		4
	Total	330				
CARGA HORÁRIA TOTAL		3.810				

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO V - ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO

(Continua)

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
1º Semestre	Desenho Técnico e Arquitetônico	60
	THAU I – Idade Antiga	60
	Geometria Descritiva e Perspectiva	60
	Expressão Manual Artística I	60
	Mecânica Geral	60
	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	30
Total		330
PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
2º Semestre	Desenho Universal	60
	THAU – II Idade Antiga Clássica	60
	Geomática e Topografia	90
	Expressão Manual Artística II (MAQUETE)	60
	Sistemas Estruturais	60
	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanismo	60
Total		390
PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
3º Semestre	Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	60
	THAU III – Idade Média	60
	Materiais de Construção I	60
	Conforto Ambiental I	60
	Estruturas em Concreto Armado I	60
	Projeto de Arquitetura I – Residencial	90
Total		390

(Continua)

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
4º Semestre	Estudos Sociais e Econômicos	60
	THAU IV – Idade Moderna	60
	Materiais de Construção II	60
	Conforto Ambiental II	60
	Estruturas em Concreto Armado II	60
	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço	90
Total		390
PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
5º Semestre	Tecnologia das Construções I	60
	THAU V – Idade Contemporânea	60
	Estudos Ambientais	60
	Conforto Ambiental III	60
	Estruturas em Madeira e Aço	60
	Projeto de Arquitetura III – Educacional	90
Total		390
PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
6º Semestre	Tecnologia das Construções II	60
	Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB)	60
	Estética e História das Artes	90
	Instalações Hidrossanitárias	60
	Planejamento Urbano e Regional I	60
	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical	90
Total		420

(Conclusão)

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
7º Semestre	Paisagismo I	60
	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro	90
	Projeto Urbanístico I	90
	Instalações Elétricas e de Comunicação	60
	Planejamento Urbano e Regional II	60
	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar	90
Total		450
PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
8º Semestre	Paisagismo II	90
	Metodologia da Pesquisa	30
	Projeto Urbanístico II	90
	Arquitetura de Interiores	60
	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	90
	Disciplina Optativa	60
Total		420
PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
9º Semestre	Trabalho de conclusão de Curso I	60
	Estágio Curricular Supervisionado I	180
	Disciplina Optativa	60
Total		300
PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
10º Semestre	Trabalho de Conclusão de curso II	60
	Estagio Curricular Supervisionado II	90
	Atividades Complementares	120
	Disciplina Optativa	60
Total		330
CARGA HORÁRIA TOTAL		3.810

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO VI – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Primeira Fase	Segunda Fase	Terceira Fase	Quarta Fase	Quinta Fase	Sexta Fase	Sétima Fase	Oitava Fase	Nona Fase	Decima Fase
Desenho Universal (60)	Desenho Universal (60)	Informática Aplicada a Arquitetura e Urbanismo (60)	Estudos Sociais e Econômicos (60)	Tecnologia das Construções I (60)	Tecnologia da Construção II (60)	Paisagismo I (60)	Paisagismo II (90)	Trabalho de conclusão de Curso I (60)	Trabalho de Conclusão de Curso II (60)
THAU I – Idade Antiga (60)	THAU – II Idade Antiga Clássica (60)	THAU III – Idade Média (60)	THAU IV – Idade Moderna (60)	THAU V – Idade Contemporânea (60)	Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB) (60)	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro (90)	Metodologia da Pesquisa (30)	Estágio Curricular Supervisionado I (180)	Estágio Curricular Supervisionado II (90)
Geometria Descritiva e Perspectiva (60)	Geomática e Topografia (90)	Materiais de Construção I (60)	Materiais de Construção II (60)	Estudos Ambientais (60)	Estética e História das Artes (90)	Projeto Urbanístico I (90)	Projeto Urbanístico II (90)	Disciplina Optativa (60)	Atividades Complementares (120)
Expressão Manual Artística I (60)	Expressão Manual Artística II (MAQUETE) (60)	Conforto Ambiental I (60)	Conforto Ambiental II (60)	Conforto Ambiental III (60)	Instalações Hidrossanitárias (60)	Instalações Elétricas e de Comunicação (60)	Arquitetura de interiores (60)		Disciplina Optativa (60)
Mecânica Geral (60)	Sistemas Estruturais (60)	Estruturas de Concreto em Armado I (60)	Estruturas de Concreto em Armado II (60)	Estruturas de Madeira e Aço (60)	Planejamento Urbano e Regional I (60)	Planejamento Urbano e Regional II (60)	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação (90)		
Introdução a Arquitetura e Urbanismo (30)	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico (60)	Projeto de Arquitetura I – Residencial (90)	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço (90)	Projeto de arquitetura III – Educacional (90)	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical (90)	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar (90)	Disciplina Optativa (60)		

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO VII – CARTA-ABERTA ÀS FACULDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

CARTA-ABERTA AS FACULDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

*MANIFESTO DOS ARQUITETOS E ARQUITETAS NEGRO(A)S
DO SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES EM DEFESA DA PRESENÇA
NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO DO ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA*

Por AfroCidades

Em um país em que 50% da população se autodeclara afrodescendente, erguida a partir da escravidão que perdurou por quatro séculos, cuja mácula foi corada pelo fato, vergonhoso, de ter sido o último país do mundo a abolir a escravidão, e ter recebido nesse período praticamente a metade da diáspora negro-africana das Américas, negros cujo suor, lágrimas e sangue produziram não só a riqueza colonial advindas da exploração do pau-brasil, cana-de-açúcar, mina de pedras preciosas, criação de gado, lavouras de café, cacau, borracha, mas também, a sua profunda contribuição no processo civilizatório brasileiro.

Os negros no Brasil, não foram apenas escravizados, foram colonizadores do território brasileiro, e suas mãos, engenho, técnicas e conhecimento vindo das civilizações africanas os fizeram construtores de cidades. Dos seus corpos e através deles tudo funcionava na cidade. O negro é a alma invisível das cidades brasileiras.



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Invisibilidade essa produzida por uma política de “branqueamento” do estado brasileiro na Primeira República, pautado pela poligênia, o racismo científico, o darwinismo social, o determinismo biológico e a criminologia que pregavam a degenerescência física, cognitiva, mental e moral dos negros e mulatos colocando-os como os algozes de um país fadado a decadência, ao fracasso e a tragédia. Invisibilidade do negro, aprofundada, pelo Mito da Democracia Racial no Brasil. Mito que colocou o mulato, símbolo do Estado Novo, como o genuíno brasileiro, que passa a ser a síntese das virtudes das três raças fundantes (branco, negro, índio), cuja paleta de cores, o colorismo brasileiro, alimentou o Racismo Estrutural da sociedade brasileira, em que o negro após a abolição deixou de ser escravo e passou a ser um não cidadão. Moldou o Racismo à Brasileira, onde classe, cor e status joga o jogo do visível e invisível, onde o Racismo à Brasileira se dissimula amalgamado com outras categorias sociais: gênero, sexualidade, idade, classe, atividade, profissão, formação, cor, religião, etc...

O Negro torna-se “invisível”, não só no imaginário social, mas, sobretudo, nas cidades, nas paisagens urbanas, nas narrativas, nas presenças urbanas, produtores de arquiteturas como um elemento civilizador, cuja cultura nos legou arte, língua, técnicas, culinárias e modos de ser e estar no mundo. Mas, sempre visível na violência, na segregação urbana, e nos locais de confinamento e encarceramento. Mas esse negro, construtor de cidades, nunca teve seu capítulo escrito na história da arquitetura e do urbanismo no Brasil.

A arquitetura e urbanismo brasileiro raramente problematizou o papel do Negro na produção da arquitetura e das cidades brasileiras. A história da arquitetura, do urbanismo e da cidade no Brasil é uma narrativa do colonizador.



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Há necessidade de construção de um pensamento pós-colonial, descolonial, afrocentrado e afroinscrito na produção arquitetônica e urbana no Brasil tanto historiográfica, como processual, metodológica e projetual. Nossas cidades são reflexos de uma sociedade estamental, que se “modernizaram” em uma sociedade de classes capitalista, mas imbrincada com a sociedade colonial, patriarcal e escravocrata. Nossas cidades espacializam a casa grande e a senzala, cidadãos plenos de um lado e não cidadãos do outro. Todavia, o que se opõe a casa grande não é a senzala, mas o Quilombo. O quilombo é a resistência, a luta e esperança do negro.

Nesse viés, com o espírito quilombola o grupo EtniCidades: grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo da FAUFBA, vem construindo coletivamente, com arquitetos negros, arquitetas negras, e agentes antirracistas o *Seminário Salvador e Suas Cores*, que tem como objetivo promover a construção de um campo de debate, pesquisa, e ensino na esfera disciplinar da arquitetura e urbanismo sobre as questões étnico-raciais em suas relações com a Arquitetura, Cidade, e Urbanismo, notadamente, no que tange ao legado civilizatório dos Africanos no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos arquitetônicos.

Buscam tecer a relação do Negro com a edificação de arquiteturas, territórios e cidades no país, visando traçar a construção de uma agenda que venha a contemplar as “Arquiteturas Afro-brasileiras”, introduzindo o campo da Arquitetura e Urbanismo nos chamados “Estudos Afro-brasileiros”, que se desenvolveram no Brasil desde o final do século XIX.



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

O Seminário Salvador e Suas Cores 2018 buscou, ainda, conectar a África ao Brasil no campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo, traçando paralelos entre as realidades das cidades africanas com as brasileiras. Visando introduzir oficialmente o campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo no Brasil nos chamados "Estudos Africanos", trazendo reflexões e debates sobre a produção contemporânea das cidades africanas, o urbanismo em desenvolvimento na África com a sua respectiva produção arquitetônica, e as relações entre as cidades africanas e brasileiras no processo contínuo de diáspora. Assim como buscou trazer visibilidade para a produção da Arquitetura e Urbanismo em África, que não são tratados nos currículos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, assim como problematiza a descolonização do pensamento com a reflexão da relação sul-sul, Brasil-África, notadamente, nos processos de segregação étnico-racial nas cidades africanas e brasileiras na atualidade.

Vários foram os avanços legais no combate ao racismo na esfera internacional e nacional, com impactos na educação, sobretudo no ensino superior:

- 1.0 - Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), 21/03/1960;
- 2.0 – Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), 27/11/1978
- 3.0 - CONSTITUIÇÃO do Brasil de 1988;
- 4.0 - Decreto Presidencial nº. 3.912, de 10/09/2001 que regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos;



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

5.0 - Decreto Presidencial nº. 10.639, de 09/01/2003, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino Básico, Fundamental e Médio a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira;

6.0 - Decreto Presidencial de 13/05/2003 propõem nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – com o auto-reconhecimento;

7.0 - Decreto Presidencial nº. 4.886, de 20/11/2003, institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR;

8.0 - Decreto Presidencial nº. 4.887 de 2003: Considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

9.0 – Instrução Normativa N.57 – 20/10/2003 – Regulamenta Procedimentos de Titulação de Terras Quilombolas (Delimita as Ações da FCP e INCRA);

10.0-Estrutura Institucional de Órgãos Federais, Estaduais e Municipais voltados para a Promoção da Igualdade Racial:

- Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei n.10.678 - cria a SEPPIR - Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial do Governo Federal (status de ministério),
- Lei n.10.549/2006 - SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia,
- Lei n.6.452/2013 - SEMUR – Secretaria Municipal da Reparação da Cidade do Salvador;



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

- 11.0 - DF RESOLUÇÃO Nº1, de 17 de junho 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- 12.0 – Decreto n.6040 – 07/20/2007 - Estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (indígenas, quilombolas, comunidades de templos religiosos de matrizes africanas, ciganos, fundo e fecho de pasto, ribeirinhos, pescadores, marisqueiros, gerazeiros, etc...);
- 13.0 - Programa Brasil Quilombola (PBQ/2008), no que tange as diretrizes presentes nos campo de Habitação, Saneamento, Infra-estrutura, Acessibilidade, Saúde, Educação, Segurança;
- 14.0 – Decreto 11.645/2008, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira;
- 15.0 - ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, Lei 12.288/2010, de 20/07/2010;
- 16.0 – Decreto n.8136/2013 – Institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir);
- 17.0 - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas da SEPPIR de 2013 ;
- 18.0 – Lei 13.182/2014 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa do Estado da Bahia;
- 19.00 – Decreto n.8750 / 2016 – Institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais-CNPIR/PNPCT



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Mas é a RESOLUÇÃO Nº1, de 17 de junho 2004, do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO/DF que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei nº. 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e em especial por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As instituições de ensino superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

A partir da RESOLUÇÃO Nº1, de 17 de junho 2004, do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO/DF que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,

A plenária do *Seminário Salvador e Suas Cores 2018* solicita as faculdades de Arquitetura e Urbanismo as seguintes medidas:

1 – Que sejam criadas disciplinas optativas e obrigatórias, na graduação e pós-graduação, que abordem as Relações Étnico-Raciais, Arquiteturas Africanas e Afro-brasileiras, e Cidades Africanas;



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

2 - Que seja incorporado nos currículos acadêmicos dos cursos, nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria os conteúdos relativos à história e cultura AFRICANA:

- **ARQUITETURAS AFRICANAS**

Arquiteturas tradicionais africanas. Arquiteturas e etnias africanas. Arquitetura e Colonialismo europeu. Arquitetura Moderna na África. Arquiteturas e Pós-colonialismo. Arquitetura e Pan-africanismo: arquitetura no processo de fortalecimento das identidades nacionais pós-independência. Arquitetura Africana Contemporânea;

- **CIDADES AFRICANAS**

História das Cidades Africanas: pré-colonial, colonial, pós-colonial. Cidades Estados Africanas na África Ocidental e Meridional. Urbanismo na África no período colonial, pós-colonial, e contemporânea. Políticas Públicas e Planejamento Urbano nas Cidades Africanas. Segregação étnico-racial nas cidades africanas no período colonial e pós-colonial;

- **DIÁSPORA AFRICANA NO ATLÂNTICO NEGRO: CIDADES DIASPÓRICAS**

Tráfego Negreiro e impacto nas cidades brasileiras. Relações de trocas entre cidades brasileiras e africanas no período do tráfico. Fluxos de Libertos entre Brasil e África e seus desdobramentos urbanos. Rotas e redes do tráfico no Atlântico Negro: África, Antilhas, Caribe, EUA, Brasil e suas conexões urbanas. Arquitetura dos Agudás: os retornados;



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

3 - Que seja incorporado nos currículos acadêmicos dos cursos, nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria os conteúdos relativos à história e cultura AFRO-BRASILEIRA:

- **ARQUITETURAS DE TEMPLOS RELIGIOSOS DE MATRIZES AFRICANAS**

Templos Religiosos Africanos na África. Arquiteturas religiosas de matrizes africanas: elementos simbólicos, rituais, manifestações culturais, cosmo-ethos, relações hierárquicas, relações de gênero na composição dos espaços arquitetônicos de templos religiosos de matrizes africanas. Formação das arquiteturas religiosas de matrizes africanas no Brasil. Vertentes teóricas e históricas sobre arquitetura dos templos religiosos de matrizes africanas no Brasil: vertente africanista; vertente crioulista. Especificações e diferenciações arquitetônicas entre as nações de terreiros de Candomblé no Brasil. Arquitetura nos processos de mapeamento dos templos religiosos de matrizes africanas. Processos de Reafricanização nas Arquiteturas de templos religiosos de matrizes africanas. Arquitetura dos templos religiosos de matrizes africanas e Cidade: relações, conexões, redes, conflitos, resistências e persistências no espaço urbano. O sagrado afro-brasileiro no espaço urbano.



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

- **ARQUITETURAS DO LÚDICO AFRO-BRASILEIRO: BLOCOS AFRO, AFOXÉS, MARACATU, CONGADAS, ESCOLAS E GRUPOS DE SAMBA**

Relação das arquiteturas do lúdico afro-brasileiro e templos religiosos de matrizes africanas. Arquiteturas de entidades carnavalescas do negro e seus desdobramentos no espaço urbano. Festividades e Manifestações negras no espaço urbano. Arquiteturas do lúdico afro-brasileiro e territórios negros, bairros negros e cidade em disputas. Arquiteturas do Lúdico Afro-brasileiro e suas relações com a cultura, resistência, ancestralidade, etnicidade, e estética negra. Letras e musicalidade na Arquitetura do Lúdico Afro-brasileiro. Arquiteturas do Lúdico Afro-brasileiro e suas relações discursivas com o movimento negro, movimento operário e sindical negro, pan-africanismo, processo de libertação dos países africanos, luta pelos direitos civis nos EUA, luta pelo Apartheid na África do Sul, conexão Brasil – África empreendido por líderes religiosos de matrizes africanas.

- **ARQUITETURAS DE QUILOMBOS**

Relação entre território, cultura e etnicidade na arquitetura de quilombos. Relação entre natureza e arquitetura de comunidades quilombolas. Vertentes teóricas e históricas sobre os quilombos no Brasil e suas abordagens espaciais e arquitetônicas: vertente africanista, conservativa, restaurativa (séc. XIX a 1960); escola paulista (1960-1980); estudos contemporâneos (1990 à atualidade). Cartografias Étnicas Quilombolas. Arquiteturas e territórios nos processos de reconhecimento de comunidades quilombolas pela FCP-Fundação Cultural Palmares e nos processos de titulação pelo INCRA – RTID. Conflitos entre comunidades quilombolas e a sociedade mais ampla em espaços urbanos: distritos, povoados, zonas de marinha, e regiões metropolitanas. Racismo Ambiental. Problemáticas quilombolas contemporâneas e espaços urbanos. Quilombos Urbanos.



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

- **ESCRavidÃO E CIDADES**

Habitação Escrava no meio urbano e rural no período colonial e imperial. Os escravizados domésticos, de ganho e de aluguel no espaço urbano nas cidades brasileiras. Artífices negros e a construção de cidades brasileiras. Apropriações, conflitos e revoltas escravas no meio urbano. Territórios de resistência à escravidão: quilombos, terreiros, e irmandades religiosas. O negro nas cidades brasileiras pós-abolição. Invisibilidade do negro no processo de modernização/industrialização das cidades brasileiras.

- **BAIRROS NEGROS: TERRITÓRIOS DA NEGRITUDE**

Conceitos sobre bairros negros. Percepções dos bairros negros: limites, extensões e redes. Caracterização e metodologias de apreensão dos bairros negros. Bairros negros: família extensa e redes de solidariedade. Bairros negros e paisagem urbana. Bairros negros e resistência. Manifestações culturais e expressões artísticas afro-brasileiras nos bairros negros: Capoeira, Maculelê, Congadas, Marujadas, Folguedos, Reisados, Tambor de Crioulo, Samba Juninos, Samba de Roda, Mangue Beat, Hip-hop, Funk.

4 - Que seja incorporado nos currículos acadêmicos dos cursos, nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria os conteúdos relativos a **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**:



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

- **RACISMO E CIDADE: SEGREGAÇÃO ÉTNICO RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS**

Perseguição e criminalização das práticas culturais africanas e afro-brasileiras no século XIX e XX em meio urbano: capoeira, samba, maculelê, candomblé. Projetos de urbanização higienistas, modernizantes, e segregacionistas étnico-raciais nas cidades brasileiras no século XIX e XX. Raça, racismo e racialidade nos discursos da desocupação/ocupação pelo negro do espaço urbano. Racismo e Anti-racismo no espaço urbano brasileiro. Racismo Institucional e espaço urbano. Planejamento Urbano e Racismo. Projetos de Urbanização e Racismo. Segregação étnico-racial nas cidades brasileiras. Turismo Étnico: agenciamento das manifestações culturais negras.

- **ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA E CIDADE**

Estatuto da Cidade x Estatuto da Igualdade Racial. Estatuto da Igualdade Racial: Arquitetura e Cidade. Programa Brasil Quilombola: Habitação, Saneamento, Infraestrutura Urbana. Programas em territórios quilombolas: Minha Casa, Minha Vida Rural; Luz para Todos; Água para Todos; Escola Quilombola do MEC, Casas de Farinhas. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas e sua relação com a Cidade. Aparato institucional de tutela dos territórios negros: cooperações e conflitos.

PROF. DR. FÁBIO MACÊDO VELAME
COORDENADOR DO SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES
Grupo EtniCidades: grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo FAUFBA



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Participantes do Seminário Salvador e Suas Cores 2018: Cidades da Diáspora Negra – Laços África-Brasil, que assinam essa carta aberta:

Fábio Macêdo Velame – UFBA
Maria Alice Pereira – UFBA
Sônia Silva – UFBA
Josane Oliveira – UFBA
Vilma Patricia - UFBA
Everaldo Conceição – UFBA
Gabriela Leandro Pereira - UFBA
Wanderson Souza – UFBA
Jeferson Reis – UNIFACS
Alberto José de Araújo – UFBA
Flávio Silva – UFBA
Mabueka Teixeira Arias – UFC
Flavia de Souza Araújo – UFAL
Edvaldo José Correia de Barros – UFBA
Constança Metzke – UFBA
Paula Cristina Santos Costa – UFBA
Jana Santos Araújo – UFBA
André Luis de Oliveira Silva – USP
Tahissa Talita Silva – UNESP
Sueli Santos Oliveira – UNINASSAU
Soane Barbosa Pereira Menezes – UFBA
Barbara Guimarães Vitorino – UFBA
Claudia Rosalina Adão – USP
João Ferreira Vasconcelos da Rocha – UFAL
Flávio Cardoso dos Santos – UEFS
Lilian Soares da Silva – UFRB
Muhammad Junior Braga Bazila – UNB
Karina Purificação da Silva Santos – UNITINS



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Gabriela Santiago Xavier – UFBA
Natália Fernanda Francisco Duarte – IFPR
Fábio Cardoso dos Santos Junior – UEFS
Luiz Rogério Rosário G. Junior – UFBA
Thamirez Martins dos Santos – UAM
Flavia de Souza Araújo – UFAL
Everaldo da Conceição – UFBA
Sarah Nascimento dos Reis – UFBA
Mariurka Naturell Raiz – UFSC
Majara Fernandes – UFBA
Mauricio Wilson Camilo da Silva – UFRJ/INEP-Guiné Bissau
Sofia Costa e Lima – UFBA
Jones de Souza Nascimento – UFBA
Norma Pereira – UFBA
Mateus Augusto Bastos Batista da Silva – UFBA
Elane Bastos de Souza – UFBA
Bamiokeke Faeoyin – UFBA
Paulo Victor Marques Vitovil – UFBA
Jennifer Ressie R. Facundes – UNEB
Daniel Silva Nogueira Matos – UNEB
Rosenilda Souza – UFBA
Nathalia Avelina Cintra – UFAL
Luis Guilherme Pires – UFBA
Barbara Thompson – UFBA
Jessica de Almeida Polito – UNASP
José Augusto Saraiva – GERMEM
Natalia Fernanda Duarte – IFPR
Celina Borges – IFPR
Maria Rosina Borges – UFBA
Pablo Henrique Pinto – UNIFACS
Aurea André – UNASP
Emanuela Mattias – UFC
Renata Aquino da Silva – UERJ



SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Cecilia Nascimento da Silva – UFBA
Ana Laura G- UFU
Diana Catarino – UFBA
Stela Regina M. Lopes – UNB
Tayná Almeida de Paula – UFAL
Dilton Lopes de Almeida – UFBA
Raviez Junior – UFBA
Aquiles Coelho Silva – UNICAMP
Ana Lúcia Menezes – UFBA
Ana Paula Ferreira – UEMA
Edson Lima Gouveia – UFRJ
Lilia Francisca da Silva – UAM
Rui Rosa Rios de Jesus – UFRJ
Lucio Moreira Gonçalves – UFRJ
Marcelo Siqueira – UFRJ
Karoline Barbosa – UFRJ
Stefany dos Santos – UFRJ
Kyo Timotio Dias – UNICAMP
Raquel Freire – UNB
Alvara Cren de Souza – UFRJ
Geovanna Lemos Vieira – UFRJ
Luana Stefany Peixoto – UFRJ
Vitoria Neves Coelho – UFRJ
Helissan Cavalcante Vieira – UFRJ
André Lima Odwyer – UFBA
Rogerio Suzart da Costa – UFBA
Odzianizio de Santana – UFBA
Ingrid de Oliveira Pita – UFBA
Bruno Oliveira Fernandes – UFBA
Manuela Teixeira Arias – UFC
Larissa Lais Bonfim Cerqueira – UFBA
Barbara Rocha – UFBA
Bianca Soares – UFBA
Emanuel Caboco – INPC – Angola
Fernanda dos Santos – IPPUR/UFRJ